



[MACEIÓ - OCEANO]: ESTRATOS, VETORES E HOSPIDADE URBANA

Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Autor: Carlos Jacinto Agostinho
Orientadora: Roseline Vanessa Santos Oliveira
Maceió, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CARLOS JACINTO AGOSTINHO

[MACEIÓ – OCEANO]: ESTRATOS, VETORES E ROSTIDADE URBANA

**MACEIÓ
2018**

CARLOS JACINTO AGOSTINHO

**[MACEIÓ – OCEANO]:
estratos, vetores e rostidade urbana**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roseline Vanessa Santos Oliveira

MACEIÓ
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

A275m Agostinho, Calos Jacinto.
[Maceió – oceano]: estratos, vetores e rostidade urbana / Calos Jacinto
Agostinho. – 2018.
105 f. : il.

Orientadora: Roseline Vanessa Santos Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço
Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió,
2018.

Bibliografia: f. 98-105.

1. Maceió (AL) – Modernização urbana. 2. Recursos naturais – Aspectos
cultural e econômico. 3. Estado rizomático. I. Título.

CDU: 728.1(813.5)

Folha de Aprovação

AUTOR: CARLOS JACINTO AGOSTINHO

[MACEIÓ – OCEANO]: estratos, vetores e rostidade urbana

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em
23/02/2018

Roseline Oliveira

Prof.^a Dr.^a Roseline Vanessa Santos Oliveira, FAU/UFAL/ Maceió
(Orientadora)

Banca Examinadora:

Fernando Diniz Moreira

Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira, FAU/UFPE
(Avaliador Externo)

Maria Angélica da Silva

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica da Silva, FAU/UFAL/ Maceió
(Avaliadora Interna)

Walter Matias Lima

Prof. Dr. Walter Matias Lima, CEDU/UFAL/ Maceió
(Avaliador Interno)

DEDICATÓRIA

Às mulheres. *Raison d'être.*

★ ★ ★ AGRADECIMENTOS

aos meus pais, Maristela e João (*in memoriam*), o incentivo na busca pelo conhecimento;

às minhas irmãs, de sangue Juliana e Andréia, a crença no meu potencial;

às minhas irmãs da vida, Waleska Morelato, Ana Célia Rocha, Juliana Aguiar, Rosemary Lopes e Náiade Alves, o suporte emocional e intelectual;

às professoras Regina Cœli Marques, Taís Normande, Josemary Ferrare, Lúcia Hidaka, Manuella Marianna Andrade e Morgana Pitta a inspiração para pensar, aprender e ensinar;

aos professores Walther Matias, Maria do Socorro Aguiar, Kátia Melo e Pasqualino Magnavita por abrirem as portas de um outro mundo;

à CAPES/CNPq o financiamento desta pesquisa;

à Universidade Federal de Alagoas o ambiente academicamente instigante;

e à minha orientadora Roseline Oliveira, sem a qual este trabalho não teria sido possível, o suporte intelectual e emocional e a enorme paciência em compreender todas as crises que surgiram no decorrer do processo de mestrado.

EPÍGRAFE

O verme se encolhe ao ser pisado. Com isso demonstra inteligência. Diminui a probabilidade de ser novamente pisado.

Na linguagem da moral: *humildade*. —

(Friedrich Nietzsche, Crepúsculo dos Ídolos, Ou Como se Filósofa com o Martelo, 1889).

A verdade liberta. Mas só depois de acabar com você.

(David Foster Wallace, Graça Infinita, 1996).

Liberdade é perder toda a esperança.

(Chuck Palahniuk, Clube da Luta, 1996).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da cidade de Maceió e tem como objetivo geral compreender a produção de seu espaço, observando especificamente a dinâmica que envolve o oceano. Parte-se do pressuposto de que até meados do século XX o oceano era coadjuvante da dinâmica espacial urbana maceioense, calcadas por um capitalismo mercantilista-industrial e, a partir de fins do século XX, o oceano assume protagonismo nas relações econômico-culturais e pode ser considerado o próprio meio para a reprodução do capital. Para avançar nesse entendimento, observou-se aspectos que envolvem a economia e a cultura da cidade sob o prisma da ideia de hipermodernidade e a reprodução do capital a partir da mercantilização de experiências - sejam estéticas, culturais ou de consumo. A discussão foi construída por dois movimentos: de um lado, compreender a formação discursiva-ideológica da produção espacial teórica contemporânea sob a perspectiva da economia e da cultura, inicialmente alicerçada no conceito de Espaço-lixo, definido pelo arquiteto Rem Koolhaas, em obra homônima; e do outro, compreender o espaço maceioense a partir de dois momentos distintos da produção do capital através de uma revisão de referências que tratam da formação de seu espaço urbano. A partir daí, respaldada pelos conceitos de estado rizomático definidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, interpretou-se as dinâmicas do espaço habitado maceioense, identificando seus estratos, vetores e rostidade urbana. Como resultado, este trabalho traz reflexões sobre a construção do espaço contemporâneo, admitindo a sua materialidade tanto física, quanto metafórica.

Palavras-chave: Modernização; Cultura; Economia; Espaço; Estado Rizomático.

★ ABSTRACT ★

This master's dissertation focuses on the city of Maceió and aims to understand the development of its space, specifically the dynamic that involves the ocean. The research adopts with the assumption that, until the mid-20th century, the ocean was an appurtenance to Maceió's urban spatial dynamics, overshadowed by a mercantilist-industrial capitalism. By the end of the century, the ocean took the lead of the city's economic and cultural relationships, and became the mean itself for capital reproduction. To advance this understanding, the aspects that surround the economy and culture of the city were analyzed under the theories of hypermodernity and capital reproduction stemmed in the commodification of experiences — whether they are aesthetic, cultural or consumerist. The observations were paved in two ways: on the one hand, to understand the discursive-ideological formation of contemporary theoretical spatial production from the perspective of economics and culture, initially based on the concept of Junkspace as defined by architect Rem Koolhaas in his homonymous book; and on the other, to understand the Maceioense space from two distinct moments of its capital production through a revision of references about the formation of its urban space. Furthermore, this study observes the city's inhabited dynamic spaces through the lenses of Gilles Deleuze and Félix Guattari's concept of rhizome model, identifying its strata, vectors and faciality. As a result, this thesis reflects on the construction of contemporary spaces, admitting its material aspects both physic- and metaphorically.

Keywords: Modernization; Culture; Economics; Space; Rhizome Model.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EU, POCHEMUCHKA	11
1 DÉSENCHANTEMET	29
1.1 O SEGUNDO MOMENTO MODERNIZADOR: A ERA DO HIPER	33
1.2 A(-)RQUITETURA DO ESPAÇO	41
2 MAÇAI-Ó-K PARANĀGUASSU	47
2.1 A IDEIA DE MACEIO	48
2.1 ANTECEDENTES	49
2.2 CESURAS ESPACIAIS E TEMPORAIS (I)	51
2.3 ISTO É ÁGUA	52
2.4 CESURAS ESPACIAIS E TEMPORAIS (II)	55
2.5 O QUE DIABOS É ÁGUA?!	56
2.6 PERSISTÊNCIAS NA MEMÓRIA	59
3 TUPI OR TO BEYOND	61
3.1 E-API UMÉ AMANAJÉ	69
3.2 GATO DE SCHRÖDINGER	79
3.3 A FÉERICA MACEIÓ	83
Ato I – Hipocondria	83
Ato II – Paranoia	85
Ato III – Esquizofrenia	87
Ato IV – Toxicomania	89
3.4 SUPERCALIFRAGILISTICEXPIALIDOCIOUS	91
CONCLUSÃO: SER TRANS	93
REFERÊNCIAS	98

EU,

POCHEMUCHIKA

– Quarenta e dois! – berrou Loonquawl. – É tudo que você tem a nos dizer depois de sete milhões e quinhentos mil anos de trabalho?

– Eu verifiquei cuidadosamente – disse o computador –, e não há dúvida que a resposta é essa. Para ser franco, acho que o problema é que vocês jamais souberam qual é a pergunta.

– Mas era a Grande Pergunta! A Questão Fundamental da Vida, o Universo e Tudo o Mais – gritou Loonquawl.

– É – disse o Pensador Profundo com um tom de voz de quem tem enorme paciência para aturar pessoas estúpidas –, mas qual é exatamente a pergunta?

Um silêncio de estupefação aos poucos dominou os homens, que olharam para o computador e depois se entreolharam.

– Bem, você sabe, é simplesmente tudo... tudo... – começou Phouchg, vacilante.

– Pois é! – disse Pensador Profundo. – Assim, quando vocês souberem qual é exatamente a pergunta, vocês saberão o que significa a resposta.

(Douglas Adams, O guia do mochileiro das galáxias, 1979).

O que move a cidade? O que está por trás de suas fisionomias? O que a faz adquirir outras feições distintas daquelas que um dia foram tão convincentes? A arquitetura denuncia esses tempos de mudança e sua historiografia registra esse movimento da contemporaneidade em que a discussão dessa dissertação se insere. Em 2015 foram comemorados os 200 anos da cidade de Maceió, uma cidade relativamente jovem no âmbito da história urbanística brasileira

As últimas décadas de sua idade foram marcadas por posições paradigmáticas em termos de arquitetura e de urbanismo, especialmente aquela que diz respeito à Modernidade: ruas, pontes, edifícios foram construídos ao perfil da linha reta de maneira a constranger a expressão da natureza da cidade, a qual, pouco a pouco, foi sofrendo um outro tipo de constrangimento voltado para a manipulação do marketing.

Esse movimento inicial, impulsionado por um amplo e assumido desejo de mudança acompanhou a propagação do crepúsculo do Modernismo e a alvorada do Pós-Modernismo a partir dos anos 1960. Fortemente alardeados pelos anos seguintes, diversos estudos focaram em sua ascensão e decretaram a morte do Movimento Moderno. Vários são os marcos dessa trajetória. Numa guinada brusca, o olhar passou do futuro – o sempre inalcançável objetivo modernista – para o passado: a Carta de Atenas é renegada e os arquitetos buscam seguir seus próprios caminhos, resultando em uma diversidade de estilos e correntes, expurgando o passado do caráter nocivo atribuído pelo momento anterior. (JENCKS, 1984)¹.

¹ O início da disciplina do urbanismo em fins do século XIX foi marcado pelos discursos higienistas da Paris de Haussmann e a Barcelona de Cerdá, cujo contraponto foram as propostas urbanas de Ebenezer Howard e Camillo Sitte, embora todas tivessem como objetivo o embelezamento e melhoria das condições de salubridade das cidades do período. O Urbanismo Progressista ou Funcionalista, personificado principalmente na figura de Le Corbusier e materializado na sua proposta da Cidade Radiante, embora tenha assumido hegemonia nas discussões urbanas até meados do século XX, ela não era a única existente. Desenvolve-se também outras ideias, como a Cidade Industrial de Tony Garnier, a Broadacre City de Frank Lloyd Wright e as cidades lineares e difusas do Ob'yedineniye Sovremennykh Arkhitektorov. Em comum, todas solucionam os problemas urbanos decorrentes da industrialização a partir de desenhos e ideias utópicas, negligenciando as condições pré-existentes. O contraponto à doutrina desse período surge na figura de Patrick Geddes ao desenvolver o planejamento regional como instrumento metodológico para pensar a cidade. Assim, no transcurso do tempo, a partir da segunda metade do século XX, a *tabula rasa* dos planos vão cedendo espaço ao planejamento físico-territorial das cidades, com o início da crítica aos métodos e resultados do modernismo, de um lado por estudos da percepção do espaço urbano (Gordon Cullen, Kevin Lynch, Jane Jacobs, Guy Debord) e por outro pela substituição do planejamento físico para o socioeconômico (David Harvey, Dassen Massey, Manuel Castells, Henri Lefebvre). No Brasil, o urbanismo é inicialmente influenciado pelos ideais higienistas, como os planos de Pereira Passos e Agache para o Rio de Janeiro; modernistas, em Belo Horizonte, nos planos de Le Cobursier para o Rio de Janeiro e São Paulo; e na cidade jardim de Howard, como o plano de Atilio Corrêa Lima e Armando Godoy para Goiânia. A cidade de Brasília representa um marco nesse contexto, como materialização dos princípios da Carta de

Em 1966, no livro *Complexity and contradiction in architecture*, o arquiteto americano Robert Venturi questionava o *establishment* imposto pela doutrina modernista, criticava a simplicidade e geometrismo purista de sua produção formal e apontava incoerências entre o discurso e a prática modernista (1978). Para ele, “menos não era mais” e acreditava que ao arquiteto cabia a liberdade de escolha sobre o resultado formal e a inserção de aspectos histórico-culturais locais em sua produção, em substituição aos preceitos da arquitetura internacional – que negligenciava a complexidade existente na disciplina - e aponta contradições existentes tanto nos exemplares modernistas, quanto nos produzidos em períodos anteriores.

Para Portuguesi (1983), os arquitetos desse momento, mais que afirmar o que queriam, estavam interessados em expor o que não desejavam; já Featherstone (1995) declara que o sufixo “pós” carrega apenas um sentido de negação do momento anterior, ao invés de se afirmar como um conjunto de ideias e paradigmas de uma natureza própria.

A modernização foi impiedosa com os pré-modernos, mas o que dizer com a pós-modernização? Ao menos a violência imperialista oferecia um futuro, mas essa fraqueza súbita dos conquistadores é muito pior, já que, além de romper com o passado, ela rompe agora com o futuro. Após ter aguentado as chicotadas da realidade moderna, os povos pobres devem agora aguentar a hiper-realidade pós-moderna. Nada mais tem valor, tudo é reflexo, simulacro, são todos símbolos flutuantes. (LATOURETTE, 2013, p. 130).

Se a década de 1960 produziu a crítica à produção em série de soluções da Carta de Atenas, a libertação das amarras com o Pós-Modernismo traz outras maneiras de pensar a cidade. As áreas abandonadas e negligenciadas pelo projeto moderno passam por processos de revitalização de centros históricos e reurbanização de áreas degradadas (zonas portuárias, industriais, centros históricos etc.), através do chamado planejamento estratégico focado na comunicação e promoção de sítios urbanos, emblematicamente representados pela Barcelona de 1992 e o Museu Guggenheim Bilbao de Frank Gehry em 1997².

Atenas e um planejamento urbano tecnocrático focado em questões físico-territoriais. O Golpe Militar traz de volta os princípios do urbanismo higienista, com a produção de planejamentos conservadores e autoritários, focado na remoção de favelas.

² No Brasil, a Constituição Federal de 1988, promulgada com a redemocratização política do país, dedica dois capítulos sobre a política urbana, determinando a elaboração de planos diretores participativos para ordenação da cidade. Enquanto não era promulgada lei específica, o planejamento estratégico realiza projetos de revitalização em diversas cidades, como em Salvador, São Paulo, São Luiz e Maceió. Somente em 2001, com o Estatuto da Cidade, são estabelecidas as normas para a

Entretanto, a partir da década de 1980³, outra conjuntura econômica e tecnológica acarretou mudanças ainda mais significativas nessa discussão: os avanços da globalização e da mundialização⁴ e das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) fazem surgir uma nova dinâmica socioespacial. A aparente aproximação trazida por ela insere no contexto cultural e econômico uma ruptura nos

produção das cidades brasileiras, estabelecendo a função social da propriedade urbana, o desenvolvimento urbano sustentável e a gestão democrática e justiça social.

³ “Nos anos [19]70, em meio às convulsões causadas pela crise do petróleo, uma série de medidas foi tomada para dar maior dinamismo ao mercado internacional. Os Estados Unidos decidiram abandonar o padrão-ouro como base do mecanismo de sustentação cambial, provocando um efeito de liberalização dos controles cambiais que logo se difundiu para as demais economias desenvolvidas. Essas medidas geraram novos fluxos de capital, que, vendo-se agora livres dos controles e restrições antes exercidos pelos Bancos Centrais, se voltaram para novas oportunidades de investimento no mercado mundial, superando assim os limites tradicionalmente representados pelas fronteiras nacionais. Os grandes beneficiados com essa nova situação foram os capitais financeiros – que poderiam agora especular livremente com as oscilações de valor entre as moedas forte do mercado internacional – e as chamadas empresas multinacionais. [...] Nesse novo contexto se produziu uma alteração drástica de todo o quadro da economia mundial. Por um lado, a possibilidade de multiplicar filiais de suas empresas nos mais diversos pontos do planeta proporcionou às grandes corporações um enorme poder de barganha, impondo aos governos interessados em receber seus investimentos e respectivos postos de trabalho um amplo cardápio de vantagens, favores, isenções e garantias”. (SEVCENKO, 2001, p. 26-28).

⁴ “Pode-se afirmar que a mundialização do capital é um processo que se iniciou há mais de cinco séculos, aprofundou-se ao longo do tempo com a evolução da economia-mundo capitalista e se consolidou na era atual, englobando todo o sistema econômico do planeta. Ao longo do processo de mundialização do capital, em diferentes momentos históricos, as classes dominantes da Holanda, do Reino Unido e dos Estados Unidos se revezaram na liderança da economia-mundo capitalista assumindo, com o decisivo apoio de seus Estados-Nações, a hegemonia da dinâmica de acumulação do capital. Os estudos de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi demonstram a validade dessa tese. Como foi dito, trata-se de um equívoco, portanto, considerar a mundialização do capital um acontecimento recente, isto é, do século XX, e traduzi-la como sinônimo da hegemonia mundial dos Estados Unidos na era atual. A existência, há mais de cinco séculos, de uma economia-mundo capitalista em processo de expansão ou de mundialização do capital foi um dos fatores determinantes do progresso econômico e social das economias dos países capitalistas centrais e do retrocesso ou atraso das economias periféricas ou semiperiféricas. O processo de mundialização do capital ampliou o poder das grandes potências capitalistas e reduziu a capacidade de promoção do desenvolvimento econômico e social em alguns países e regiões. [...] Braudel (1982) chamou esse processo de mundialização do capital de longo prazo de ‘o plano mais alto da economia’ o qual, no século XVI, ‘transpôs as inúmeras fronteiras políticas e culturais que separavam e diferenciavam o mundo mediterrâneo’. Naqueles tempos, mundialização do capital significava, principalmente, comércio de longa distância — lento pelos padrões atuais —, de metais preciosos, cereais e bens de consumo caros, bem como um sistema internacional de pagamentos em evolução, baseado em letras de câmbio entre banqueiros e comerciantes em pontos distantes do sistema. [...] Antes do século XV, as economias-mundo desconheciam-se e sequer imaginavam que algum dia pudessem estabelecer entre si relações significativas. Embora em suas bordas houvesse escambo ou comércio, eles eram insignificantes. Portanto, numa longa perspectiva, pode-se dizer que a internacionalização do comércio e a aproximação das culturas são um fenômeno recentíssimo, datando dos últimos cinco séculos, ou seja, apenas 10% do tempo da história que se conhece. O processo de mundialização do capital se iniciou com a expansão da economia-mundo da Europa com vistas a estabelecer relações mercantis com as demais economias-mundo, desenvolvendo-se em quatro períodos. De fato, ele nunca se interrompeu. Apesar dos momentos de menor intensidade, de contração, como o do período de 1950–1989, decorrentes da Guerra Fria e dos movimentos de descolonização e de libertação nacional, quando o planeta estava dividido em dois blocos — o capitalista, sob a liderança dos Estados Unidos, e o socialista, sob a liderança da ex-União Soviética —, o processo de mundialização do capital nunca chegou a cessar totalmente”. (ALCOFORADO, 2006, p. 16-19, grifos do autor).

preceitos estabelecidos durante séculos: o domínio público já não é necessariamente do homem, o ser individual substitui o ser ideal e/ ou coletivo e o tempo agora é o fator determinante das relações sociais e econômicas.

A visão da ruptura com a Modernidade começa a ser questionada mais fortemente no início do XXI, quando outros autores trazem uma abordagem distinta, destacando-se Bauman e sua Modernidade Líquida no ano 2000, Ascher e a Terceira Modernidade em 2001, Lipovetsky e Charles e a Hipermodernidade em 2004. Baseados em suas considerações, pode-se afirmar que a condição moderna não se extinguiu, apenas transformou-se, influenciada pelo fator tempo.

Esses discursos teóricos sobre a mudança de pensamento acerca da produção da arquitetural que aparentemente tomam exclusivamente os contextos europeu e americano como universo de discussão, podem ser deslocados para outros universos distintos geograficamente e em muito podem ajudar a compreender e explicar dinâmicas que ocorrem influenciadas por semelhantes formas de pensar.

Nessa perspectiva, esta dissertação de mestrado, inserida na área de concentração Dinâmicas do Espaço Habitado, tem como objetivo geral compreender a produção do espaço nas suas esferas econômica e cultural⁵, dentro da ideia de continuidade da modernidade. Tem-se a cidade de Maceió como objeto empírico de observação, subsidiada pela ideia de hipermodernidade e a reprodução do capital a partir da mercantilização de experiências - sejam estéticas⁶, culturais ou de consumo⁷.

⁵ “Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como por exemplo se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção de cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade”. (SANTOS, 1996, p. 44-45).

⁶ “Com Kant, oficializava-se o nascimento da ‘faculdade do sentimento’ e a tal faculdade atribuía-se o juízo E., procurando-se determinar, por conseguinte, os seus caracteres (Crít. do Juízo, Intr., § III). Na E. contemporânea, foi a essa faculdade que se atribuiu arte com mais freqüência. Segundo Santayana, ‘a beleza é um prazer considerado como a qualidade de uma coisa’, sendo por isso sempre “uma emoção, um afeto da nossa natureza volitiva e valorativa” (The Sense of Beauty, 1896, § 11). Para Dewey, igualmente, a arte é ‘uma forma de sentimento’ (Art as Experience, 1934, cap. IV)”. (ABBAGNANO, 2007, 373, grifos do autor).

⁷ “Jean Baudrillard, em *A sociedade de consumo – seus mitos, suas estruturas* (1968), destaca a dimensão simbólica dos objetos num contexto intelectual onde o materialismo marxista é dominante, e

Sendo assim, acredita-se que quando uma cidade vai se fazendo no sítio, várias são as razões de ser de seus movimentos urbanos. Dentre elas, situa-se a relação do homem com a natureza e, no contexto em que se insere a cidade de Maceió, ela tem aparecido determinante no processo de sua apropriação físico-territorial. Desde a situação geográfica da cidade – uma faixa de terra entre o mar e a lagoa, cuja toponímia originada do tupi-guarani significa “o que tapou o alagadiço”, Maceió carrega em sua paisagem fortes marcas que envolvem o espaço aquático.

Inicialmente, essa atmosfera foi repelida pelos princípios higienistas e mais tarde, outro movimento acontece balizado pela sedução da feição original do lugar. A orla marítima especificamente passou a ser capitalizada pela especulação imobiliária e pela indústria do turismo, que fizeram dos marcos geográficos uma marca apropriada pelo marketing.

Buscou-se, pois, compreender como se deu a apropriação do seu espaço urbano que parece ser o mais persistente no processo de produção de Maceió enquanto cidade: o Oceano. A partir da labilidade das apropriações desse espaço no transcurso de sua história, parte-se do pressuposto de que o oceano consiste no elemento âncora do espaço maceioense.

Em outras palavras, o oceano tem se configurado como uma permanência constante em sua paisagem contextual urbana/citadina. A historiografia de Maceió o apresenta enquanto um espaço de possibilidades e, na contemporaneidade, é visível a permanência de sua atratividade, com forte poder diante das novas dinâmicas urbanas que vão se consolidando na configuração espacial através dos anos, desde o registro de fundação em 1724.

é isso que faz sua originalidade nos anos 1960. Para ele, os objetos, antes de serem técnicos ou práticos, são primeiramente, signos. Ele trata notadamente do automóvel para mostrar que a relação com este se estrutura, sobretudo, pelo simbólico, quiçá pelo ilusório. Baudrillard fala de ‘euforia mecanicista da velocidade’ associada no imaginário ‘ao milagre do deslocamento’. Vai também tratar dos móveis e dos compartimentos da casa, sempre para mostrar que os objetos são mais a expressão das projeções dos indivíduos do que uma posse real ou prática. A sociedade de consumo parece finalmente se apresentar como uma grande ilusão. O homem torna-se uma forma vazia da qual o objeto é espelho, isto é, o reflexo de nada. Guy Debord (1931-1994), em *A sociedade do espetáculo* (1967), escreve que ‘a sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ela é fundamentalmente *espetaculosa*’. Ele anuncia *A era do vazio* de Gilles Lipovetsky em 1983 e, mais tarde, George Ritzer nos Estados Unidos no começo dos anos 1990. Ritzer retoma a tese weberiana da racionalização da sociedade, que ele aplica em 1995 ao cartão de crédito em *Expressing America*, depois aos *fast-foods* com o caso dos restaurantes McDonald, depois aos jogos de azar nos cassinos e, enfim, ao conjunto de serviços. Os McDonald são, para Ritzer (2001), ‘modelos ideais’ da racionalização dos serviços, pois permitiram ‘aumentar a eficiência, a previsibilidade, a calculabilidade e o controle graças à substituição de tecnologias não humanas por humanos’ ”. (DESJEUX, 2011, p. 55-54, grifos do autor).

É a partir dele que a dinâmica urbana maceioense parece ter se reconfigurado na contemporaneidade, imiscuindo-se sua apreciação estética e capacidade de gerar capital⁸. A saturação da apropriação desse fragmento da cidade nos últimos anos, nos termos supracitados, tem redirecionado a cidade, levando essa dinâmica para bairros do litoral norte da cidade, ainda possuidores de grande potencial paisagístico, promovendo, dessa maneira, uma propagação da permanência do oceano.

Considerando que a produção deste trabalho foca relações e não necessariamente a materialidade física do espaço, foram apropriadas as discussões de Deleuze e Guattari para a análise interpretação dos dados. Tal atitude decorreu da necessidade de identificar aspectos que se desenvolvem na dinâmica do espaço habitado e suas reconfigurações.

Mais recentemente, a filosofia cruzou com muitos novos rivais. Eram a princípio as ciências do homem, e notadamente a sociologia, que desejavam substituí-la. Mas como a filosofia tinha cada vez mais desprezado sua vocação de criar conceitos, para se refugiar nos Universais, não se sabia mais muito bem qual era a questão. Tratava-se de renunciar a toda criação do conceito em proveito de uma ciência estrita do homem, ou, ao contrário, de transformar a natureza dos conceitos, transformando-os ora em representações coletivas, ora em concepções do mundo criadas pelos povos, suas forças vitais, históricas e espirituais? Depois foi a voga da epistemologia, da lingüística, ou mesmo da psicanálise - e da análise lógica. De provação em provação, a filosofia enfrentaria seus rivais cada vez mais insolentes, cada vez mais calamitosos, que Platão ele mesmo não teria imaginado em seus momentos mais cômicos. Enfim, o fundo do poço da vergonha foi atingido quando a informática, o marketing, o design, a publicidade, todas as disciplinas da comunicação apoderaram-se da própria palavra conceito e disseram: é nosso negócio, somos nós os criativos, nós somos os conceituadores. Somos nós os amigos do conceito, nós os colocamos em computadores. Informação e criatividade, conceito e empresa: uma abundante bibliografia já... O marketing reteve a idéia de uma certa relação entre o conceito e o acontecimento; mas eis que o conceito se tornou o conjunto das apresentações de um produto (histórico, científico, artístico, sexual, pragmático...), e o acontecimento, a exposição que põe em cena apresentações diversas e a “troca de idéias” à qual supostamente dá lugar. Os únicos acontecimentos são as exposições, e os únicos conceitos, produtos que se pode vender. O movimento geral que substituiu a Crítica pela promoção comercial não deixou de afetar a filosofia. O simulacro, a simulação de um pacote de macarrão tornou-se o verdadeiro conceito, e o apresentador-expositor do produto, mercadoria ou obra de arte, tornou-se o filósofo, o personagem conceitual ou o artista. Como a filosofia, essa velha senhora, poderia alinhar-se com os jovens executivos numa corrida aos universais da comunicação para determinar uma forma mercantil do conceito, MERZ? Certamente, é doloroso descobrir que “Conceito” designa uma sociedade de serviços e de engenharia informática”. (DELEUZE, GUATTARI, 2010a, p. 17-18, grifos dos autores).

⁸ “No sentido exato da palavra, ou seja, o meio de proporcionar a mais-valia a partir da força de trabalho do operário”. (ABBAGNANO, 2007, 301).

A citação acima demonstra que Deleuze e Guattari trazem uma outra interpretação para o mundo. Para eles, há um Plano de Existência no qual todas as possibilidades ou movimentos de seres, coisas e objetos estão contidos e no qual domina o caos.

Define-se o caos menos por sua desordem que pela velocidade infinita com a qual se dissipa toda forma que nele se esboça. É um vazio que não é um nada, mas um virtual, contendo todas as partículas possíveis e suscitando todas as formas possíveis que surgem para desaparecer logo em seguida, sem consistência nem referência, sem consequência. É uma velocidade infinita de nascimento e de esvanecimento. Ora, a filosofia pergunta como guardar as velocidades infinitas, ganhando ao mesmo tempo consistência, dando uma consistência própria ao virtual”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 153).

A partir da ação do homem, ao impor uma racionalização à natureza, há a conformação de Plano de Consistência, na qual os atos criacionais atuam em três campos distintos: a Filosofia, a Ciência e a Arte. O entrelaçamento dessa racionalização gera esse Plano de Conformação a partir de três outros, intrínsecos à sua origem.

A Filosofia pensa o caos, investigando as possibilidades do infinito e atua no Plano de Imanência,

[que] não é um conceito pensado nem pensável, mas a imagem do pensamento, a imagem que ele se dá do que significa pensar, fazer uso do pensamento, se orientar no pensamento... Não é um método, pois todo método concerne eventualmente aos conceitos e supõe uma tal imagem. Não é nem mesmo um estado de conhecimento sobre o cérebro e seu funcionamento, já que o pensamento não é aqui remetido ao lento cérebro como ao estado de coisas cientificamente determinável em que ele se limita a efetuar-se, quaisquer que sejam seu uso e sua orientação. Não é nem mesmo a opinião que se faz do pensamento, de suas formas, de seus fins e seus meios a tal ou tal momento. A imagem do pensamento implica uma severa repartição do fato e do direito: o que concerne ao pensamento, como tal, deve ser separado dos acidentes que remetem ao cérebro, ou às opiniões históricas. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 53).

A Ciência racionaliza o caos, pausando e recortando uma possibilidade do infinito, e atua no Plano de Referência.

A filosofia procede por um plano de imanência ou de consistência; a ciência, por um plano de referência. No caso da ciência, é como uma parada da imagem. É uma fantástica desaceleração, e é por desaceleração que a matéria se atualiza, como também o pensamento científico, capaz de penetrá-la por proposições. Uma função é uma Desacelerada. Certamente, a ciência não cessa de promover acelerações, não somente nas catálises, mas

nos aceleradores de partículas, nas expansões que distanciam as galáxias. Estes fenômenos, contudo, não encontram na desaceleração primordial um instante-zero com o qual rompem, mas antes uma condição coextensiva a seu desenvolvimento integral. Desacelerar é colocar um limite no caos, sob o qual todas as velocidades passam, de modo que formam uma variável determinada como abcissa, ao mesmo tempo que o limite forma uma constante universal que não se pode ultrapassar (por exemplo, um máximo de contração). Os primeiros functivos são, pois, o limite e a variável, e a referência é uma relação entre valores da variável ou, mais profundamente, a relação da variável, como abcissa das velocidades, com o limite. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 154).

E a Arte introduz um senso estético em seres, coisas ou objetos, imortaliza um instante do caos em um Plano de Composição.

Composição, composição, eis a única definição da arte. A composição é estética, e o que não é composto não é uma obra de arte. Não confundiremos todavia a composição técnica, trabalho do material que faz freqüentemente intervir a ciência (matemática, física, química, anatomia) e a composição estética, que é o trabalho da sensação. Só este último merece plenamente o nome de composição, e nunca uma obra de arte é feita por técnica ou pela técnica. Certamente, a técnica compreende muitas coisas que se individualizam segundo cada artista e cada obra: as palavras e a sintaxe em literatura; não apenas a tela em pintura, mas sua preparação, os pigmentos, suas misturas, os métodos de perspectiva; ou então os doze sons da música ocidental, os instrumentos, as escalas, as alturas... E a relação entre os dois planos, o plano de composição técnica e o plano de composição estética, não cessa de variar historicamente. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 247).

Nessa perspectiva, o espaço possui duas características: uma extensiva e outra intensiva. Enquanto extensão, ele se conecta com aspectos mensuráveis, delimitando fronteiras naturais e/ou artificiais, operacionalizando suas dinâmicas econômico-culturais objetivamente através de adições simples. Enquanto intensão, o espaço depende do grau de magnitude das variáveis envolvidas, gerando zonas de tensão e operacionalizando suas interações a partir do equilíbrio das diferentes forças em ação. Para Deleuze, elas são essenciais para compreensão da identidade, a partir dos processos históricos que a produziram. (DELANDA, 2005).

The distinction between intensive and extensive spaces is one of the two key distinctions grounding his ontology (the other is that between actual and virtual space⁹). The concepts come from thermodynamics¹⁰ where they

⁹ Estas distinções serão discutidas no terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁰ "Despite the fact that Deleuze takes the distinction between the extensive and the intensive from physics, [...] he argues that nineteenth-century thermodynamics cannot provide the foundation he needs for his ontology. Why? Because that branch of physics became obsessed with the final equilibrium state (defined by its amount of entropy, an extensive quantity) at the expense of the difference driven intensive process which gives rise to that state. Fortunately, this shortcoming of classical thermodynamics has

are defined not as a distinction between spaces but between magnitudes or quantities (which can then be used to define spaces). While extensive quantities (such as volume, area, length, amount of energy or entropy) are additive, intensive quantities are not. For example, if one adds two equal volumes of water one gets twice the amount of water. But if one adds two quantities of water at forty-five degrees of temperature one does not get a body of water at ninety degrees but one at the original temperature. Deleuze defines intensive quantities as "indivisible", a definition which is simply another way of expressing the same point: a gallon of water at ninety degrees can be divided in extension, yielding, say, two half gallons, but the two parts will not each have half the temperature. Whatever way one chooses to define the terms what really matters is the reason for the lack of divisibility of intensive quantities: they are objective averages, and tend to preserve the same average value upon division. For two intensive quantities to produce a change, there must be a difference, or gradient, in their degree of intensity. And the change produced by a gradient of temperature (or pressure, density, speed) will not be a simple addition, but the emergence of a spontaneous flow or movement which will tend to cancel the difference in intensity, and restore equilibrium and average values. Yet, as Deleuze emphasises, despite the fact that it is the spontaneous cancellation of differences that explains indivisibility, the philosophical importance of intensive magnitudes can only be grasped prior to this cancellation. We can summarise what is philosophically relevant in this regard with the formula: intensive differences are productive. Indeed, it may be argued, wherever one finds an extensive frontier (for example, the skin which defines the extensive boundary of our bodies) there is always a process driven by intensive differences which produced such a boundary (for example, the embryological process which creates our bodies, driven by differences in chemical concentration, among other things).¹¹ (DELANDA, 2005, p. 80-81, grifos do autor).

now been fixed in the latest version of this field, appropriately labelled 'far-from-equilibrium thermodynamics', and the effect of this repair has been to make this discipline all the more interesting philosophically. In a nutshell, while equilibrium thermodynamics focusses on what happens once the intensive differences have been cancelled, far-from-equilibrium thermodynamics studies systems that are continuously traversed by a strong flow of energy or matter, a flow which does not allow the differences in intensity to be cancelled, that is, a flow that maintains these differences and keeps them from cancelling themselves out". (DELANDA, 2005, p. 82, grifo do autor). ["Apesar de Deleuze tomar a distinção entre o extenso e o intenso da física, [...] ele argumenta que a termodinâmica do século dezenove não pode fornecer a base que ele precisa para sua ontologia. Por quê? Porque esse ramo da física ficou obcecado com o estado de equilíbrio final (definido por sua quantidade de entropia, uma quantidade extensa) à custa do processo intensivo impulsionado pela diferença que dá origem a esse estado. Felizmente, esta deficiência da termodinâmica clássica foi corrigida na versão mais recente deste campo, rotulado adequadamente como 'termodinâmica longe-do-equilíbrio', e o efeito dessa correção foi tornar toda esta disciplina filosoficamente mais interessante. Em poucas palavras, enquanto a termodinâmica do equilíbrio se concentra no que acontece uma vez que as diferenças intensivas foram canceladas, a termodinâmica longe-do-equilíbrio estuda sistemas que são continuamente percorridos por um forte fluxo de energia ou matéria, um fluxo que não permite que as diferenças de intensidade sejam canceladas, isto é, um fluxo que mantém essas diferenças e evita que se cancelem". (T.A.)]

¹¹ "A distinção entre espaços intensivos e extensos é uma das duas principais distinções fundamentais do sua ontologia (a outra é aquela entre espaço real e virtual). Os conceitos vêm da termodinâmica, onde são definidos não como uma distinção entre espaços, mas entre magnitudes ou quantidades (que podem então ser usadas para definir espaços). Enquanto quantidades extensas (como volume, área, comprimento, quantidade de energia ou entropia) são aditivas, as quantidades intensas não são. Por exemplo, se alguém acrescenta dois volumes iguais de água, então receberá o dobro da quantidade de água. Mas se alguém adicionar duas quantidades de água a quarenta e cinco graus de temperatura, não há um corpo de água a noventa graus, mas um na temperatura original. Deleuze define quantidades intensivas como 'indivisíveis', uma definição que é simplesmente outra maneira de expressar o mesmo ponto: um galão de água a noventa graus pode ser dividido em extensão, produzindo, digamos, dois galões, mas as duas partes não terão cada uma metade da temperatura.

Assim, é possível afirmar que este estudo acerca da contemporaneidade versa sobre processos de construção do espaço a partir de relações focadas em suas configurações e reconfigurações. Portanto, as possibilidades do ser, coisa e/ou objeto dentro do universo infinito em seus movimentos, mas finito em sua materialidade, seja concreta ou metafórica. Esses movimentos de redefinições de fronteiras e equilíbrios dentro desse regime geram, portanto, descontinuidades, ressignificações, adições, reconexões que inserem novas dinâmicas no espaço e redefinem continuamente sua identidade. Não em sua repetição¹², mas em sua diferença.

Qualquer que seja a maneira que alguém escolha definir os termos, o que realmente importa é o motivo da falta de divisibilidade de quantidades intensivas: elas são médias objetivas e tendem a preservar o mesmo valor médio na divisão. Para duas quantidades intensivas para produzir uma mudança, deve haver uma *diferença*, ou gradiente, em seu grau de intensidade. E a mudança produzida por um gradiente de temperatura (ou pressão, densidade, velocidade) não será uma adição simples, mas o surgimento de um fluxo ou movimento espontâneo que tende a cancelar a diferença de intensidade e restaurar os valores de equilíbrio e médio. No entanto, como Deleuze enfatiza, apesar do fato de que é o cancelamento espontâneo das diferenças que explica a indivisibilidade, a importância filosófica das magnitudes intensivas só pode ser alcançada antes desse cancelamento. Podemos resumir o que é filosoficamente relevante a este respeito com a fórmula: *diferenças intensivas são produtivas*. Na verdade, pode-se argumentar, onde quer que se encontre uma fronteira extensa (por exemplo, a pele que define o limite extensivo de nossos corpos) sempre há um processo impulsionado por diferenças intensivas que produziram tal limite (por exemplo, o processo embriológico que cria nossos corpos, impulsionado por diferenças na concentração química, entre outras coisas). (T.A.).

¹² “A repetição não é a generalidade. De várias maneiras deve a repetição ser distinguida da generalidade. Toda fórmula que implique sua confusão é deplorável, como quando dizemos que duas coisas se assemelham como duas gotas d'água ou quando identificamos 'só há ciência do geral' e 'só há ciência do que se repete'. Entre a repetição e a semelhança, mesmo extrema, a diferença é de natureza. A generalidade apresenta duas grandes ordens: a ordem qualitativa das semelhanças e a ordem quantitativa das equivalências. Os ciclos e as igualdades são seus símbolos. Mas, de toda maneira, a generalidade exprime um ponto de vista segundo o qual um termo pode ser trocado por outro, substituído por outro. A troca ou a substituição dos particulares define nossa conduta em correspondência com a generalidade. Eis por que os empiristas não se enganam ao apresentar a idéia geral como uma idéia em si mesma particular, à condição de a ela acrescentar um sentimento de poder substituí-la por qualquer outra idéia particular que se lhe assemelhe sob a relação de uma palavra. Nós, ao contrário, vemos bem que a repetição só é uma conduta necessária e fundada apenas em relação ao que não pode ser substituído. Como conduta e como ponto de vista, a repetição concerne a uma singularidade não trocável, insubstituível. Os reflexos, os ecos, os duplos, as almas não são do domínio da semelhança ou da equivalência; e assim como não há substituição possível entre os verdadeiros gêmeos, também não há possibilidade de se trocar de alma. Se a troca é o critério da generalidade, o roubo e o dom são os critérios da repetição. Há, pois, uma diferença econômica entre as duas. Repetir é comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente. Como conduta externa, esta repetição talvez seja o eco de uma vibração mais secreta, de uma repetição interior e mais profunda no singular que a alma. A festa não tem outro paradoxo aparente: repetir um 'irrecomeçável'. Não acrescentar uma segunda e uma terceira vez à primeira, mas elevar a primeira vez à 'enésima' potência. Sob esta relação da potência, a repetição se reverte, interiorizando-se. Como diz Péguy, não é a festa da Federação que comemora ou representa a tomada da Bastilha; é a tomada da Bastilha que festeja e repete de antemão todas as Federações; ou, ainda, é a primeira ninféia de Monet que repete todas as outras. Opõe-se, pois, a generalidade, como generalidade do particular, e a repetição, como universalidade do singular. Repete-se uma obra de arte como singularidade sem conceito, e não é por acaso que um poema deve ser aprendido de cor. A cabeça é o órgão das trocas, mas o coração é órgão amoroso da repetição. (É verdade que a repetição concerne também à cabeça, mas precisamente porque ela é seu terror ou seu paradoxo.) Pius Servien distinguiu,

A diferença não é o diverso. O diverso é dado. Mas a diferença é aquilo pelo qual o dado é dado. É aquilo pelo qual o dado é dado como diverso. A diferença não é o fenômeno¹³, mas o númeno¹⁴ mais próximo do fenômeno. [...] Todo fenômeno remete a uma desigualdade que o condiciona. Toda diversidade e toda mudança remetem a uma diferença que é sua razão suficiente. Tudo o que se passa e que aparece é correlativo de ordens de diferenças: diferença de nível, de temperatura, de pressão, de tensão, de potencial, diferença de intensidade. [...] Todo fenômeno fulgura num sistema sinal-signo. Chamamos de sinal um sistema que é constituído ou bordado por, pelo menos, duas séries heterogêneas, duas ordens disparatadas capazes de entrar em comunicação; o fenômeno é um signo, isto é, aquilo que fulgura nesse sistema graças à comunicação dos disparates. [...] Todo fenômeno é composto, porque cada uma das duas séries que o bordam não é apenas heterogênea, mas também composta de termos heterogêneos, subentendida por séries heterogêneas, que formam subfenômenos. A expressão “diferença de intensidade” é uma tautologia. A intensidade é a forma da diferença como razão do sensível. Toda intensidade é diferencial, diferença em si mesma. Toda intensidade é E-E', em que E remete a e-e' e e remete a E-E' etc.: cada intensidade é já um acoplamento (em que cada elemento remete, por sua vez, a pares de elementos de uma outra ordem) e revela, assim, o conteúdo propriamente qualitativo da quantidade. Chamamos disparidade este estado da diferença infinitamente desdobrada, ressoando indefinidamente. A disparidade, isto é, a diferença ou

com justeza, duas linguagens: a linguagem das ciências, dominada pelo símbolo da igualdade, onde cada termo pode ser substituído por outros, e a linguagem lírica, em que cada termo, insubstituível, só pode ser repetido. Pode-se sempre ‘representar’ a repetição como uma semelhança extrema ou uma equivalência perfeita. Mas passar gradativamente de uma coisa a outra não impede que haja diferença de natureza entre as duas coisas”. (DELEUZE, 2000a, p. 11-12, grifos do autor).

¹³ “Segundo Kant, o F. é, em geral, o objeto do conhecimento enquanto condicionado pelas formas da intuição (tempo e espaço) e pelas categorias do intelecto. Diz: ‘F. é o que não pertence ao objeto em si mesmo, mas se encontra sempre na relação entre ele e o sujeito, e é inseparável da representação que este tem dele. Por isso mesmo, os predicados do espaço e do tempo são atribuídos aos objetos dos sentidos como tais, e nisso não há ilusão. Ao contrário, se atribuo à rosa em si a cor vermelha, a Saturno os anéis ou a todos os objetos externos em si a extensão, sem levar em conta a relação desses objetos com o sujeito e sem limitar meu juízo a esta relação, então nasce a ilusão’ (*Crít. R.Pura*, Estética Transcendental, § 8, Obs. ger., nota). Tal significado, no qual se estabelecia um filosofema muito difundido no séc. XVIII, permaneceu como um dos significados fundamentais desse termo, mais precisamente aquele com relação ao qual se fala de fenomenismo. Esse significado caracteriza-se pela limitação de validade do conhecimento humano. Neste sentido, F. não é o objeto que se manifesta, mas o objeto que se manifesta *ao homem* nas condições limitativas específicas que essa relação implica”. (ABBAGNANO, 2007, p. 437, grifos do autor).

¹⁴ “Este termo foi introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a *coisa em si*(v.). Na dissertação de 1770, Kant diz: ‘O objeto da sensibilidade é o sensível; o que nada contém que não possa ser conhecido pela inteligência é o inteligível. O primeiro era chamado de *fenômeno* pelas escolas dos antigos; o segundo, de N.’ (*De mundi sensibilis*, etc, § 3). Na realidade, a palavra N. às vezes é usada pelos filósofos gregos, não em contraposição a fenômeno, mas a *sensível*, como em Platão: ‘Se intelecção e opinião verdadeira são duas coisas diferentes, então sem dúvida existirão entes que, conquanto não sejam sensíveis para nós, são apenas *pensados*’ (*Tim.*, 51 d); algumas vezes é usada em contraposição ao objeto diretamente apreensível, como nos estoicos: ‘A compreensão se produz com a *sensação* — e então é compreensão de coisas brancas, pretas, ásperas ou lisas — ou com o raciocínio — e então é compreensão de nexos demonstrativos, como quando se demonstra que os deuses existem e que exercem a providência. Das *coisas pensadas*, algumas são pensadas segundo a ocasião, outras segundo a semelhança, outras segundo a composição e outras segundo contrariedades” (DiÓG. L, VII, 52). É mais freqüente nos antigos (sobretudo em Platão, em Aristóteles e nos neoplatônicos) o uso do termo *inteligível*, não em contraposição a fenômeno, mas a sensível (cf., p. ex., ARISTÓTELES, Et. nic, X, 4, 11 74 b 34). (ABBAGNANO, 2007, p. 718, grifos do autor).

a intensidade (diferença de intensidade) é a razão suficiente do fenômeno, a condição daquilo que aparece. Com sua turmalina, Novalis está mais próximo das condições do sensível do que Kant com o espaço e o tempo. A razão do sensível, a condição daquilo que aparece não é o espaço e o tempo, mas o Desigual em si, a disparação tal como é ela compreendida e determinada na diferença de intensidade, na intensidade como diferença. (DELEUZE, 2000c, p. 209-210c, grifo do autor).

Ao adotar o conceito da diferença, é preciso adotar também a compreensão do conceito de multiplicidade: a negação de uma unicidade originária, que descarta a noção de múltiplo e, por conseguinte, de um porvir, da relação entre causa e consequência e efeito, e incorpora a noção do devir¹⁵, as possibilidades ou movimentos do caos. O adjetivo múltiplo é sobrepujado pelo substantivo multiplicidade.

O devir-ilimitado torna-se o próprio acontecimento, ideal, incorporeal, com todas as reviravoltas que lhe são próprias, do futuro e do passado, do ativo e do passivo, da causa e do efeito. O futuro e o passado, o mais e o menos, o muito e o pouco, o demasiado e o insuficiente *ainda*, o já e o *não*: pois o acontecimento, infinitamente divisível, é sempre *os dois ao mesmo tempo*, eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar, mas nunca o que se passa (cortar demasiado profundo, mas não o bastante). O ativo e o passivo: pois o acontecimento, sendo impassível, troca-os tanto melhor quanto *não é nem um nem outro*, mas seu resultado comum (cortar-se cortado). A causa e o efeito: pois os acontecimentos, *não sendo nunca nada mais do que efeitos*, podem tanto melhor uns com os outros entrar em funções de quase-causas ou de relações de quase-causalidade sempre reversíveis (a ferida e a cicatriz). (DELEUZE, 1974, p. 9, grifos do autor).

A hipótese deste trabalho de dissertação se fundamenta na seguinte proposição: se até meados do século XX o oceano era coadjuvante da dinâmica espacial urbana maceioense, calcadas por um capitalismo mercantilista-industrial, a partir de fins do século XX o oceano assume protagonismo nas relações econômico-culturais e sociais e pode ser considerado o próprio meio para a reprodução do capital.

Busca-se, portanto, compreender a produção espacial da cidade de Maceió no contexto em que se insere o momento hipermoderno e a economia experiencial, abordando questões teórico-conceituais acerca das diversas visões do momento moderno contemporâneo e o capitalismo de consumo e observando a produção do

¹⁵ “Todo devir forma um ‘bloco’, em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se ‘desterritorializam’ mutuamente. Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a ‘faz fugir’. A relação mobiliza, portanto, quatro termos e não dois, divididos em séries heterogêneas entrelaçadas: x envolvendo y torna-se x’, ao passo que y tomado nessa relação com x torna-se y’”. (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24-25).

espaço maceioense a partir da perspectiva econômico-cultural. Com isso, este trabalho contribui para as discussões acerca da produção contemporânea do espaço.

Para tanto, esta dissertação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa do tipo básica, de cunho exploratório. Isso implica dizer que esse exercício intenta produzir conhecimento científico a partir de uma caracterização e definição do problema de pesquisa, baseado em levantamento bibliográfico, para então se debruçar sobre uma ampliação das generalizações. (SILVA; MENEZES, 2005).

O resultado foi estruturado em um quadro teórico-conceitual acerca das temáticas discutidas pelo momento hipermoderno e a produção do espaço contemporâneo sob a perspectiva da economia experiencial. Destarte, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, focada principalmente em livros e monografias, para subsidiar uma revisão de referências que abordam temáticas sobre a cultura e economia contemporâneos e da apropriação do espaço urbano de Maceió.

Para o objeto teórico, a descrição dos resultados foi orientada a partir dos parâmetros “economia” e “cultura”, evidenciando as relações estabelecidas entre a sociedade e a reprodução do espaço contemporâneo. Adotou-se como recorte temporal as transformações a partir da década de 1980. Os autores selecionados apresentam em comum um caráter descritivo da realidade em suas discussões, cujo olhar se lança na compreensão de seus processos. Para o objeto empírico, as temáticas pesquisadas foram sobre seu processo de ocupação do território, também destacando aspectos principalmente relacionados a questões econômicas e culturais; nesse caso, o foco não foi a apropriação física do espaço urbano, mas sim o estabelecimento das relações entre economia e cultura.

Acredita-se que esses conteúdos não apenas contribuem para o entendimento da produção do espaço de Maceió, como também sugere uma forma de ver a cidade e sua dinâmica inserida dentro de um movimento mundializado e globalizado de apropriação urbana. Diante do exposto, essa dissertação divide-se em três capítulos, os quais valeram-se de bases teóricas específicas para modelar cada um de seus teores e estruturar os vieses das (in)conclusões:

a) o primeiro capítulo, *Désenchantement*, traz a discussão sobre o processo de modernização contemporâneo, abordando questões sobre a economia, a cultura e a sociedade, refletindo sobre seus entrelaçamentos e destacando seu rebatimento na produção espacial, tomando como base a perspectiva que o arquiteto Rem Koolhaas definiu como Espaço-lixo;

b) o segundo capítulo, Maçai-ó-k paranãguassu, descreve e analisa o espaço urbano maceioense a partir das relações econômico-culturais e sua materialização espacial ao longo de sua história com o seu oceano; e

c) o terceiro capítulo, Tupi or to beyond, apropriando-se das discussões de Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre o conceito de espaço, interpreta as relações da dinâmica urbana maceioense e, em conjunto com o referencial teórico, mapeia os estratos, vetores e rostidade dos períodos estudados.

Há, na literatura infantil russa, um livro intitulado *Что я видел?* (O que eu vi?)¹⁶ sobre uma curiosa e questionadora criança de seis anos de idade, sempre em busca dos porquês sobre o mundo revelado em suas aventuras. A popularidade do livro resultou na apropriação dos inúmeros e insistentes “Por quê?” expressados pela protagonista e derivou em uma palavra, cunhada pelo autor do livro, cuja tradução não poderia ser capaz de abranger toda a polissemia de sua origem: *почемучка* (pochemuchka)¹⁷, cujo significado remete à uma pessoa que faz perguntas excessivamente, tal qual uma criança em busca de suprir sua necessidade de compreender seu universo particular em construção.

Mas uma questão ainda persiste: qual a pergunta a ser feita para as respostas dadas pelo conhecimento acumulado ao longo da história façam sentido e satisfaçam a necessidade do homem de compreender, no mínimo, seu universo particular e vislumbrar a resultante do choque com o mundo que acontece enquanto isso?

Há um enunciado esplêndido em um filme de Herzog. Colocando-se uma questão, o personagem do filme diz: quem dará uma resposta a essa resposta? De fato, não existe pergunta, respondemos sempre a respostas. À resposta já contida em uma pergunta (interrogatório, concurso, plebiscito etc.), serão sempre opostas perguntas que provêm de uma outra resposta. Será destacada uma palavra de ordem¹⁸. Na palavra de ordem, a vida deve

¹⁶ ZHITKOV, Boris Stepanovich. **Что я видел**. Moscou; Leningrado (São Petersburgo): DETIZDAT, 1939.

¹⁷ Do russo: “почему” (por quê) + “-чка” (sufixo qualificador de uma pessoa ou objeto; também pode indicar diminutivo de nomes próprios).

¹⁸ “A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. [...] Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático. A ordem não se relaciona com significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos. [...] A ‘primeira’ linguagem’, ou, antes, a primeira determinação que preenche a linguagem, não é o tropo ou a metáfora, é o *discurso indireto*”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 12-13, grifos dos autores).

responder. À resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie.¹⁹ (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 62).

Assim foi o processo de construção deste trabalho: diante de afirmações e imposições; de regras e normas; da disciplina e do controle; de métodos de docência, aprendizagem e avaliação; de situações propostas e resultados esperados; do mundo ensinado e o universo particular; do comodismo do ambiente familiar e o choque de novos conhecimentos; de crises pessoais e profissionais.

Se Asimov²⁰, ao imaginar o robô²¹, previu a necessidade de estabelecer as Três Leis da Robótica para garantir a sobrevivência da humanidade em caso de revolta dos autômatos, há também um limite para as possibilidades de questionar o porquê das coisas? Estaria Nietzsche²² certo quando estabeleceu a sabedoria como o limite da busca do conhecimento? É a sabedoria o horizonte de eventos²³ do

¹⁹ “Segundo as indicações de Canetti, podemos partir da seguinte situação pragmática: a palavra de ordem é sentença de morte, implica sempre uma sentença como essa, mesmo muito atenuada, devinda simbólica, iniciática, temporária, etc. A palavra de ordem traz uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedece ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir, levar para outra parte. Uma ordem do pai a seu filho – ‘você fará isso’, ‘você não fará aquilo’ – não pode ser separada da pequena sentença de morte que o filho experimenta em um ponto de sua pessoa. Morte, morte, esse é o único julgamento, e o que faz do julgamento um sistema. Veredito. *Mas a palavra de ordem é também outra coisa*, inseparavelmente ligada a essa: é como um grito de alarme ou uma mensagem de fuga. Seria simples demais dizer que a fuga é uma reação à palavra de ordem; encontra-se, antes, compreendida nesta, como sua outra face em um agenciamento complexo, seu outro componente. Canetti tem razão ao invocar o rugido do leão, que enuncia ao mesmo tempo a fuga e a morte. A palavra de ordem tem dois tons”. ([S.a.], [S.p.] apud DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 57-58, grifos dos autores).

²⁰ ASIMOV, Isaac. **I, robot**. Nova Iorque: Gnome Press, 1950.

²¹ Do tcheco: “robota” (trabalho forçado).

²² NIETZSCHE, Friedrich. **Götzen-Dämmerung oder Wie man mit dem Hammer philosophirt**. Leipzig: C.G. Naumann, 1889.

²³ “Quando uma estrela colapsa, depois de chegar ao final de sua vida, ela pode formar um objeto cósmico ultramaciço, tão denso que qualquer corpo que se aproxima dele é puxado para o seu interior pela força gravitacional. Nem mesmo as partículas de luz (fótons) escapam de serem sugadas por ele. Daí a denominação buraco negro para esses ‘ralos’ cósmicos. [...] Uma das conseqüências dos efeitos quânticos sobre os buracos negros é que esses corpos cósmicos podem evaporar. Um paradoxo relacionado com esse fenômeno se expressa através da seguinte pergunta: o que acontece com a informação contida num buraco negro depois que ele evapora totalmente? [...] É perdida para sempre? A resposta parece ser não, pois a mecânica quântica prediz que a informação é sempre preservada. Portanto, se a informação contida num buraco negro fosse realmente perdida, a mecânica quântica teria de ser abandonada. [A] teoria das supercordas [...] prevê que a informação contida num buraco negro não é perdida, pois está armazenada na radiação expelida durante a evaporação. Isso faz com que o processo de evaporação de um buraco negro passe a ser consistente com os princípios da mecânica quântica. Todo buraco negro tem um ‘horizonte’ ao seu redor. Essa fronteira virtual determina se uma partícula poderá ou não escapar dele. Antes de cruzar essa superfície bidimensional, ainda é possível para uma partícula desviar e escapar de cair dentro do buraco negro. Mas, ultrapassado o horizonte, qualquer corpo está fadado a um destino cruel: ser sugado pelo buraco negro e só ser devolvido ao mundo exterior na forma de radiação”. (BERKOVITS, 2008, p. 164-166, grifos do autor).; “Os físicos americanos Julius Oppenheimer e Hartland Snyder concluíram [...] que estrelas suficientemente maciças acabariam colapsando totalmente sob a influência de seu próprio campo gravitacional, dando origem a buracos negros. [...] De acordo com as fórmulas obtidas por Oppenheimer

conhecimento? Ou, numa outra perspectiva, o que resta quando as certezas são solapadas?

Considerando a abordagem temática, os fundamentos teóricos e o enquadramento discursivo acima referidos, as inquietações sintetizadas no título deste trabalho, buscaram, portanto, suas perguntas-respostas no campo da abstração.

Como as relações espaciais, transitórias e idiossincráticas, configuram a cidade? Quais sentidos e direções os vetores das relações entre cultura e economia tomam na cidade de Maceió?

E quais estratos produzidos por esses vetores através de suas operações (adição, multiplicação, divisão e seus módulos resultantes), se

os estratos estão sempre sendo sacudidos por fenômenos de quebra ou ruptura, seja no nível dos substratos que fornecem materiais, seja no nível das “sopas” que cada estrato comporta (sopa pré-biótica, sopa pré-química...), seja no nível dos epistratos que se acumulam, seja no nível dos parastratos que se ladeiam: por toda parte surgem acelerações e bloqueios simultâneos, velocidades comparadas, diferenças de desterritorialização que criam campos relativos de reterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 91, grifo dos autores).

É possível extrair uma imagem ou um rosto de um espaço urbano, já que

o rosto é uma superfície: traços, linhas, rugas do rosto, rosto comprido, quadrado, triangular; o rosto é um mapa, mesmo se aplicado sobre um volume, envolvendo-o, mesmo se cercado e margeando cavidades que não existem mais senão como buracos. Mesmo humana, a cabeça não é forçosamente um rosto. O rosto só se reproduz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando para de ser codificada pelo corpo, quando para de ter um código corporal plurívoco multidimensional. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 39).

e Snyder, à medida que o processo fosse evoluindo, observadores distantes veriam a estrela colapsar enquanto sua imagem iria se desvanecendo, até que sua superfície alcançasse o horizonte de eventos. A imagem da estrela ficaria, então, congelada, ao mesmo tempo que desapareceria da vista dos observadores externos. Por outro lado, do ponto de vista de um observador hipotético sobre a superfície da estrela, a implosão prosseguiria continuamente até toda a estrela ser compactada numa região de volume nulo, dando origem à chamada singularidade, com densidade infinita. Foram necessários quase 20 anos para que, em 1958, outro físico americano, David Finkelstein, conseguisse encontrar uma forma de conciliar essas visões aparentemente contraditórias. Uma estrela colapsando continua a existir mesmo quando seu raio se torna inferior ao do horizonte de eventos, assim como o Sol continua existindo após se pôr no horizonte, ao final de cada dia. Aliás, foi precisamente por essa analogia que foi escolhida a denominação *horizonte* (de eventos), pelo físico anglo-americano de origem austríaca Wolfgang Rindler, para a fronteira do buraco negro. No entanto, não podemos ir muito longe com essa comparação, pois o Sol volta a se mostrar no amanhecer seguinte, enquanto tudo o que cai para dentro do horizonte de um buraco negro, segundo a teoria clássica, ficará permanentemente inacessível para um observador no meio externo”. (CASTIÑEIRAS; CRISPINO; MATSAS, 2004, p. 53-54, grifo dos autores).

A resultante deste trabalho não pretende produzir efeitos sinóticos ao leitor, mas sim sinápticos. Sua estrutura conta com informações intencionalmente omissas, estultas, acrimoniosas, aporéticas ou apócrifas – talvez tudo ao mesmo tempo; tecendo elucubrações e suspeições; sugerindo uma aparente falta de conexão entre as partes e o todo; suscitando discussões ora ditirâmbicas ou falaciosas, ora sentindo a diafaneidade das ausências.

Buscou-se relacionar os conteúdos com base na ideia de hiperlink, tão utilizado no ambiente cibernético, mas pouco eficaz quando não há um link digital à distância apenas de um clique para responder a um provável “por quê?”, continuando o processo de produção do conhecimento²⁴. As respostas estão dadas, falta descobrir as perguntas — que não vêm no porvir de uma resposta, mas sim devém respostas ou, num outro dizer, perguntas-respostas.

²⁴ “Se me perguntassem qual foi a maior façanha de Cristóvão Colombo ao descobrir a América, minha resposta não seria que ele se beneficiou da forma esférica da Terra para chegar às Índias pela rota ocidental (essa idéia ocorrera a muitos outros antes dele), nem que preparou sua expedição meticulosamente e equipou seus navios com extrema perícia (também isso, outros poderiam ter feito igualmente bem). Seu feito mais notável foi a decisão de sair das regiões conhecidas do mundo e navegar para o Ocidente, até muito além do ponto a partir do qual seus suprimentos poderiam leva-lo de volta para casa. Também na ciência, é impossível abrir novos campos se não se estiver disposto a deixar o ancoradouro seguro da doutrina aceita e enfrentar o perigo de um arriscado salto à frente em direção ao vazio. Com a teoria da relatividade, Einstein havia abandonado o conceito de simultaneidade, que pertencia ao terreno sólido da física tradicional. Ao fazê-lo, ultrajara muitos eminentes físicos e filósofos, transformando-os em opositores ferozes da nova teoria. Em geral, o progresso da ciência não exige mais do que a absorção de idéias e a elaboração de novas idéias – e esse é um chamado que a maioria dos cientistas se compraz em atender. Entretanto, quando se trata de enveredar por novos territórios, a própria estrutura do pensamento científico (e não apenas o seu conteúdo) pode ter que se alterar, para que seja possível compreender o novo”. (HEISENBERG, 1996b, p. 87).

Então muito se govoreto e se argumentou e eu simplesmente fiquei ali parado, irmãos, tipo assim completamente ignorado por todos aqueles bratchnis ignorantes, então krikei:

– Eu, eu, eu. E eu? Onde é que eu entro nisso tudo? Será que eu sou apenas uma espécie de animal ou de cão? – E isso fez com que eles começassem a govoretar ainda mais alto e lançar slovos para mim. Então eu krikei mais alto, ainda krikando: – Será que eu serei apenas uma laranja mecânica? – Eu não sabia o que me fez usar aquelas slovos, irmãos, que simplesmente saíram sem pedir permissão à minha gúliver. E isso calou aqueles veks por algum motivo, por um minueto ou mais. Então um tchelovek tipo professor muito magro e starre se levantou, o pescoço parecendo cabos que carregava energia da gúliver até o ploti, e ele disse:

– Você não tem motivo para reclamar, garoto. Você fez sua escolha e tudo isso é uma consequência dessa sua escolha. O que quer que aconteça agora, você mesmo escolheu. – E o chapelão da prisão krikou:

– Ah, quisera eu acreditar nisso. – E dava para videar o Diretor lhe dar um olhar que significava que ele não iria subir assim tão alto na Religião da Prisão como ele achava que iria.

(Anthony Burgess, Laranja Mecânica, 1962).

Partindo da premissa que, a despeito de todos os augúrios, ainda somos modernos e sua prematuramente anunciada morte foi um fato putativo, o Movimento Moderno²⁵ passou por um processo de autofagia e regurgitou uma outra versão evoluída²⁶ (talvez ironicamente engolido por suas próprias ideias progressistas²⁷),

²⁵ É momentoso destacar que, face as diversas nomenclaturas existentes, este trabalho adota as discussões estabelecidas por François Ascher sobre a Condição Moderna ou Modernidade e as interpretações de Gilles Lipovetsky sobre o Movimento Moderno ou Modernismo e seus momentos subsequentes. Assim, enseja destacar que ambos observam os dois objetos teóricos como um processo, sendo mais adequado tratar da Condição Moderna e do Movimento Moderno como um estado de Modernização. Nesse sentido, Ascher (2010) afirma que ele vem se desenvolvendo desde o fim da Idade Média, marcada fortemente pela ideia de projeto e mudança, e pode ser classificado em três fases: a Alta Modernidade, que vai até o início da Revolução Industrial, com a gênese das ciências e do capitalismo mercantil e a emancipação da sociedade frente à natureza; a Média Modernidade, a partir da Revolução Industrial, na qual se estabelece o capitalismo industrial e o domínio da técnica sobre a sociedade; e a Baixa Modernidade, que vai se estabelecendo a partir das críticas que surgem no Pós-Grande Guerra sobre os avanços e percalços da Média Modernidade, representada fortemente pelo Movimento Moderno, a substituição da sociedade pelo indivíduo e o aporte do capitalismo cognitivo. Lipovetsky (2004) foca nos processos econômico-culturais que se desenvolvem desde fins do século XIX, reafirma a continuidade do processo de Modernização e classifica o período a partir do Movimento Moderno em duas fases, o Modernismo e o Hipermodernismo, separado por um interlúdio, o Pós-Modernismo. Se o Modernismo impunha uma sociedade disciplinar-totalitária e alicerçada no bem comum da sociedade, a crise ideológica trazida pelo Pós-Modernismo desagua então no Hipermodernismo, uma sociedade de vigilância, composta de indivíduos e suas liberdades individuais, alicerçada na técnica, no consumo e no hedonismo, em um processo de Modernização da Modernização, que mantém a dinâmica própria inerente às transformações dessa conjuntura, mas adotando agora o presentismo como seu tempo social.

²⁶ “E. não é necessariamente progresso, e muito menos progresso unilinear, necessário e constante. Seja qual for o critério escolhido para julgar o curso da E., ver-se-á que a história da vida oferece exemplos não só de progressos, em relação a esse critério, mas também de retrocessos e degenerações. [...] Exigência de que os fatores invocados para explicar a E. não só expliquem o que ocorre segundo um plano na organização da vida, mas também o que ocorre por acaso; não só a adaptação, mas também a falta de adaptação; não só os aspectos favoráveis e progressistas das transformações vitais, mas também os desfavoráveis e negativos. A primeira consequência desse ponto de vista é o reconhecimento de que é inútil e cientificamente ilegítimo privilegiar um fator evolutivo (p. ex., a seleção natural) e considerá-lo único e fundamental, como fizeram os neodarwinistas. A segunda consequência é o abandono completo do ponto de vista finalista, que exige a presença de um objetivo final na E. (cf., p. ex., B. S. HALDANE, *The Causes of E.*, 1932)”. (ABBAGNANO, 2007, 394-395),

²⁷ “Conceito que dominou todas as manifestações da cultura ocidental do séc. XIX e ainda continua sendo pano de fundo de muitas concepções filosóficas e científicas. As principais implicações dessa noção são as seguintes: 1a o curso dos eventos (naturais e históricos) constitui uma série unilinear; 2a cada termo desta série é necessário no sentido de não poder ser diferente do que é; 3a cada termo da série realiza um incremento de valor sobre o precedente; 4a qualquer regressão é aparente e constitui a condição de um P. maior. Às vezes, como na filosofia de Hegel, limitam-se as condições de validade da 3a proposição por se admitir que a história constitui um círculo no qual as fases mais elevadas, já realizadas, constituem as condições para as mais baixas, de tal modo que estas possuem a mesma racionalidade ou perfeição do todo (cf. HEGEL, *Wissenschaft der Logik*, I, I, I, cap. II, nota I, “O progresso infinito”; CROCE, *La storia come pensiero e come azione*, 1938. p. 25). Mas nenhuma dessas quatro teses encontra apoio nas regras da metodologia historiográfica que permitem delimitar, hoje, o campo da ‘história’; nenhuma delas é compatível com tais regras; portanto, a ideia de P. não pertence ao domínio da historiografia científica. Por outro lado, na cultura contemporânea a crença no P. foi muito abalada pela experiência das duas guerras mundiais e pela mudança que elas produziram no campo da filosofia, pondo por terra a tendência romântica que a tinha como pedra angular. Portanto, no estágio atual dos estudos, essa ideia só pode ser considerada válida como esperança ou empenho moral para o futuro, e não como princípio diretivo da interpretação historiográfica”. (ABBAGNANO, 2007, 799-800, grifo do autor).

representativa do espírito contemporâneo, no qual agora o culto já não é o do passado ou o do futuro: cultua-se o presente, ansioso por um futuro incerto e agarrado a um passado nostálgico.

É no meio dessa crise das instituições políticas, familiares e religiosas que afloram as discussões sobre as liberdades individuais ligadas às questões de identidade de gênero e sexualidade, destacando assim a importância da individualidade e satisfação dos desejos do indivíduo. As TICs se estabeleciam definitivamente no centro das relações sociais humanas, em função do recrudescimento dos processos de globalização e mundialização, do aporte do capitalismo financeiro, da mercantilização da cultura, da massificação do turismo e da capitalização das experiências estéticas, alterando assim a forma como os indivíduos se relacionavam entre si e com o ambiente. (LIPOVETSKY, 2004).

No momento em que o sistema capitalista parece triunfar sobre o comunista, materializado com a derrocada do socialismo soviético e a queda do Muro de Berlim, a quantidade de informações disponíveis ao alcance das mãos, reconfiguram a relação do sujeito com o espaço e o tempo, tornando seu consumo imediato e descartável em escala exponencial. Considere o oceano: Jasão e os argonautas navegaram sobre intervenção divina rumo a uma tragédia final; os europeus se aventuraram a mapear as rotas marítimas; o Sistema de Posicionamento Global (GPS) e a telemática permitem uma imersão ao alcance de um clique.

La globalisation n'est pas un processus simple de diffusion d'une culture dominante et d'homogénéisation mondiale. De fait, les processus de domination durable se traduisent généralement par des formes d'échanges entre dominants et dominés, les uns et les autres recyclant en partie les objets et les cultures des autres. Au Coca-Cola réinterprété par les Indiens, correspondent le café et le cacao, récupérés par l'Occident mais aussi désenchantés car privés de leurs pouvoirs originels magiques. Toutefois, une des nouveautés de la globalisation est qu'elle trouve, dans les spécificités locales, des éléments utiles à sa propre dynamique. Ainsi, une partie significative des pratiques ou des objets que diffuse est empruntée à des registres originellement locaux, qui trouvent ainsi paradoxalement des forces et des formes nouvelles dans le processus de globalisation. Les raisons pour lesquelles les acteurs économiques de la globalisation recourent à ces emprunts locaux sont diverses. Mais elles tiennent à deux facteurs principaux : d'une part, à la concurrence à laquelle se livrent les entreprises, qui sans cesse nivelle leurs spécificités et leurs avantages, et les oblige à toujours renoueler ce qui peut faire la différence pour gagner des marchés, pour séduire la demande. Or chaque ville, chaque région, chaque pays a des spécificités qui un jour peuvent constituer le support d'une marchandise spécifique et d'un avantage compétitif. D'autre part, l'économie globalisée doit être aussi capable de se décliner localement pour pouvoir s'insérer (re-embedding) dans des situations sociales, économiques, culturelles, politiques diversifiées localement. La globalisation économique ne produit pas

*seulement du local dans la sphère de l'économie. Comme le souligne Robertson, les distances et les différences introduites par la globalisation engendrent également une nouvelle perception de l'ici qui devient du local. La globalisation est de ce point de vue réflexive, car elle fait retour sur le lieu et le transforme. Et ce doublement car, ainsi que l'écrivain Michel Leiris, c'est le regard de l'Occidental qui, pour lui-même d'abord, pour l'Africain ensuite, fait de l'art de ce dernier un « art nègre ». Mais la mise en relation avec « l'autre », régional, national e international, opéré par la globalisation dans un contexte de fragilisation voire d'éclatement des sociétés locales, provoque aussi très souvent des réflexes quasi indentaires qui s'expriment par des réactivations ou des réinventions, parfois violentes, de spécificités locales.*²⁸ (ASCHER, 2000, p. 148-149, grifos do autor).

A Contemporaneidade é, portanto, um espaço de contextos cada vez mais incertos, caracterizada por uma sociedade individualizada e individualista, no qual o poder de escolha se imiscui em todas as esferas, conectada em redes e cujo desenvolvimento econômico depende do número de possibilidades de sua acessibilidade. Isso significa dizer que a sociedade e, por conseguinte, a cidade, prescindem da reatratividade: cada escolha e ação possíveis são reguladas através de instrumentos de controle e avaliação de seus objetivos, passíveis de refinamentos ou readequação. (ASCHER, 2010).

O paradoxo da modernização é que o desenvolvimento do conhecimento e da técnica, bem como a circulação acelerada e expandida das informações, aumentam os riscos: o progresso da ciência traz consigo a emergência constante de novos riscos relacionados à poluição, às emissões

²⁸ “A globalização não é um processo simples de disseminação de uma cultura dominante e homogeneização global. De fato, os processos de dominação a longo prazo são geralmente traduzidos em formas de troca entre dominantes e dominados, os uns e os outros reciclam em parte os objetos e as culturas dos outros. A Coca-Cola reinterpretada pelos índios, correspondem ao café e ao cacau, recuperados pelo Ocidente, mas também desencantados porque privados de seus poderes mágicos originais. No entanto, uma das novidades da globalização é que ela encontra, nas especificidades locais, elementos úteis à sua própria dinâmica. Assim, uma parte significativa das práticas ou dos objetos que ela difunde é emprestada de registros originalmente locais, que paradoxalmente encontram novas forças e formas no processo de globalização. As razões pelas quais os atores econômicos da globalização usam esses emolumentos locais são diversas. Mas há dois fatores principais: por um lado, para a competição em que as empresas estão envolvidas, que constantemente nivelam suas especificidades e suas vantagens e as obrigam a sempre renovar o que pode fazer a diferença para conquistar mercados, para seduzir a demanda. Agora cada cidade, cada região, cada país tem especificidades que podem constituir o suporte de uma mercadoria específica e uma vantagem competitiva. Por outro lado, a economia globalizada também deve ser capaz de declinar localmente para poder se reinserir (reincorporar) novamente em situações políticas sociais, econômicas, culturais e diversificadas localmente. A globalização econômica não só produz local na esfera da economia. Como Robertson ressalta, as distâncias e as diferenças introduzidas pela globalização também geram uma nova percepção do aqui que se torna local. A globalização é, deste ponto de vista, reflexiva porque retorna ao local e o transforma. E isso duplica porque, como escreveu Michel Leiris, são os olhos ocidentais que, para ele primeiro, para os africanos em seguida, torna a arte do último uma ‘arte negra’. Mas a ligação com o ‘outro’, regional, nacional e internacional, operado pela globalização em um contexto de enfraquecimento ou mesmo fragmentação das sociedades locais, também muitas vezes provoca reflexos quase identitários que são expressos por reativações ou reinvenções, às vezes violentas, de especificidades locais”. (T.A.).

do gás carbônico na atmosfera, ao uso dos sistemas de refrigeração etc. O avanço da informação trouxe também a imediata difusão dos acontecimentos, contribuindo para a imagem de um mundo urbano cheio de perigos. Mas o aumento do risco não se traduz necessariamente no sentimento de que a sociedade está mais perigosa. Pois, de um lado, as necessidades de segurança aumentam e, de outro, certas incertezas aumentam efetivamente. O progresso de uma técnica é uma faca de dois gumes: abre novas possibilidades, mas também aumenta os estragos que pode provocar. (ASCHER, 2010, p. 77).

1.1 O SEGUNDO MOMENTO MODERNIZADOR: A ERA DO HIPER

Se o Modernismo pode ser considerado como o primeiro momento modernizador e o Pós-Modernismo uma fase de transição, estamos então agora em seu segundo momento: o Hipermodernismo²⁹. Mantendo ainda a essência, ele se caracteriza pela dissociação entre tempo e espaço e pela primazia daquele sobre este. Suas histórias estão imiscuídas, ou melhor, a história da modernidade é a própria história do tempo³⁰: “a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história”. (BAUMAN, 2001, p. 140).

É nesse segundo momento que esse espaço produzido pode ser definido por três parâmetros essenciais e definidores da sociedade atual: o hiperconsumismo, que preza um consumo cada vez maior e mais veloz, numa busca emotiva e hedonística³¹;

²⁹ A partir deste momento, adotar-se-á o termo “hipermodernidade” e seus correlatos para discutir as questões da Modernização na Contemporaneidade.

³⁰ É interessante notar que na Antiguidade Clássica Grega coexistiam três noções de tempo permeando esta sociedade, mitificada em três distintas divindades – Cronos, o tempo presente, destruindo o passado e trazendo o inexorável futuro; Aion, um passado-futuro, eterno retorno de um passado resistente ao transcurso da história; e Kairós, um momento-lugar único e não repetível, capaz de distorcer a percepção de tempo e espaço. (NÚÑEZ, 2007). A Modernidade tendeu então dirimir essa coexistência: para Lipovetsky (2004), enquanto o Movimento Moderno abandonava o passado visando um futuro promissor, o Pós-Modernismo se voltou para o sublime e estranhamente familiar passado, para em seguida se ater a uma busca frenética de instantes memoráveis no Hipermodernismo. Assim, a volição em um desses momentos parece fazer suas libações a apenas uma das divindades da concepção grega do tempo.

³¹ “O hedonismo é, para [Michel] Onfray (1995, p.145), uma ‘moral que necessita de um cálculo permanente visando determinar, incessantemente, as condições de possibilidades do máximo de prazer para si e para o outro’. É uma perspectiva utilitarista no sentido anglo-saxônico do termo, pois ‘a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral’ admite, segundo [John Stuart] Mill, que apenas são corretas, as ações que promovem a felicidade. ‘Por felicidade se entende prazer e ausência de dor; por infelicidade, dor e privação de prazer’ (MILL, 2000, p. 187). O hedonista é um ser autônomo que, para exercer a sua diferença, busca no outro elementos que se conjugam aos dele. Ele traça o seu próprio caminho que o conduz ao júbilo. Assim, a prática hedonista permite ao indivíduo viver em condições melhores, livres da escravidão induzida pelas religiões e das leis do mais forte inerentes ao capitalismo liberal. [...] Mas, para isso, uma troca ou uma mudança radical precisa acontecer antes. A morte do político se deu, de acordo com Onfray, com o triunfo do capitalismo que, por sua vez, transformou os homens e a política em seus serventes. A política, como arte da vida em comum, foi substituída, após a revolução industrial, pela ciência da submissão dos escravos aos senhores. Assim, constata Onfray (2001), para que o mundo possa ser reencantado, e a volta do político possa acontecer, é necessário acabar com a condição de submissos na qual os homens e a

a hipermodernidade, através da liberdade individual, flexibilidade e fluidez, mas sempre respeitando o espaço do outro; e o hipernarcisismo, uma obsessão do sujeito consigo mesmo, numa eterna tensão e ansiedade devido ao medo de um futuro incerto. (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004).

O desenvolvimento dos meios de transporte e das telecomunicações abre para cada indivíduo equivalências e vínculos diretos entre espaço e tempo: as distâncias físicas não se traduzem mais em tempos fixos de deslocamentos, mas mudam conforme os modos de transporte e comunicação e segundo as horas; os cidadãos podem cada vez mais escolher o lugar e a hora da sua atividade; podem também arbitrar entre uma mudança de local (um deslocamento) e uma mudança temporal (uma dessincronização). De fato, as ferramentas, técnicas e modalidades que permitem modificar o tempo e o lugar das atividades individuais e coletivas constituem um dos principais traços da nova revolução urbana. (ASCHER, 2010, 68).

O indivíduo contemporâneo vivencia, portanto, um mundo cada vez mais veloz, causado pelas facilidades de deslocamento, cuja preocupação pela falta de tempo e a busca pela qualidade de vida parecem se sobrepor a questões de ordem econômica – se é que é possível distingui-las. Na hipermodernidade, vive-se o aqui-

política se encontram em relação à economia; mas, também, exigir que a economia se submeta aos princípios político e hedonista de vida em comum e comece a servir aos homens e parar de exigir ser servida. Ela deve funcionar como meio e não como fim; é preciso, portanto, ‘acabar com essa religião da economia que faz do capital seu deus e dos homens vulgares fiéis, sujeitos a impostos e corveias à vontade’ (ONFRAY, 2001, p. 93). [...] Não se pode perder de vista, também, enfatiza Onfray, que o mecanismo econômico, desde os tempos antigos, funciona no sentido de sugar a essência daqueles que dispõem unicamente de seus corpos. Ele sempre teve como meta fazer o dinheiro dos senhores através da extração de suor do corpo dos escravos. As riquezas produzidas pela prática de uma atividade econômica isolada financiam as despesas suntuosas dos senhores, como, por exemplo, as pirâmides, as catedrais, as represas, os foguetes, as fábricas e os capitais flutuantes. Em todos esses casos, constata o filósofo: ‘trata-se de afirmar a potência e a soberania do poder temporal, depois no poder espiritual no qual se inspira ou que o sustenta... o sangue dos homens pobres cimenta a pândega Extrema’ (ONFRAY, 2001, p. 96). Hoje, para garantir o aumento das massas monetárias virtuais que circulam obedecendo apenas às suas leis, os escravos modernos são concebidos totalmente como meios, utilizados e dispensados de acordo com o interesse do mercado. Os capitais flutuantes não possuem fronteiras nem proibições, observa Onfray (2001, p. 96), seus princípios de ação se assemelham aos das ‘forças armadas de uma superpotência dominando planetariamente (...) distribuem a miséria ou a riqueza à sua passagem’. Portanto, a nossa época não é diferente das outras que ‘colocaram a ideologia, a religião, a filosofia, a arte a serviço dos cultos prestados à produção’ (ONFRAY, 2001, p. 97). Basicamente, todos ou quase todos se sacrificam ao capital flutuante que funciona como Deus, com características onipresente, onipotente e onisciente. [...] O essencial, portanto, é que o homem se liberte da economia, reaproprie-se de si mesmo. Para isso, a economia precisa ser enquadrada dentro de um projeto político hedonista, capaz de transformá-la em uma força positiva a serviço de todos. Para que esse projeto se realize, ‘é preciso submeter a economia a um princípio dionísio e dela fazer uma técnica celebrando os impulsos da vida’ (ONFRAY, 2001, p. 117), e a política parar de se submeter à tirania dessa economia celebrada sob a forma de religião que tem como meta possibilitar a riqueza dos ricos através do aumento da pobreza dos pobres, e exigir que ela se submeta às suas leis. ‘A economia liberal entendida como genealogia sombria da miséria cartografada em montante obriga uma revolução copernicana’ (ONFRAY, 2001, p. 119)”. (apud VICENTE, 2003, p. 127-131, grifos do autor).

agora. Efêmera e sedutora, produz indivíduos que consomem para ter prazer e uma espiral crescente de distúrbios psicossomáticos, depressões e ansiedades. (LIPOVESTSKY; CHARLES, 2004).

Bauman (2001) afirma que nada resta ao homem exceto se individualizar. Essa nova faceta da modernidade, que já não crê em uma meta utópica para o futuro, fragmenta a noção da propriedade coletiva e outorga ao indivíduo tomar as rédeas, assumindo assim os deveres e as consequências de suas escolhas. O discurso muda então de “sociedade justa” para “direitos humanos”, com o indivíduo responsável pela eleição de seu modelo de felicidade, ou modo de vida, mas coagido a respeitar o espaço do outro.

Quando foram apresentados, ele fez uma piada, esperando ser apreciado. Ela riu extremamente forte, esperando ser apreciada. Depois, cada um voltou para casa sozinho em seu carro, olhando direto para a frente, com a mesma contração no rosto. O homem que apresentou os dois não gostava muito de nenhum deles, embora agisse como se gostasse, ansioso como estava para conservar boas relações a todo momento. Nunca se sabe, afinal, não é mesmo não é mesmo não é mesmo. (WALLACE, 2005a, p. 9).

Antes definida como sociedade disciplinar, através dos parâmetros do Modernismo e seu homem-tipo, que ditavam modos de se portar em cada situação, agora a sociedade é configurada através de instrumentos de controle e vigilância, estabelecendo relações e limites para as ações individuais. Essas possibilidades de escolha resultam numa individualização das referências, causada pelo abandono da noção de sujeito coletivo e exaltação do culto do eu, e em processos de homogeneização cultural, derivados do consumo e das facilidades de deslocamento atuais (sejam pessoas, informações ou capitais). (AUGÉ, 1994).

A cultura é feita na medida da liberdade de escolha *individual* (voluntária ou imposta como obrigação). É *destinada* a servir às exigências desta liberdade. A garantir que a escolha continue a ser *inevitável*: uma necessidade de vida e um *dever*. A assegurar que a responsabilidade, companheira inseparável da livre escolha, permaneça lá onde a condição líquido-moderna a colocou: a cargo do *indivíduo*, apontado hoje como o único administrador da “política da vida”. A cultura hoje é feita de ofertas, não de normas. Como observou Pierre Bourdieu, a cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/ desejos/ exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinado ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/ errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo. (BAUMAN, 2010, p. 33-34, grifos do autor).

A economia, que antes se baseava na estandardização e massificação de seus produtos, cujo foco era a performance do produto, altera seu foco na customização, produzindo agora produtos carregados de símbolos e significados, com foco nas sensações e experiências estéticas causadas nos indivíduos. (KLINGMANN, 2007). De um capitalismo focado na produção e estocagem de bens, segundo os modelo taylorista-fordista-keynesiano³² - que previa investimento em longo prazo e aumento no poder de consumo da classe trabalhadora, a hipermodernidade reestrutura as atividades econômicas conspicuamente em torno dos setores de produção de novas tecnologias de informação e comunicação, a net-economia e a economia cognitiva, cujo valores dos ativos depende de saberes, conhecimentos, demandas individuais, relações sociais e necessidades estéticas. (ASCHER, 2010). Para Lipovetsky, trata-se do hiperconsumo, no qual

*un Homo consumericus de troisième type voit le jour, une espèce de turbo-consommateur décalé, mobile et flexible, largement affranchi des anciennes cultures de classe, imprévisible dans ses goûts et ses achats. D'un consommateur assujéti aux contraintes sociales du standing, on est passé à un hyperconsommateur à l'affût d'expériences émotionnelles et de mieux-être, de qualité de vie et de santé, de marques et d'authenticité, d'immédiateté et de communication.*³³ (2006, p. 12).

Esses fatores contribuem para fomentar o estabelecimento da cultura de consumo ao possibilitarem um maior intercâmbio de trocas globais e a divulgação de estilos de vida almejados por todo o globo. É nesse processo de globalização e mundialização que a produção e os modos de consumo são alterados e introduzem o

³² Com a escalada da produção industrial como irradiador do crescimento econômico no início do século XX, foram introduzidos novos procedimentos para aumentar a produtividade da classe trabalhadora. Frederick Winslow Taylor, em 1911, propôs um modelo no qual o processo global de produção era fragmentado em diversas etapas e o operário se especializava em apenas uma tarefa específica e repetitiva, simplificando assim a capacitação técnica exigida para o trabalho. Em 1914, Henry Ford introduz esse modelo em suas fábricas, em conjunto com pesadas estratégias para incentivar o consumo em massa. Durante a depressão econômica da década de 1930, decorrente do grande aumento da oferta sob jugo do livre mercado, mas sem o incremento de renda da classe trabalhadora, John Maynard Keynes propõe um outro modelo econômico, baseado na intervenção estatal, através de instrumentos de regulação dos mercados, investimentos públicos para estimular, além da produção, o consumo, mediação dos conflitos entre a sociedade e o mercado e a instituição do Estado de Bem-Estar Social. (ROCHA, 2013).

³³ "Um *Homo consumericus* de terceiro tipo é criado, uma espécie de turbo-consumidor deslocado, móvel e flexível, em grande parte livre de antigas culturas de classes, imprevisível nos seus gostos e compras. De um consumidor sujeito às restrições de classe social, passa-se a um hiperconsumidor à espreita de experiências emocionais e de bem-estar, de qualidade de vida e de saúde, de marcas e de autenticidade, de imediatismo e de comunicação". (T.A.).

desejo individual de consumir sonhos, imagens e prazeres, que transforma tudo em “uma questão de escolha, exceto a compulsão da escolha”. (BAUMAN, 2001, p. 95).

A cultura do consumo não é simplesmente um desdobramento da produção e oferta de bens e serviços na concepção clássica da economia, cujo valor de troca dependia quase que exclusivamente de seus insumos, custo de mão-de-obra e de distribuição. Nessa lógica da reprodução do capital, a mercadoria agrega agora outros elementos para sua valoração: a ressignificação do ato de consumir atrela agora uma função simbólica que subjuga a funcionalidade do produto em favor das experiências do indivíduo. Assim, essa cultura engloba três premissas: a) a proliferação de bens e locais de consumo e atividades de lazer, ligada ideologicamente às noções de igualitarismo e liberdade individual; b) uma sociedade alicerçada no exibicionismo, na satisfação e na diferenciação entre os sujeitos; e c) um imaginário social permeado pela busca de prazeres estéticos. (FEATHERSTONE, 1995).

Ilustração 1.1: Quadro I: Distinções Econômicas

OFERTA ECONÔMICA	Commodities	Bens	Serviços	Experiências
Economia	Agrária	Industrial	Serviço	Experiência
Função Econômica	Extrair	Produzir	Entregar	Performar
Natureza da Oferta	Fungível	Tangível	Intangível	Memorável
Atributo Chave	Natural	Padronizado	Customizado	Personalizado
Método de Logística	Armazenado a Granel	Inventariado após a produção	Entregue sob Demanda	Revelado durante o momento
Vendedor	Comerciante	Fabricante	Fornecedor	Performer
Cliente	Consumidor	Usuário	Cliente	Convidado
Fatores de Demanda	Características	Funcionalidades	Benefícios	Sensações

Fonte: PINE II; GILMORE, 2011. (T.A.).

Em termos econômicos, para Pine II e Gilmore (2011) trata-se da Economia Experiencial, que em função da insustentável competição entre as indústrias por mercados e acúmulo de capital da etapa anterior da economia, reconfigura a oferta

de bens e produtos fungíveis, tangíveis e intangíveis pela de memórias, experiências e sensações: desse modo, enquanto o comerciante, o fabricante e o fornecedor são substituídos pelo performer, o consumidor, o usuário e o cliente o são pelo convidado.

É uma era transestética (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), diluindo os limites entre arte e indústria, imiscuindo a cultura e a economia em um único entre e transformando o ato de consumir, experimentar e exhibir em signos representativos de classes sociais, afirmações identitárias e produzindo um consumidor ávido pela efemeridade: “uma economia emocional de sedução assim como um consumidor louco por novidades permanentes e desculpabilizado quanto à ideia de aproveitar ao máximo a vida aqui e agora” (p. 49); “a velocidade das tendências, das criações de todo gênero, da informação contínua é tal, que supera os limites da capacidade de assimilação do consumidor” (p. 56); “com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las”. (BAUMAN, 2010, p. 12).

Lipovetsky e Serroy observam que o que acontece de fato é que a cultura e o mundo se fundem num único ente: a cultura-mundo³⁴, na qual a cultura vira mercadoria e a mercadoria vira cultura. É uma identidade composta de marcas, na qual “cada marca pretende ser global e cultural, criadora dum universo de vida, dum estilo de vida global” (2010, p. 116) e insere uma lógica na qual a sedução, a estilização e a inovação impõem um sentido estético ao supérfluo e as introduzem no centro das discussões culturais.

³⁴ “As primeiras formulações da noção de cultura-mundo surgiram há muito tempo. A par da noção de cosmopolitismo, ela surgiu como um dos valores constitutivos mais antigo da tradição intelectual e religiosa do Ocidente: tendo nascido na Grécia dos filósofos (ceptismo, cinismo e, sobretudo, estoicismo), encontrou expressão no âmago do cristianismo, antes de assumir maior expressão na Europa das Luzes, ao exaltar a unidade do gênero humano e os valores da liberdade e da tolerância, do progresso e da democracia. Já Dante havia escrito que ‘A minha pátria é o mundo em geral’. No final do século XVIII, esta afirmação encontrou eco em Schiller, que considerou o sentimento pátrio um ‘instinto artificial’, ao declarar: ‘Escrevo como cidadão do mundo. Cedo abandonei minha pátria para a trocar pelo gênero humano’. Esta é uma cultura-mundo que se identifica com um ideal ético e liberal, com um *universal humanista* que recusa ver os outros como figuras inferiores e considera que o amor à humanidade é superior ao amor à cidade. Em contraste com este momento, o nosso tempo assiste ao aparecimento de uma segunda época da cultura-mundo, que, agora, se vai desenhando com os traços dum *universal concreto e social*. Já não se está em vigor o ideal de ‘cidadão do mundo’, mas sim o mundo sem fronteiras dos capitais e das multinacionais, do ciberespaço e do consumismo. Já não se limitando à esfera do ideal, a cultura-mundo remete para a realidade planetária hipermoderna, onde, pela primeira vez, a economia do mundo se organiza segundo um modelo único de normas, valores e de objetivos – e *ethos* e o sistema tecnocapitalista – e onde a cultura se impõe como mundo económico de pleno direito. Cultura-mundo significa fim da heterogeneidade tradicional da esfera cultural e universalização da cultura mercantil, que se apodera das esferas da vida social, dos modos de existência e da quase totalidade das atividades humanas”. (LIPOVETSKY; SERROY 2010, p. 12-14, grifos dos autores).

*La culture n'est plus seulement une superstructure sublime de signes, elle remodèle l'univers matériel de la production et du commerce. Dans pareil contexte les marques, les objets, la mode, le tourisme, l'habitat, la publicité, tout tend à prendre une coloration culturelle, esthétique et sémiotique. Quand l'économique devient culture et quando le culturel pénètre la marchandise, sonne l'heure de la culture-monde.*³⁵ (LIPOVETSKY e JUVIN, 2010, p. 15-16).

Nessa conjuntura, as relações estabelecidas entre as interações econômico-culturais dão origem a uma outra forma de identidade, híbrida e melhor definidora dessa hipermodernidade, a identidade de logotipos. Ela se origina da apropriação cada vez maior de símbolos das cidades consolidadas (ou históricas) por pessoas de todo o globo e tem como consequência a produção de identidades focadas em logotipos. (RIBEIRO, 2010). *“The identity of architecture has shifted further and further away from the function of the object (performance/efficiency) and the object’s ability to incite symbolic meanings (projection/identity) to act as a catalyst (experience/transformation)”*.³⁶ (KLINGMANN, 2007, p.6-7).

O que se pode concluir dessas nuances é que a identidade, mais que um elemento de diferenciação cultural, tem se mostrado como um processo de autoafirmação, escolha e hedonismo do indivíduo contemporâneo. Separadas por uma linha extremamente tênue, o indivíduo contemporâneo tece relações identitárias dicotômicas: ao mesmo tempo que busca se conectar fortemente à cultura global, desenvolve a necessidade de agarrar-se à sua identidade local, ao estranhamente familiar.

*Brand has become a symbol for contemporary consumer values associated with the information age: differentiation, customization, communication, and perception. Brands are persuasive lifestyle packagers, powerfully focused on molding our ideas about what our identity should be.*³⁷ (KLINGMANN, 2007, p. 2).

³⁵ “A cultura não é mais somente que uma superestrutura sublime de signos, ela remodela o universo material da produção e do comércio. Nesse contexto, as marcas, os objetos, a moda, o turismo, o habitat, a publicidade, tudo tende a tomar uma coloração cultural, estética e semiótica. Quando o econômico se torna cultura e quando a cultura penetra a mercadoria, soa a hora da cultura-mundo”. [T.A.].

³⁶ “A identidade da arquitetura se afastou mais e mais da função do objeto (desempenho/eficiência) e da capacidade de o objeto incitar significados simbólicos (projeção/identidade) para agir como um catalisador (experiência/transformação)”. [T.A.].

³⁷ “A marca tornou-se um símbolo para valores contemporâneos de consumo associados à era da informação: diferenciação, personalização, comunicação e percepção. Marcas são empacotadores de estilo de vida persuasivos, poderosamente focadas em moldar as nossas ideias sobre o que nossa identidade deve ser”. [T.A.].

Lipovetsky e Serroy (2010) também afirmam, entretanto, que a homogeneização não só torna o mundo igual, mas faz aflorar também as suas diferenças: “quanto mais o mundo se globaliza, mais os particularismos e as exigências identitárias ganham importância, induzindo uma nova relação entre cultura e política” (p. 33); “apesar das forças unificadoras da cultura-mundo, as heranças culturais, ‘os temperamentos nacionais’ e as religiões continuaram a imprimir sua marca nos comportamentos e maneira de ser e de sentir”. (p. 80).

Se o mundo agora é imagem e comunicação (LIPOVETSKY; SERROY, 2010), as indústrias culturais³⁸ cumprem seu papel ao instigar no indivíduo o desejo de consumir certos objetos culturais supostamente diferenciados, mas que na verdade não passam de objetos (e espaços) bastante similares e cuja utilidade e função é, em sua maioria, aceita sem ser questionada. É um processo de mão dupla: o mesmo objeto que os diferencia de outros e os inserem em determinados grupos sociais, na verdade representa nada mais que um produto de produção em massa³⁹.

³⁸ “Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica é hoje a racionalidade da própria dominação”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).

³⁹ “Aí quando ele tinha alguma coisa que era nova ou quando limpava o barracão das máquinas ou o porão o Pai muita vez achava um negócio que não queria mais e que queria se livrar e como era muito longe pra levar no caminhão até o depósito de lixo ou pra Boa Vontade na cidade ele só telefonava e botava um anúncio no jornal *Trading Post* na cidade para dar o negócio grátis. Umas merdas feito um sofá, um freezer, uma semeadora velha. O anúncio dizia assim Grátis Pegue e Leve. Mesmo assim sempre levava um tempo até alguém aparecer e o negócio ficava na entrada do Pai, deixando ele louco até um cara ou outro na cidade acabar aparecendo lá pra dar uma olhada. E o pessoal chegava bem arrisco com a cara toda franzida igual quem joga baralho e andava em volta do negócio e cutucava com o pé e falava assim De onde que veio isso daí qual é o problema com isso daí que você quer tanto se livrar desse negócio, Sacudia a cabeça e precisava falar com a patroa e enrolava por ali e deixava o Pai maluco porque ele só queria era dar uma semeadora a troco de nada e tirar dali da entrada perdendo todo aquele tempo zanzando ali com os caras para fazer eles levarem Aí então agora o que ele pega e faz quando quer se livrar de um negócio é que ele bota o anúncio no *Trading Post* e bota aí um preço besta que ele inventa no telefone mesmo para o cara do *Trading Post*. Um preço besta quase nada. Harrow velha com dentes um pouco enferrujados \$5, Sofá-cama JCPenny verde e amarelo \$10 assim. Aí muita vez aparecia um pessoal logo no primeiro dia que o anúncio aparecia no *Trading Post* e pegava e vinha da cidade e até se mandava de alguma outra cidadinha mais longe que recebia o *Trading Post* e brecava espalhando o cascalho e nem olhava direito o negócio e fazia o Pai pegar logo os \$5 ou \$10 antes de algum outro pegar e se era coisa pesada que nem aquele sofá eu ajudava os caras a carregar e eles pegavam e se mandavam na mesma hora. Eles tinham cara diferente e as caras das mulheres deles dentro do caminhão, mostrando os dentes e ele com o braço em volta da patroa e dava adeus pro Pai quando estava indo. Contentes pra burro de ter conseguido uma Harrow

No contexto hipermoderno, em que existe uma forte concorrência entre as cidades para se destacar em atrativos, a dimensão estética se tornou um fator-chave destinado a incentivar o turismo, atrair os investidores, os organizadores de congressos, a nova classe dos “manipuladores de símbolo”. A época assiste ao desenvolvimento da mise-en-scène da cidade e do *city marketing*, e as cidades se empenham num trabalho de identidade visual, de imagem e de comunicação para conquistar “fatias do mercado”, tal como as marcas comerciais. (LIPOVETSKY; SEROY, 2015, p. 318, grifos dos autores).

1.2 A(-)RQUITETURA DO ESPAÇO

As demandas desse novo indivíduo-consumidor produzem então uma urbanidade que o arquiteto holandês Rem Koolhaas (2010) define como resultado do processo dessa outra forma de modernização, chamada de hipermodernidade, cujo produto é essencialmente focado na efemeridade; na mudança e na renovação da atratividade; a busca pelo novo e pela exclusividade; das experiências momentâneas e no descarte de tecnologias obsoletas; nas estratégias de promoção e branding; e da criação de desejos e frustrações.

Antes mesmo dessas questões virem à tona, em 1972 Venturi, Brown e Izenour publicam *Learning from Las Vegas*, após estudos no *strip* comercial da cidade, no qual se colocava a favor do simbolismo e constatava o surgimento da arquitetura da comunicação. Nesse livro, ele identifica o domínio do símbolo ante a forma no espaço e a importância do sistema de propaganda para a cidade de Las Vegas (VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003): uma arquitetura permeada pela persuasão, na qual as escalas estavam diretamente ligadas às velocidades de passagem das vias e à necessidade de prender atenção do transeunte apenas por um átimo e firmar sua existência no espaço. Dessa forma, suas análises não partem apenas do binômio forma-função, mas incluem também o sistema de propaganda, a relação do edifício com o *strip* e sua locação no lote e os elementos que o destacam no contexto urbano.

Nesse sentido, Koolhaas já na década de 1970 buscava uma solução para a continuidade da Modernidade, ao invés de simplesmente abandoná-la. (NESBITT, 2008). Em 1978, no livro *Delirious New York: a retroactive manifesto for Manhattan*, suas pesquisas iniciais focaram na compreensão do processo de

velha por quase nada. Perguntei pro Pai que lição era pra tirar disso daí e ele falou assim que achava que era que a gente não deve tentar ensinar um porco a cantar e disse pra eu ir rastelar o cascalho pra fora da valeta pra ele não foder com o encanamento”. (WALLACE, 2005b, p. 86-87, grifos do autor).

ocupação da mais famosa ilha da cidade, destacando sua origem holandesa e a forte tendência à artificialidade e mercantilismo desse povo, identificando uma cultura congestionada, que não pretendia ser universal, mas sim representações de estilos de vida e ideologias diversas e produzindo uma arquitetura lobotomizada, na qual interior e exterior não eram refletidos um no outro. (KOOLHAAS, 2008). Koolhaas pretendia “exibir quais são os resultados formais quando perdemos o respeito pelas linguagens e normas convencionais e atendemos às forças autênticas que modelam o mundo moderno: a tecnologia e a economia”. (MONEO, 2008, p. 284).

Em 1995, Koolhaas e Mau publicam o livro *S, M, L, XL* no qual se destacam dois ensaios: *Bigness*, o qual discorre sobre a grandeza e tece indagações sobre os novos patamares alcançados pela arquitetura com as novas complexidades e escalas nas questões projetuais e estabelece cinco teoremas que poderiam guiar a produção arquitetônica contemporânea; e *The generic city*, termo atribuído aos processos em curso nos quais as cidades desenvolvem suas particularidades de tal maneira que se tornam cada vez mais similares. (KOOLHAAS, 2010). Seus estudos nesse livro focaram, portanto, as escalas da cidade e a tendência para a grandeza. Trata-se da complexidade da cidade, abandonada pelos modernos, analisando assim a condição pós-industrial, principalmente em decorrência da aparente aproximação física dos lugares. Aborda os processos de midiatização e cibernéticos e, em conjunto com o desenvolvimento de seu trabalho em escala global, identifica no espaço urbano elementos que vem tornando as cidades cada vez mais homogêneas.

Esses estudos são acentuados em suas abordagens sobre o Delta do Rio Pérola, na China. No livro *Project on the city 1: Great Leap Forward*, de 2001, é analisado o acelerado processo de modernização desta região, fomentada pelo estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais, um experimento que hibridiza o sistema político comunista com o econômico capitalista. No livro *Project on the city 2: the Harvard Design School Guide to Shopping*, de 2002, sua pesquisa investiga o processo histórico-evolutivo dos centros de compras e identifica as ações, invenções e espaços que o tornaram tão importantes no contexto urbano do século XXI.

Nele, encontra-se ensaio *Junkspace*⁴⁰, um único grande parágrafo de 13 laudas, aparentemente claro e objetivo, mas permeado por metalinguagem. É como se o autor pretendesse que sua leitura fosse para ser consumida de imediato, tal qual

⁴⁰ Doravante, será adotada o termo “Espaço-lixo”, conforme a tradução em português do texto.

uma refeição em um *fast food*. Esse ensaio, que pode ser considerado uma aglutinação de suas abordagens e a acumulação de novas observações aos *Bigness* e *The generic city*, ao mesmo tempo em que nomeia um texto crítico com relação ao consumo desenfreado típico da contemporaneidade, também pode qualificar uma imensa produção de espaços urbanos, incluindo a do próprio Koolhaas⁴¹.

O texto Espaço-lixo discorre, portanto, sobre a produção contemporânea do espaço e identifica certas características que têm transformado o mundo num grande espaço para compras, onde o imediatismo e o hedonismo prevalecem e a busca pelo novo é a grande força motriz da cultura e economia contemporâneas.

*We have moved from a one-size-fits-all economy to a customization-for-all economy, the focus of architecture has evolved from an emphasis on “what it has” and “what it does” to “what you feel” and “who you are” – the key concepts in what is increasingly referred to as the “experience economy”.*⁴² (KLINGMANN, 2007, p. 1, grifos da autora).

Neste espaço, o principal produto das ações realizadas nele não é necessariamente o construído ou produzido, mas o que fica enquanto a modernização vai se estabelecendo no mundo e suas sobras, nesse caso, todo o aparato tecnológico que surge, as novas técnicas de comunicação, marketing e publicidade e as novas demandas psicossociais humanas – decorrente da efemeridade dos espaços produzidos agora. Mais que se perpetuarem ao longo do tempo, buscam-se soluções provisórias para otimizar problemas em curto prazo, gerando um infundável acúmulo de inovações, consumo e detritos.

⁴¹ Em uma pesquisa desenvolvida anteriormente, foi feita uma análise sobre o ensaio “*Junkspace*”, baseado principalmente em uma pesquisa de fontes bibliográficas primárias. Partiu-se de uma contextualização da crítica Pós-Moderna e, em seguida, pela Hipermoderna, traçando um paralelo do trabalho que o arquiteto tem desenvolvido desde o final da década de 1970. Na tentativa de compreendê-lo, os estudos precisaram também englobar seus ensaios “*The Generic City*” e “*Bigness or the problem of the large*”, parte do livro “*S, M, L, XL*” (1995), tanto por poder ser caracterizado como uma síntese destes, como pelo fato de ser uma descrição e o próprio objeto de estudo de Koolhaas. Assim, nesse exercício, foi estudada sua relação com o pensamento arquitetônico corrente a partir dos anos 1970, as metrópoles europeia e americana do século XX, o desenvolvimento de sua obra teórica e uma análise de seus parâmetros mais emblemáticos: os deslocamentos de bens, informações e pessoas, a estetização do espaço a partir de questões identitárias e econômicas e a produção arquitetural resultante do processo. (AGOSTINHO, Carlos Jacinto. **Mais é mais: Rem Koolhaas, junkspace e hipermodernidade**. 2011. 81 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011).

⁴² “Passamos de uma economia de um-tamanho-se-ajusta para uma economia de personalização-para-todos, o foco da arquitetura tem mudado de uma ênfase no ‘o que tem’ e ‘o que ele faz’ para ‘o que você sente’ e ‘quem você é’ - os conceitos-chave nos quais é cada vez mais referido como a ‘economia da experiência’”. [T.A.].

Nessa perspectiva, apesar de parecer o elemento estranho do espaço urbano, o Espaço-lixo é realmente sua essência, pois é criador de interesses temporários, incapaz de ser memorável. Composto de marcas e ausente de significado, um mundo sem autor e de manipulações que tenta ser único, mas extremamente familiar. (KOOLHAAS, 2010). Isso decorre da eterna reciclagem e reutilização de ideias, numa constante renovação da atratividade.

É uma lógica de produção dos espaços para consumir, focado em marcas, fundindo as atividades comerciais com as da vida pública e eliminando a natureza político-social do domínio público (KOOLHAAS, 2010): seu fim não é apenas a ociosidade ou o debate político, mas sim o consumo. Sua ação decorre dessa nova forma do capitalismo, que troca a produção de bens pelo consumo de experiências: *“space, according to Lefebvre, does not simply exist, but is subject to a continued redefinition by economic conditions”*.⁴³ (KLINGMANN, 2007, p. 4).

A aceleração e abundância dos acontecimentos ditos históricos, associado com a individualização das referências e reconfiguração da reprodução do capital, tem como resultado a produção espaços caracterizados para certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e pela relação que o indivíduo estabelece com eles, que “não cria nem identidade singular nem relação [entre as pessoas], mas sim solidão e similitude”. (AUGÉ, 1994, p. 95). É dominado por palavras e texto, que indicam seu modo de usar e tem apenas três naturezas: prescritiva, proibitiva ou informativa. São espaços cuja função seja segregacional ou homogeneizante, sirvam de passagem entre origem e destino do indivíduo ou desapareça do imaginário de seu contexto espacial. (BAUMAN, 2001).

O espaço resultante dessa conjuntura apresenta, portanto, as seguintes características: uma produção conceitual e física extremamente veloz, dependente do desenvolvimento tecnológico – principalmente em função da invenção do elevador, do ar-condicionado, da escada rolante e do gesso cartonado – e abandonando as noções de hierarquia e composição em função de acumulação e adição. (KOOLHAAS, 2001). Apresenta dois objetivos primordiais: a espetacularização, para se destacar e se autoafirmar no espaço urbano; e atrair e seduzir, para induzir ao consumo.

⁴³ “Espaço, de acordo com Lefebvre, não existe simplesmente, mas é sujeito a uma contínua redefinição pelas condições econômicas”. (T.A.).

Encontramos aí, aplicada à urbanização, a ideia que o marketing sensorial e o *retailtainment* desenvolveram nos próprios locais de venda: a ideia de um “reencantamento do mundo”, que condiz a viver a cidade, espaço meio comercial, meio lúdico, como um parque de diversões, que é consumido com a paixão e o prazer devidos. Teatralizando-se, tematizando-se, espetacularizando-se, a cidade gera experiências, suscita emoções, cria sensações: nela, busca-se uma atmosfera. Ela responde a uma “demanda de ambiência”. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 321, grifo dos autores).

Ao enunciar um espaço cujo papel primordial seja estimular o consumo, Rem Koolhaas explicita a conotação econômica que transforma o ato arquitetural – desde sua concepção até seu uso – em mais um mecanismo do capital para gerar mais-valia. Assim, além de sugerir uma mudança paradigmática na disciplina, substituindo a primazia da questão formal-funcional por identitária-emocional, nesse outro pensar o espaço, o marketing e o *branding* parecem se sobreporem à própria disciplina arquitetural.

Portanto, as discussões aqui expostas insinuem que a cidade é uma construção constante. Consolida-se através de um jogo de interferências contextualizadas. Ela muda. E nessa mudança não se fala apenas de sua face física, mas especialmente da forma como são pensadas, apropriadas e reproduzidas. Nesse sentido, pode-se dizer que, quando uma cidade vai acontecendo, várias são as razões de ser de sua dinâmica.

Os discursos arquitetônico e urbano, que outrora contrapunha exclusivamente forma, função e programa, agora têm outros parâmetros, como por exemplo, as demandas do consumo e do exorbitante, permeando ou até mesmo sendo determinantes nos processos projetuais contemporâneos, gerando o desejo no indivíduo de consumir essa cultura mercantilizada materializada no espaço contemporâneo. É uma lógica na qual a sedução, a estilização e a inovação impõem um sentido estético ao supérfluo e as inserem no centro das discussões culturais. O espaço resultante, então, põe em segundo plano a sua dimensão material e se foca em produzir espaços capazes de estimular sensações e/ ou atuar livremente a favor do acúmulo de capital.

Considere o Renascimento: substituição da natureza, do mito e do divino pelo humanismo⁴⁴ - não por acaso é quando Leonardo da Vinci inicia seus estudos da

⁴⁴ “H. é um aspecto fundamental do *Renascimento* (v.), mais precisamente o aspecto em virtude do qual o Renascimento é o reconhecimento do valor do homem em sua totalidade e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e da história. [...] As bases fundamentais do H. podem ser assim expostas: 1a Reconhecimento da *totalidade* do homem como ser formado de alma e

anatomia humana. Considere o Iluminismo⁴⁵: subjugação do homem pelas certezas e validações do saber científico e da razão crítica. Considere o Século XX: o ceticismo nas benesses do desenvolvimento tecno-científico frente as tragédias dos conflitos bélicos; o advento do computador e do mundo cibernético; o consumo de prazeres estéticos, memoráveis e instantâneos; a dissolução do limite entre tempo e espaço. Estaríamos então em um novo processo de desencantamento do mundo?

corpo e destinado a viver no mundo e a dominá-lo. [...] 2a Reconhecimento da *historicidade* do homem, dos vínculos do homem com o seu passado, que, por um lado, servem para uni-lo a esse passado e, por outro, para distingui-lo dele. [...] 3a Reconhecimento do valor *humano* das letras clássicas. É por esse aspecto que o H. tem esse nome. [...] 4a Reconhecimento da *naturalidade* do homem, do fato de o homem ser um ser natural, para o qual o conhecimento da natureza não é uma distração imperdoável ou um pecado, mas um elemento indispensável de vida e de sucesso". (ABBAGNANO, 2007, p. 518-519, grifos do autor).

⁴⁵ "Linha filosófica caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana. Nesse sentido, Kant escreveu: 'O I. é a saída dos homens do estado de *minoridade* devido a eles mesmos. *Minoridade* é a incapacidade de utilizar o próprio intelecto sem a orientação de outro. Essa minoridade será devida a eles mesmos se não for causada por deficiência intelectual, mas por falta de decisão e coragem para utilizar o intelecto como guia. '*Sapere aude!* Tem coragem de usar teu intelecto!' é o lema do I.' (*Was ist Aufklärung?*, em *Op.*, ed. Cassirer, IV, p. 169)- O I. compreende três aspectos diferentes e conexos: 1a extensão da crítica a toda e qualquer crença e conhecimento, sem exceção; 2a realização de um conhecimento que, por estar aberto à crítica, inclua e organize os instrumentos para sua própria correção; 3a uso efetivo, em todos os campos, do conhecimento assim atingido, com o fim de melhorar a vida privada e social dos homens". (ABBAGNANO, 2007, p. 534-535, grifos do autor).

MAÇAI-Ó-K PARANÃGUASSU

**Não se sabe que doce mistério existe naquele oceano, cujos
tumultos gentilmente terríveis parecem falar de um espírito
oculto em suas profundezas.**

(Herman Melville, Moby Dick, ou A Baleia, 1851)

Considere o oceano: qual é a sua profundidade? Seriam os 11 mil km que separam a cota zero do nível do mar na costa do solo marinho da Fossa das Marianas? Ou a incerteza quântica do comportamento onda-partícula dos átomos do óxido de hidrogênio que o compõem? O mistério é sua extensão ou sua intensidade? Se no processo de domínio do mar pelo homem, a navegação substituiu o instinto humano e o mito do divino pela tecnologia e a informação, seu mistério foi desvelado? O seu espírito persiste? A essência de seu espírito é metafórica ou concreta?

Para muitos, Maceió é água, é salgada, é lazer e dinheiro e é mar... Mas antes disso, outros mares marcam a história de sua ocupação e, talvez, o primeiro deles, nessa perspectiva, seja aquele território conquistado pelos colonizadores para conseguirem chegar ao novo continente, vencendo mitos e mortes.

2.1 A IDEIA DE MACEIÓ

Talvez um dos primeiros registros sobre o que seria o futuro sítio da cidade de Maceió sejam os olhares estrangeiros lançados pelo português João Teixeira Albernaz, em sua expedição pela costa brasileira no século XVII, com o intuito de produzir peças cartográficas do território em processo de colonização pelo Império Lusitano desde o século anterior, e pelo holandês Kaspar van Baarle, mapeando a região invadida e sob domínio batavo denominada de *Nieuw Holland*⁵¹.

Do Rio São Fr.^{co}, vai continuando a Costa ao Nornordeste os Portos e Rios principais, são os seguintes; o Rio Saõ Miguel, tēhua barra da banda do Sul pela qual entrão Carauelas e Pataxos, mas tē hūs baixos, da banda de fora da Barra que ha mister, piloto que saiba entrar, para dentro; o Porto dos Francezes em que podē entrar nauios grossos, tē a barra da banda do sul; **a ponta de laraguaya, faz hū porto, que está em 10 graos largos, em q podē surgir grandes nauios, e em grãde cantidade, a entrada he pela banda do Norte e na mesma ponta tē agoa, boníssima, he bō porto.** Emparado cō o Recife toda esta Terra he da Capitania de Pernaõbuco, taõ fértil, e Rica, como se sabe. (ALBERNAZ, 2000, [S.p.], grifo nosso).

Assim, a descrição do território neste trecho destaca as características que tornaram possível a existência de Maceió no transcurso da história: a singularidade desse ponto do oceano, uma possibilidade do aproveitamento para atividades portuárias, mas também de fornecer condições para sua ocupação. Se nesse período, os invasores europeus disputavam a posse da terra entre si, não é possível não

⁵¹ Nova Holanda ou Brasil Holandês.

mencionar a ocupação pelos povos indígenas, que já a possuíam, mas que seriam dizimados durante os conflitos que aí se seguiriam.

Dos nativos indígenas, o olhar local, restam apenas as toponímias que configuravam o primeiro território do que viria a ser a capital alagoana: limitada pela Baía do Senhor (do tupi *jara* = “senhor” e *guá* = “baía”) e o terreno composto de vegetação espinhosa (do tupi *pa*= “tudo, inteiramente” e *jussara* = “coceira, comichão”, mas também “espécie de palmeira originária da Mata Atlântica”). (TIBIRIÇÁ, 1984).

Apesar da forte presença indígena, sua existência só não foi totalmente silenciada pela permanência dessas denominações nas ocupações posteriores do território. Assim, é possível afirmar que, relacionados com os aspectos naturais, essas toponímias e descrições ressaltam o potencial portuário da *guá* antes mesmo da sua reorganização do poder e colonização efetiva nos séculos subsequentes; mas, também, a impossibilidade de conhecer quem era o *jara* do território, subjugado em algum momento anterior, ou quiçá, concomitante aos registros históricos.

2.2 ANTECEDENTES

Na primeira metade do século XVII, o território de Alagoas se encontrava sob a jurisdição da Nova Lusitânia, a Capitania de Pernambuco, e era palco da guerra entre portugueses e holandeses pelo controle da produção açucareira brasileira. Mas a ocupação pelos invasores europeus remonta ao século anterior. Devido à falta de interesse português, pela ausência de metais preciosos, a costa alagoana foi inicialmente explorada por corsários franceses, que faziam escambo com os indígenas por madeira, principalmente o pau-brasil. Sua presença foi tão marcante no litoral que um dos pontos de comércio foi denominado Porto Velho dos Franceses⁵².

Desse modo, para estabelecer a posse lusitana sobre o território da colônia e iniciar o processo de dominação e ocupação, o donatário Duarte Coelho, em conjunto do processo de expulsão dos indígenas, introduz a cultura canavieira em Pernambuco, após experiências bem-sucedidas pelo donatário da Capitania de Itamaracá. (CARVALHO, 2015; ANDRADE, 2007). O desenvolvimento da monocultura canavieira – com a já destacada produção de gado, pescado, mandioca e fumo –, faz surgir os primeiros focos de ocupação do Estado – Penedo (1560), Porto

⁵² Praia do Francês, em Marechal Deodoro (antiga Alagoa do Sul). Outros pontos em Alagoas foram o Porto dos Franceses e o Porto Novo dos Franceses, em Pituba, atual Coruripe. (CARVALHO, 2015).

Calvo (1590), Alagoa do Sul (1591-1611) e Alagoa do Norte (1591)⁵³ –, expandindo os limites de ocupação do litoral norte ao sul da costa alagoana e em direção ao interior, no curso ribeirinho do Rio São Francisco. (CONSOLINI, 2011).

Por dois séculos, esses núcleos configuram-se como os centros da economia e cultura colonial⁵⁴, com o Porto Velho dos Franceses, em Alagoa do Sul, como principal local para escoamento da produção, principalmente para Olinda, centro econômico da capitania. O Brasil, então ainda colônia portuguesa, desenvolve sua primeira atividade de exploração capitalista, baseada no monopólio, construindo um sistema de produção e transformação da matéria-prima agrícola, com investimento do capital acumulado pelos judeus da Europa Central (FURTADO, 1959, [S.p.] apud ANDRADE, 2007), substituição do trabalho indígena pelo escravo e inserção do sistema de Casa-grande & Senzala da Civilização do Açúcar. (FREYRE, 2003, [S.p.] apud ANDRADE, 2007). Os engenhos de açúcar, então, se espalham por todo o território, fomentando o crescimento econômico, mas não o social, da colônia.

A pujança da economia açucareira, então, atrai o interesse dos neerlandeses⁵⁵, que invadem as capitanias nordestinas após a União Ibérica, estabelecem governo com sede em Recife e travam uma luta por algumas décadas contra os portugueses. Após a capitulação dos invasores, a economia se recupera ao longo do tempo, com a monocultura canavieira e os engenhos continuando como determinantes no surgimento de novas povoações e da produção de capital.

Enquanto todos esses acontecimentos se consolidam e são descontinuados, reconfigurando o território alagoano seiscentista sob poder da Nova Lusitânia – o interesse estrangeiro, o domínio português, a influência pernambucana, a relação

⁵³ “Atual cidade de Santa Luzia do Norte, ‘um dos centros de colonização mais antigos das Alagoas, sem, no entanto, ter alcançado o desenvolvimento das outras povoações’”. (BRANDÃO, 1962, p. 243 apud CARVALHO, 2015, p. 18). Tal afirmação pode ser corroborada pelos registros holandeses, que deixaram uma série informações escritas e iconográficas detalhadas apenas das demais povoações.

⁵⁴ “Esses povoados, com o tempo, se concentrariam os comerciantes e as moradias dos fazendeiros da região, transformando-se em centros da vida política e de abastecimento da população rural. Nessas vilas, também se instalaram, desde o século XVI, as missões religiosas dos jesuítas, dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas”. (CARVALHO, 2015, p. 18). Para maiores informações sobre o urbanismo colonial lusitano no Nordeste brasileiro, consultar: MACHADO, Roseline V. O. **Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas pernambucanas na representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post.** 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Sobre a influência religiosa, consultar: FERRARE, Josemary Omena Passos. **A Cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”.** 2005. 336 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Porto, 2005.

⁵⁵ “Em 1639 já existiam dezesseis engenhos no território de Alagoas: dez sob jurisdição de Porto Calvo, três em Alagoa do Norte e três em Alagoa do Sul, segundo relatório do holandês Adriaen van der Dussen”. (ALBUQUERQUE, 1965).

entre a cultura oligárquica agrária e a economia canavieira, o sangue beligerante da população, a resistência africana e o oceano em processo de dominação –, o Jaraguá, enquanto localidade geográfica reconhecida, mas ainda sem um poder empossado, emana sua vocação latente: uma zona portuária apenas vislumbrada por franceses, lusitanos e neerlandeses, ainda sob posse e domínio dos caetés em processo de subjugação. A “boníssima” água relatada por Albernaz em 1640 – doce e salgada – conformando o possível início de seu processo de ocupação.

2.3 CESURAS⁵⁶ ESPACIAIS E TEMPORAIS (I)

∞

1494 – Assinatura do Tratado de Tordesilhas pelos reinos de Portugal e Espanha

1611 – Doação da sesmaria Pajuçara à Manuel Antônio Duro

164(?) – Fundação do Engenho Maçayó

1673 – É ordenada a fortificação do Porto de Jaraguá por D. Pedro II de Portugal

1706 – Elevação de Alagoas à categoria de Comarca

1762 – Doação de terreno ao patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres

1817 – Elevação de Alagoas à categoria de Província

1819 – Construção de baterias militares no Jaraguá pelo Governador Melo e Póvoas

1839 – Sede da Província de Alagoas é transferida para Maceió

⁵⁶ “O termo cesura vem da literatura e significa corte, é a pausa na sexta sílaba do verso alexandrino. Para Benjamim ela tem dupla função. Primeiro é essa crítica a história tradicional que detém uma verdade absoluta no contínuo que dita a história dos vencedores. E segundo é uma ruptura no desenvolvimento da narrativa. A cesura em nossa linguagem é o eco privilegiado da interrupção (messiânica) que destrói a continuidade e que se erige em totalidade histórica universal e salva o surgimento do sentido na intensidade do presente. [...] A cesura é para Benjamim figura privilegiada da interrupção salvadora, ela é a expressão daquilo que funda a linguagem e a leva ao aniquilamento, pois, sua verdade não reside no infinito escoamento das palavras, mas no sopro ‘sem expressão’ que a forma e a traz ou a dispersa e a perde. A cesura é a ruína, a fratura na história que faz surgir outra verdade (da qual pode nascer outra verdade, outra história)”. (SILVA, 2009, p. 25, grifo da autora).

2.4 ISSO É ÁGUA

Se entre os séculos XVII e XVIII Maceió enquanto território parecia existir apenas como o início processo de sua ocupação através da disputa entre os indígenas e os colonizadores, o século XIX solidifica seu protagonismo cultural e econômico no contexto alagoano, estabelecendo também um outro modelo de exploração do capital.

No século XIX, a localização geográfica da então Vila de Maceió consistiu em uma das motivações da transferência da capital de Alagoas de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (antiga Alagoa do Sul) para Maceió em 1839. O Porto de Jaraguá assumiu tal importância para o escoamento de mercadorias produzidas pela província alagoana na época que o Porto dos Franceses foi relegado a segundo plano, de acordo com dados econômicos da época catalogados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. (BARROS, 1991).

Ilustração 2.1: Tabela I: Entrada de Embarcações nos portos da Província das Alagoas – 1824

Portos	Quantidade de Embarcações	Percentual (%)
Jaraguá	62	77,50
Penedo	06	7,50
Porto de Pedras	04	5,00
Barra Grande	03	3,75
Santo Antônio Grande	02	2,50
Francês	02	2,50
São Miguel	01	1,25
TOTAL	80	100,00

Fonte: IHGAL, Cx. 5, Pac. 2, Doc. 2.

Disponível em: BARROS, Theodyr Augusto de. **O processo de mudança de capital (Alagoas-Maceió):** uma abordagem histórica 1919-1959. Maceió: Depto. de História/CHLA/UFAL/Imprensa Universitária, 1991.

No povoamento do Brasil colonial, o capital agrário se enraizava no cerne econômico das povoações que surgiam e também nelas se instaurava a cultura da oligarquia canavieira. Assim, o crescimento dessas cidades estava intrinsecamente ligado ao aumento das áreas utilizadas para o *plantation* da cana-de-açúcar.

Maceió, enquanto eram ainda apenas conhecidas e registradas as localidades Jaraguá e Pajuçara, não escapa dessa influência: a fundação do Engenho Maçayó em meados do século XVII é considerada como o marco referencial de sua existência histórica. Esse fato se constituiria no século XVIII, em 1724, no primeiro registro histórico escrito da toponímia, através do testamento do Capitão Apolinário Fernandes Padilha. (COSTA, 2001; BARROS, 1991).

A localização privilegiada do povoado, na rota terrestre entre Alagoa do Sul e Porto Calvo, no decorrer tempo, transforma o ancoradouro na enseada do Jaraguá em um entreposto comercial para exportação da produção agrícola, incentivando assim seu desenvolvimento socioeconômico⁵⁷. (CARVALHO, 2015). Assim, “aqui, o povoado vencera o engenho, expulsando-o para construir o comércio, varrendo do litoral os magnatas da terra e da escravidão”. (COSTA, 2001, p. 51).

As duas cidades – Santa Maria Madalena da Alagoas do Sul e Maceió – representavam modelos diferenciados de urbanização: a antiga capital significava o modelo colonial de cidade; e Maceió, por sua vez, espelha a urbanização imperial “onde já se revela de um modo nítido a hegemonia, depois absoluta, das formas urbanas de cultura sobre as formas rurais”. O modelo urbano de Maceió refletia tanto sua vantajosa localização como os novos grupos econômicos, representados pelos comerciantes, nacionais e estrangeiros. A antiga sede administrativa, sem condições de competir nesses dois itens, entrou, de imediato, num processo de estagnação que nunca pôde superar. Os efeitos da transferência de poder para Maceió e a perda do porto do Francês esvaziaram a antiga vila das Alagoas, transformando-a numa sombra de seu passado. (LINDOSO, 2005b, p. 50 apud CARVALHO, 2015, p. 189, grifo do autor).

Apesar de sua vitalidade mercantil, Maceió ainda apresentava uma paisagem rústica, com uma malha urbana pequena e sem planejamento e habitações rudimentares. Foi somente a partir do governo de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, em 1819, responsável pela transferência total das atividades fazendárias para o Porto do Jaraguá e a construção de baterias militares, que se começou a criar uma infraestrutura administrativa e urbana na vila. (BARROS, 1991).

O crescimento econômico e populacional da vila só foi possível, de certa maneira, devido as Guerras Napoleônicas. A chegada da família real portuguesa ao Brasil, eleva o território do Brasil de colônia para reino unido ao Império Lusitano. Assim, em 1808, com o decreto da abertura dos portos pelo rei D. João VI de Bragança, houve um incentivo e fomento indiretos do desenvolvimento de uma série de relações econômicas, dentre elas, entre Maceió e o Império Britânico, trazendo à tona a importância da água como meio para reprodução do capital para a cidade.

Nessa perspectiva, o espaço urbano maceioense, numa primeira etapa a partir do século XVIII, é composto de terras em processo de exploração e tem como

⁵⁷ Para informações detalhadas do desenvolvimento socioeconômico e espacial maceioense, consultar: CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800 – 1930)**. 1998. 499 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Sociologia) – Institut d'Etudes du Developpement Economique et Social, Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), Paris, 1998.

protagonistas de seu povoamento inicial os futuros bairros Jaraguá/Centro e Pajuçara e desenvolve *a priori* uma atividade capitalista mercantilista, focada na exportação de produtos primários, vindos do interior da província, como o algodão, o açúcar, o fumo e a farinha de mandioca, e a importação de produtos industrializados, principalmente os ingleses, com as trocas mercantis ocorrendo no Porto do Jaraguá. (BARROS, 1991).

A cidade apresentava uma efervescência econômica e cultural, principalmente no bairro Jaraguá. Maceió contava com um elevado número de comerciantes estrangeiros – principalmente ingleses, americanos e alemães, além dos portugueses, que demandaram, afinal, representações diplomáticas desses países na cidade. Tal fato, dessa maneira, torna Maceió, nessa época, uma cidade cosmopolita e cuja produção de capital ligava-se muito mais ao capitalismo industrial inglês, que ao mercantilista português. (BARROS, 1991).

Esse crescimento permitiu a formação do bairro comercial em Jaraguá, que atraía uma ativa e próspera classe de comerciantes. Na segunda metade do século XIX, os britânicos, ainda que em minoria numérica, controlavam diretamente o comércio externo e as compras no atacado de açúcar, madeira e algodão, que aumentavam regulamente de volume, assim como realizavam a importação de seus produtos industriais; e os portugueses, representantes da maioria dos comerciantes da província, foram se especializando no varejo e abastecimento da população. Os ingleses também controlavam os negócios internacionais e o transporte ferroviário com a *Alagoas Railway*. (CARVALHO, 2015, p. 187, grifo do autor).

A consolidação do Movimento de Sedicioso em 1839, acelera, portanto, o processo de modernização a partir da segunda metade do século XIX, ao tornar Maceió “a cidade mais importante da província, representando, a uma só vez, a capital política, a sede administrativa e o principal núcleo comercial. [...] A nova posição exigia a entrada de novas preocupações públicas com os melhoramentos urbanos”. (CARVALHO, 2015, p. 194). Essa modernidade se traduzia na forma de prédios públicos imponentes, um novo sistema de mobilidade, todo um conjunto de trapiches para exportação de matérias-primas, pavimentação das vias. (BARROS, 1991).

Assim, em conjunto com as melhorias de seu espaço urbano em fins do século XIX, Maceió viu a modernização de seu sistema de transporte público e de mercadorias, com os bondes elétricos e a via férrea, a substituição dos bangüês pelas usinas centrais - para enfrentar a crise do açúcar, a concorrência com as Antilhas e

aumentar a produtividade da produção, e o desenvolvimento da atividade industrial com a implementação das fábricas têxteis.

A capital vai se afirmando e erguendo seus espaços urbanos onde se constroem, entre casarios senhoriais, as “grandes representações arquitetônicas do poder”, como a praça Pedro II com sua catedral, assembleia e tesoura provincial, a praça dos Martírios, com sua igreja, palácio do governo e, mais adiante, a intendência (prefeitura), a praça Deodoro com seu teatro, a escola normal, tribunal de justiça e câmara municipal; Jaraguá, com a praça Dois Leões, a recebedoria fiscal (hoje Museu da Imagem e do Som) e a Associação Comercial. Como nova capital, Maceió recebe o Liceu Alagoano, primeiro estabelecimento oficial de ensino secundário. [...] Inaugura um farol de navegação e uma moderna ponte de embarque no Porto do Jaraguá. A construção da Catedral [...]. Os serviços – água encanada, trilhos urbanos, telefonia e cinema – serão implantados mais adiante. (ALMEIDA, 2011b, p. 38 apud CARVALHO, 2015, p. 195, grifo do autor).

A cultura e economia em Maceió reconfiguram a relação entre oligarquia e produção agrícola, imiscuída no espaço urbano colonial, para uma atividade burguesa baseada na troca de mercadorias no espaço urbano imperial. Esse ponto de inflexão denota, portanto, que, o oceano, mais que o solo, assume o papel de catalizador dos processos de ocupação e desenvolvimento desse espaço, ao atuar como meio de reprodução do capital e construção de sua cultura. Isso não quer dizer que a atividade agrícola tenha sido extinta, apenas que ela agora se submete a novas relações de poder.

2.5 CESURAS ESPACIAIS E TEMPORAIS (II)

- 1971 – Criação da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR)
- 1979 – Inauguração do Hotel Jatiúca, primeiro resort urbano de Maceió
- 1989 – Inauguração do primeiro centro de compras de Maceió
- 1996 – Início da implementação do plano de revitalização do Jaraguá
- 2005 – Inauguração do novo terminal do Aeroporto Zumbi dos Palmares

2.6 O QUE DIABOS É ÁGUA?!

O século XXI consolida o processo de ocupação da planície litorânea norte de Maceió e introduz um outro papel do oceano no imaginário maceioense: a exploração da natureza construída e/ou apropriada e/ou considerada como bela pelo mercado imobiliário⁵⁸ e atividades turísticas na contemporaneidade⁵⁹ desloca o foco da cidade do bairro Jaraguá para o Ponta Verde, reconfigura as dinâmicas do espaço urbano e insere um outro modelo de exploração do capital.

Até a primeira metade do século XX se materializavam no Jaraguá as relações socioeconômicas mais efervescentes de Maceió, com o oceano como coadjuvante dessa dinâmica, sua malha urbana se expandia ao longo de toda a orla lagunar e em direção ao tabuleiro, locais que atraíram a moradia da classe mais rica, a implementação da indústria têxtil e possuíam diversos mananciais de água doce – tanto para abastecimento da população e indústria, quanto para atividades de lazer. Enquanto isso, a planície litorânea norte da cidade, neste momento a Ponta Verde e imediações, considerada um local distante da ocupação central da cidade, era ocupada essencialmente por pescadores.

Os banhos de água doce, antes de nossas águas ficarem poluídas, sempre foram apreciados pelos alagoanos que, durante muitos anos, preferiram os rios e lagoas em detrimento das águas salgadas do mar. Nesta época, a praia ainda não existia enquanto tal, ou seja, o banho de mar e a convivência nas areias não tinham sido ainda incorporados no cotidiano do coletivo da população, como opção de lazer e ponto de encontro, exceto em momentos específicos como o da festa de Bom Jesus dos Navegantes. O mar era a paisagem e o belo, mas era principalmente o lugar dos negócios, dos currais, dos peixes, dos trapiches e das embarcações: a referência de entrada e saída da cidade. (NORMANDE, 2000, p. 64-65).

⁵⁸ Sobre o processo de ocupação da planície litorânea norte de Maceió (entre as décadas de 1960 e 1990), ver: NORMANDE, Taís Bentes. **História de uma permanência: a Jatiúca Velha**: pobres e ricos na orla marítima de Maceió. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000; já sobre o processo de verticalização da cidade, consultar: CAVALCANTE, Morgana Maria Pitta. **O Projeto: Diálogos da forma na orla de Maceió**: edifícios verticais – 1980-2012. 2014. 392 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

⁵⁹ Para aprofundamento sobre questões relativas desenvolvimento e a construção da imagem de Maceió na exploração das atividades turísticas, consultar: SARMENTO, Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar**: da veiculação à experimentação dos *fronts* turísticos de Maceió – Alagoas. 2002. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

No decurso do tempo, a cidade crescia em direção ao litoral sul e via a margem lagunar ser ocupada por bolsões de pobreza, enquanto se iniciava outro processo de dominação da planície litorânea de Maceió: a princípio ocupada por casas de veraneio e comunidades pesqueiras, o território que ia da Pajuçara a Mangabeiras transforma-se no local de residência das classes mais abastadas, fixando seu domínio na faixa próxima da orla e expulsando a população de baixa renda em direção ao interior dos bairros. Processo acelerado com a melhoria na infraestrutura urbana da orla a partir da década de 1950 e sacramentado com a implantação da indústria química Salgema (atual Braskem), em 1977, entre os bairros Trapiche da Barra e Pontal da Barra. (NORMANDE, 2002; CAVALCANTE, 2014).

Entrementes, há a queda da produção têxtil, a crise do setor sucroalcooleiro, a verticalização do modo de morar e o desenvolvimento das atividades turísticas na cidade. Assim, de uma economia que por mais de cinco séculos se baseou na monocultura canvieira, a emergência das atividades turísticas como propulsor de crescimentos econômico faz o poder público começar a incentivar a exploração dos potenciais paisagísticos da cidade, através de estratégias de marketing e propaganda dos potenciais turísticos na cidade – focada em suas belezas naturais, principalmente a orla -, e implantação de hotéis e pousadas e o início da verticalização da orla marítima a partir da década de 1980. É uma modernização acelerada que não se baseava nos princípios modernistas, mas sim nos interesses calcados pelos investimentos de capitais, nesse caso específico, o mercado imobiliário. (CAVALCANTE, 2014).

No alvorecer do século XXI, as novas demandas capitalistas encontraram, nas terras já exploradas dessa área de interesse, uma possibilidade de exploração secundária para atender suas necessidades de um ambiente onde o desejo pudesse se reproduzir e ser explorado economicamente. O oceano como representação do paraíso na cidade de Maceió tem sido consumido exaustivamente, ora na produção de espaços de morar, característica predominante nesses bairros, ora como espaço de lazer e ociosidade, como a própria orla marítima e espaços de consumo.

Maceió, portanto, continua ligada a seus elementos aquáticos, mas apresentando outras relações. O oceano é elevado do segundo para o primeiro plano: a imagem do paraíso, o desejo de observar o mar de sua própria janela, a exaltação da paisagem natural, a experiência e memória do indivíduo povoam o imaginário coletivo e se transformam em mercadorias produtoras de capital no contexto citadino.

De uma origem incerta a partir de um núcleo de povoamento surgido da construção de um engenho de açúcar e ocupação da enseada do Jaraguá e Pajuçara e o estabelecimento de relações comerciais a partir de um antigo ancoradouro (COSTA, 2001), a capital do estado de Alagoas, “conhecida como ‘Paraíso das Águas’, hoje é considerada como o ‘Caribe Brasileiro’ devido às suas belezas naturais que atraem turistas de todo o mundo”. (MACEIÓ, 2014).

No decorrer XXI, percebe-se uma aceleração maior dessas dinâmicas modernizadoras no âmbito urbano, em que diversas ações tem contribuído para uma consolidação do turismo na cidade de Maceió, com a Ponta Verde como centralidade: a ampliação do aeroporto da cidade - elevado à categoria internacional, os projetos de melhoria no sistema de mobilidade urbana, a propagação de condomínios fechados, a requalificação de espaços na orla destinados à atividades de turismo e lazer, a renovação e restauro de edifícios históricos, a implantação de novos shoppings, a proliferação de hipermercados, entre outros.

O Castelo de Kronborg, ou melhor, o local onde está situado, liga-se à lenda de Hamlet, o príncipe dinamarquês que enlouqueceu, ou fingiu enlouquecer, para escapar às maquinções assassinas do tio. Bohr mencionou a lenda: - Não é estranho como esse castelo se modifica, tão logo se imagina que Hamlet viveu aqui? Como cientistas, cremos que um castelo compõe-se apenas de pedras, e admiramos o modo como o arquiteto as reuniu. As pedras, o telhado verde com sua [atina e os entalhes em madeira na igreja compõem todo o castelo. Nada deveria alterar-se pelo fato de Hamlet ter vivido aqui, mas tudo se altera. De repente, as paredes e muralhas falam uma língua muito diferente. O pátio transforma-se num mundo inteiro, um canto escuro nos lembra as trevas da alma humana, e ouvimos o “ser ou não ser”, de Hamlet. Na verdade, quase nada sabemos sobre Hamlet, apenas que seu nome aparece numa crônica do século XIII. Ninguém pode provar que ele tenha realmente vivido, e menos ainda que viveu aqui. Mas todos conhecem as perguntas que Shakespeare o fez formular, as profundezas humanas que ele foi levado a revelar. Também ele teve que encontrar um lugar na Terra, e foi aqui em Kronborg. Uma vez que sabemos disso, Kronborg torna-se um castelo diferente. (HEISENBERG, 1996a, p. 66).

Se antes o oceano era um meio para a reprodução do capital, assumindo um papel secundário, quando comparado com a terra, na relação de trocas mercantis, agora ele pode ser considerado a própria mercadoria para a reprodução do capital. É a partir dele que a dinâmica urbana vai se estabelecendo nessa contemporaneidade, principalmente em torno do mercado imobiliário, imiscuindo-se sua apreciação estética e sua capacidade de gerar capital. Portanto, reconfigurando novamente as relações entre a cultura e a economia e insere no espaço urbano uma exploração comercial baseada no desejo e consumo de experiências e memórias.

2.7 PERSISTÊNCIAS NA MEMÓRIA

Macei-ó-k, palavra originada do tupi apresenta três partes: a) “maçai” = alagadiço; b) “ó” = tapar; e c) “k” (ou “g”) = desinência verbal do tempo passado da terceira pessoa. (TIBIRIÇÁ, 1984). Três esferas imiscuídas, o homem, a terra e a água, em busca de conformar o espaço contemporâneo hoje denominado Maceió.

A toponímia Maçai-ó-k é interpretada como “o que tapa o alagadiço” (BARROS, 1991; INSTITUTO THÉO BRANDÃO, 1995; COSTA, 2001; CARVALHO, 2015), o que deixa margem à diversas indagações, talvez sugerindo uma ação antrópica dos indígenas caetés que aí habitavam ou até mesmo uma indagação sobre o que tapava e como era tapado esse alagadiço.

Girei pela cidade. Olhei para tudo e nada vi, nada que prendesse a atenção. Nada sobressai do resto, é tudo apagado, tudo segundo plano, tudo suburbano. Felizmente tomei um bonde que me levou para fora – “Ponta da Terra”, chamam o lugar. Gostei, gostei muito mesmo. Deu-me a perfeita impressão dessas cenas de naufrágio, de ilha deserta, de que os filmes americanos tanto gostam. Algumas casinholas de terra batida e cobertas de sapé, redes, gente sonolenta. E uma praia, mas uma praia diferente de todas as outras praias. Muito plana, muito larga, cheia de coqueiros, desses coqueiros sinuosos, esguios, que balançam e cantam com o vento. E o mar muito calmo, sem arrebentação, sem ondas. Muito calmo e muito verde, um verde lindo, verde esmeralda, ora mais claro, ora mais escuro, com manchas azuladas de recifes à flor d’água. Perto, ancorado, um veleiro de três mastros. E longe, bem longe, as jangadas que deslizam, leves, com as velas em triângulo, muito brancas, cheias de vento. Velas que brilham, velas de porcelana. E uma viração suave, um céu azul e um sol resplandecente. Paisagem de ilha abandonada, apesar dos pescadores e das velas, calma, sonolenta. Paisagem de aquarela. (COSTA, 1995, p. 34, grifo do autor).

Um espaço que desde seus primórdios emula uma construção pelas mãos do homem, o dito lugar descoberto e colonizado pelos portugueses já deveria ser um produto de origem antropológica. Hipótese difícil de ser verificada, mas que nos faz refletir e inferir que a história da cidade de Maceió, como a história de várias outras e mesmo a de todos os núcleos urbanos, está vinculada à relação que o homem tem com a geografia. Maceió, no caso, encontra-se, desde o princípio, intrinsecamente conectada com as relações que seus habitantes desenvolveram com as massas d’água que integram seu sítio geográfico e suas massas d’água.

No fundo somos *gente-sururu* e por isso trazemos nos olhos as imagens de *todas as águas*. Das *águas do mar* e do somatório das *dezenas de lagoas, rios e olhos d’água* espalhados nas periferias da cidade. [...] Cúmplices da modernidade, temos *o barro e a lama* debaixo dos edifícios e

dos asfaltos das ruas. *Somos filhos de uma cidade restinga. [...] Do somatório de todas as águas: as águas do mar que invadiram a todos. Dos olhos-d'água e do cheiro de maresia contra o cheiro agridoce das canas. Maresia alagoana: ela contaminou a todos: dos pisantes das terras alagoanas, dos índios e negros, brancos e holandeses e até mesmo aos piratas franceses. (BEZERRA, 2012, p. 121-123, grifos do autor).*

Considere o oceano: em 1640 o potencial portuário desta porção de terra parália fulgura no olhar do cartógrafo português João Teixeira Allbernaz sobre o território outrora exótico e desconhecido; em 1926 o arquiteto brasileiro Lúcio Costa, deslumbrado, arrazoa o alciónico mar como a inefável aura da cidade; em 2012 o sociólogo alagoano Edson Bezerra reinvoca uma singularidade maceioense essencialmente conectada às suas águas. Conjecturando sobre essas três impressões, o oceano ecoa como a constante que persiste no tempo e nos diversos povos que aqui imprimiram suas marcas, de temporalidades e ideologias distintas.

Considere a água: componente essencial do planeta Terra e do corpo humano; quintessencial para a sobrevivência do homem; mutável em suas propriedades físicas e incerta em sua mecânica quântica. A água, e, portanto, o oceano, realidade metafórica ou concreta. Onde está seu espírito? Se o domínio do mar pelo homem pode ser considerado um processo de imprimir discursos a ele, o que o oceano pode nos mostrar?

Dois peixinhos estão nadando e cruzam com um peixe mais velho que vem nadando em sentido contrário, que os cumprimenta dizendo: “Bom dia, meninos. Como está a água?”. Os dois peixinhos continuam nadando por mais algum tempo, até que um deles olha para o outro e pergunta: “Água? Que diabo é isso?”. (WALLACE, 2012b, p. 263, grifos do autor).

Se a formação social do capitalismo mercantil-industrial nos permitia afirmar o que era o oceano, naquele instante, uma rota marítima para escoamento de bens e o deslocamento de informações e pessoas, o que ele é agora na contemporaneidade sob o capitalismo experiencial, já que sua materialidade concreta só se firma no espaço quando evoca uma conotação estética generativa de desejo do indivíduo?

Nos dois momentos explorados, a persistência do elemento água no contexto urbano maceioense parece assumir um protagonismo ímpar em suas condições de produção: inserindo-se no sistema de reprodução mercantilista-industrial, o bairro Jaraguá passou por todo o processo de modernização, sob o conceito clássico de progresso, com várias benesses e sempre olhando para o futuro – decorrente principalmente das necessidades de sua atividade portuária. Os investimentos nessa

área intentavam dar um ar cada vez mais cosmopolita para a cidade de Maceió, sempre se apropriando das novas tecnologias trazidas pelo progresso e substituindo gradualmente o seu passado insalubre. Após a decadência do Jaraguá, houve a tentativa de revigorar o passado, numa visão idealizada do bairro, através de ações e projetos de revitalização do bairro pelo poder público na década de 1990, ao mesmo tempo em que o bairro Ponta Verde despontava como a nova área de interesse da cidade. O poder simbólico e econômico que se instaurou na e se irradiou pela orla marítima a partir do bairro Ponta Verde, na qual os indivíduos poderiam satisfazer suas necessidades imediatas, deslumbrando-se com uma visão do paraíso, parece ter minado a possibilidade de sucesso sustentável desse projeto⁶⁰.

Em comum, esses momentos apresentam a constante da apropriação da água como fator monopolizador das condições de desenvolvimento histórico e socioeconômico da cidade de Maceió. Nesse sentido, a permanência e persistência da apropriação do elemento hídrico parece traduzir, de forma plena, a própria condição de existência e, talvez, continuidade do sítio urbano da capital alagoana. Maceió é água, é oceano e é mar: Maçai-ó-k paranãguassu.

⁶⁰ “Num curtíssimo espaço de tempo, o ciclo vital da revitalização de Jaraguá alcançou o ápice (tempos de glória) e, com igual velocidade culminou no ocaso. Neste intervalo, Jaraguá, centro histórico-arquitetônico significativo da capital alagoana, sequer chegou a se consolidar no circuito turístico de Maceió, o qual permanece focado em suas belas praias, atestado a ineficácia da estratégia municipal de construção de um complexo turístico-cultural. Enquanto empreendimentos correlacionados à construção deste complexo fecham, registra-se a presença de faculdade, instituições bancárias e outros estabelecimentos, outrora não existentes em Jaraguá. Tal fato ocorre, aparentemente, porque suas atividades empresariais, independem de ações paternalistas do poder público e/ou da dinamização turístico-cultural do espaço com shows, eventos e similares. O discurso oficial pautava-se na expectativa de que a iniciativa privada viesse a promover um retorno substantivo, mediante cooperação mútua entre os membros da Associação de Bares e Restaurantes, bem como entre tal associação e o poder público. Desconsiderou-se, visivelmente, que a competitividade e expectativa de fazer lucro são inerentes à lógica que permeia o mundo dos negócios e, portanto, indissociável ao próprio meio empresarial. Invocar uma espécie de redenção voluntária destes e sua efetiva consolidação como empresas cidadãs tende a ser uma postura essencialmente inócua. [...] Paralelamente às concessões do município os interesses empresariais, o programa de desenvolvimento sócio-econômico para comunidades carentes de Jaraguá, o qual também se concretizaria com a revitalização, foi simplesmente relegado ao esquecimento. Em verdade, o poder público sempre teve conhecimento do inevitável conflito que se estabeleceria entre os núcleos de baixa renda e o novo empresariado que ingressaria no bairro, atraídos pela revitalização. A intervenção urbana de Jaraguá nunca se focou na promoção de melhorias substanciais às comunidades locais carentes. O próprio sistema de financiamentos e incentivos fiscais para a recuperação de sobrados históricos se destina à elite da sociedade maceioense, às classes de maior poder aquisitivo, posto que desconsidera o impacto social advindo implicitamente: o afastamento dos habitantes que outrora residiam em Jaraguá, financeiramente incapazes de adentrar a esse sistema. A natureza da própria estratégia de transformar Jaraguá num recanto para turistas de alta renda e para famílias mais abastadas da sociedade maceioense, por si, revela-se incompatível com a persistência de uma favela e de classes menos afortunadas que ocupavam o espaço antes da reestruturação urbana”. (ANDRADE, 2005, p. 224-225).

TUPI

QR

TQ

BEYOND

“Ah”, disse o rato, “o mundo torna-se a cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes, mas essas longas paredes convergem tão depressa uma para a outra que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para a qual eu corro”. -“Você só precisa mudar de direção”, disse o gato, e devorou-o.

(Franz Kafka, Pequena fábula, c. 1920).

Retomemos à hipótese desta dissertação: se até meados do século XX o oceano era coadjuvante da dinâmica espacial urbana maceioense, calcadas por um capitalismo mercantilista-industrial, a partir de fins do século XX o oceano assume protagonismo nas relações econômico-culturais e sociais e pode ser considerado o próprio meio para a reprodução do capital.

A discussão desenvolvida nos capítulos anteriores corrobora em parte a hipótese lançada como o *leitmotiv*⁵⁶ deste trabalho: a economia e a cultura imprimem um outro significado ao oceano, tornando-o uma permanência no território maceioense, mas observamos também que não elimina o que já existia. A produção canvieira ainda permanece como uma das grandes forças motrizes da economia alagoana e também maceioense. Uma platitude que não necessita de confirmação: a paisagem de Alagoas denuncia isso aos nossos olhos. Seu território, na faixa compreendida entre o litoral e a zona da mata, ainda o é ocupado pela lavoura da cana-de-açúcar. Os propósitos da colonização lusitana ainda parecem permanecer em Alagoas⁵⁷.

Aqui, durante todo o século XX, a economia continuou dependente das atividades agrícolas ou agroindustriais e, por isso, as classes urbanas, tanto os trabalhadores assalariados como os da classe média, são relativamente pequenas. [...] O processo de urbanização em Alagoas não foi realizado pela atração das oportunidades nas novas empresas e, por isso,

⁵⁶ “O *Leitmotiv* percorrerá um longo caminho até chegar a ser um tema, que sendo claramente definido e identificável através da sua estrutura musical, possui no entanto uma plasticidade formal, através da qual pode representar uma pessoa, um objecto, um lugar, uma ideia, um estado de espírito, uma força sobrenatural ou outro componente da acção dramática; nesse caminho, tornar-se-á cada vez mais plástico e funcional, ou seja, a plasticidade adquirida é secundada por uma mobilidade posta inteiramente ao serviço da estrutura músico dramática, daí resultando que a evolução das personagens, a emergência e a solução de conflitos se concretizam através de sucessivas variações e associações de *Leitmotive*, reunindo o que agora se vê e ouve com o que se viu e ouviu anteriormente”. (SOUSA, p. 36, grifos da autora).

⁵⁷ “Pelo capitão dos navios que daqui mandei o mês de setembro passado, dei conta a Vossa Alteza de minha viagem e chega a esta Nova Lusitânia e do que aqui era passado. Depois meti-me, Senhor, a dar ordem ao sossego e paz da terra, com dádivas a uns e apaziguando a outros porque tudo é necessário. E assim dei ordem a se fazerem engenhos de açúcares que de lá trouxa contratados, fazendo tudo quanto me requereram e dando tudo o que me pediram, sem olhar a proveito nem interesse algum meu, mas a obra ir avante, como desejo. Temos grande soma de canas plantadas, todo o povo, com o trabalho que foi possível, e dando a todos a ajuda que a mim foi possível, e cedo acabaremos um engenho muito grande e perfeito, e ando ordenando a começar outros. Praza ao Senhor Deus que me ajude segundo Sua grande misericórdia e minha boa intenção. Quanto, Senhor, às cousas do ouro, nunca deixo de inquirir e procurar sobre elas, e cada dia se esquentam as mais novas. [...] E porque para as cousas de tanta importância há necessidade de muito grandes gastos e eu estou muito gastado e endividado, e não posso suportar tanta gente de soldo como até aqui suportei, há já três anos que pedi a Vossa Alteza me fizesse mercê de me dar licença e maneira de haver alguns escravos de Guiné por resgate, e o ano passado respondeu-se-me que até se acabar o contrato que era feito nada se podia fazer, dando-se-me a entender que, acabado, seria provido, pelo que já escrevi a Vossa Alteza sobre isso”. (COELHO, 1542 apud MELLO; ALBUQUERQUE, 1997, p. 98-99).

esse aumento espetacular da população nas cidades faz crescer dois setores urbanos distintos. O primeiro é o da economia informal, principalmente na área de serviços e comércio, concentrada em bairros periféricos da capital e nas cidades do interior. A economia informal emprega ou dá ocupação a dois de cada três trabalhadores urbanos em Alagoas. O segundo é a parcela marginalizada, a população que sobrevive de atividades irregulares, como a que está concentrada nos quase 300 aglomerados subnormais da capital. [...] A estrutura fundiária é uma das marcas mais fortes do atraso do setor rural no Estado. A polarização, em pleno século XXI, persiste: de um lado 101 mil estabelecimentos fundiários (82% do total) com menos de 10 hectares [...] ocupando um total de 226 mil hectares de terra (11% de toda terra agrícola); do outro, as 197 maiores propriedades com mais de mil hectares (apenas 0,1% do total de estabelecimentos), ocupando 566 mil hectares (27% do total das terras agrícolas). [...] O mundo rural alagoano é marcado [...] por um modelo agrícola que revela a centralização da produção em poucas atividades, como a pecuária e a cana-de-açúcar, ocupando menos de um quinto da área com as atividades de todas as demais lavouras. [...] A agricultura não familiar, por sua vez, produz mais de 90% da cana-de-açúcar, responsável por 60% da produção agrícola do Estado. [...] O mundo rural em Alagoas continua refletindo os traços mais fortes herdados do seu passado colonial: concentração da terra, ausência de diversificação produtiva, pobreza e degradação ambiental. (CARVALHO, 2014, p. 16-23).

Recuperemos estas perguntas em torno de Maceió: o que move essa cidade? O que está por trás de sua fisionomia? O que a faz adquirir outras feições distintas daquelas que um dia foram tão convincentes?

Seguindo a abordagem construída nessa dissertação, viu-se que os núcleos urbanos tradicionalmente reconhecidos como importantes provenientes do período colonial brasileiro apresentavam uma cultura rural, baseada na relação entre poderes de caráter político e econômico, cujo centro era a casa grande e os bangües. (ALBUQUERQUE, 1965; ANDRADE, 2007; CARVALHO, 2015). Por esse prisma, pode-se dizer que as terras da Alagoas colonial era o meio de reprodução do capital e o oceano atuava como via, ou meio, para transporte e escoamento de mercadorias.

Em sua formação territorial, entretanto, Maceió passou por outro processo: embora tenha uma parte originada e fincada no sistema colonial, sua existência foi se consolidando através de uma cultura urbana, valores trazidos pelo Império Lusitano ao fugir para o Brasil das Guerras Napoleônicas, cujos dominadores eram a burguesia que aí estabelecia as relações comerciais com culturas externas e os pequenos comerciantes, e os dominados eram os serviçais, os excluídos da sociedade e escravos – nesse ponto é possível falar que os indígenas poderiam ser apenas a figura exótica vista pelos colonizadores, expulsos de suas terras, quando não dizimados. (BARROS, 1991; CARVALHO, 2015; COSTA, 2001). Aqui, o centro era a atividade

portuária, que exportava o açúcar e importava os produtos industrializados e o oceano, em Maceió, era o meio para reprodução do capital.

Enquanto o capitalismo mercantilista-agrícola continuava a se imiscuir no território, foi introduzido também o industrial: a modernização dos bangües para as indústrias centrais, a instalação de fábricas têxteis no território, outros meios para deslocamento e comunicação, tudo isso foi introduzindo no território uma nova variável econômica que possibilitou mais poder para a burguesia e suas relações com as atividades portuárias. A exploração comercial, mesmo sob a égide da indústria, ainda permanecia ligada à produção agrícola, como a cana-de-açúcar e o algodão, para produzir açúcar, fios e tecidos. Tudo isso passando pelo porto de Jaraguá, sendo transportado pelo mar, continuando como meio para reprodução do capital econômico maceioense e alagoano. (BARROS, 1991; CARVALHO, 2014, 2015).

Mas como a pergunta mesmo afirma, a cidade se move. Cinco séculos de dominação agrícola canavieira sofrem então processos de descontinuidades produzidas pela indústria, o comércio e os serviços. (CARVALHO, 2015; CAVALCANTE, 2014; NORMANDE, 2000).

Os dez maiores municípios alagoanos detêm, juntos, 73% de toda a riqueza do Estado, sendo que a capital é responsável por 48% do que é produzido em Alagoas. [...] Maceió é o retrato fiel do modelo concentrador de renda que o Brasil conhece desde o tempo colonial, e que mantém os seus traços mais fortes no Nordeste. A concentração de terra e de renda tem a correspondência na concentração espacial. Com um terço da população total de Alagoas, a capital tem, em primeiro lugar, o privilégio de, desde o século XIX, centralizar quase toda a administração federal e estadual, além da própria Prefeitura. [...] Segundo, ao longo de décadas, implantaram-se em Maceió um setor de serviços e uma rede comercial desenhados para servir a todas as regiões do Estado e, por isso, elas absorvem muita gente. [...] Terceiro, as poucas indústrias alagoanas, fora do setor sucroalcooleiro, estão quase todas em Maceió. Vários símbolos da industrialização setorial estão na capital, como a Fábrica Carmem, primeira indústria têxtil alagoana, fundada em 1857, até ser desativada em 2009; Braskem (ex-Salgema e ex-Triken), a maior produtora de cloro-sódio da América Latina, em funcionamento desde 1977; Sococo, a maior indústria de beneficiamento de coco do mundo, inaugurada em 1966; e a Usina Cachoeira do Meirim, um antigo engenho de açúcar transformado em usina em 1959. Aqui, estão situadas as empresas mais dinâmicas do turismo, da construção civil e do setor financeiro. (CARVALHO, 2014, p. 31-33).

Retomemos essas reflexões: essa outra apropriação da economia baseada primeiro em serviços e depois em experiências: a massificação do turismo, o dinheiro e a cultura como mercadoria, a ubiquidade espacial e temporal trazida pelas novas TICs, o desejo e a frustração do indivíduo permeando o imaginário coletivo, a busca

de uma felicidade composta de experiências e reminiscências (ASCHER, 2010; BAUMAN, 2001).

Em Maceió, o oceano, agora, se transforma no objeto do prazer do indivíduo: morar à beira-mar, apreciação estética da paisagem, orla marítima como principal ponto turístico (talvez seu espaço-lixo por excelência) - uma economia baseada na capitalização do oceano enquanto mercadoria e não mais apenas um meio de sua reprodução. O surgimento de outros atores no espaço urbano: performers, apresentando suas marcas, e consumidores, ávidos por experiências. O mar é a força-motriz da dinâmica da paisagem, reestabelecendo o vínculo homem-natureza, desejo-felicidade, exclusividade-marca. (BAUMAN, 2010; PINE II; GILMORE, 2011; KOOLHAAS, 2010; LIPOVETSKY; CHARLES, 2004).

Mas qual exclusividade quando o marketing urbano emula um interdiscurso já há décadas: Maceió como o Caribe Brasileiro? Aparentemente cada resposta traz novas questões. Mas algo é evidente: não é mais possível pensar o espaço apenas localmente, é preciso considerar os espaços globais. Se agora tudo é símbolo e marca, é preciso conhecer e refletir sobre as experiências de outros espaços, hibridizar local e global, produzir sedução e atração. As cidades parecem ter se transformado nas grandes lojas de departamentos europeias de fins do século XIX e nos shopping centers do século XX, cada uma tentando atrair o maior número de clientela possível. (ASCHER, 2010; LIPOVETSKY; SERROY, 2010, 2015).

Podemos detectar, na experiência que a visita a um shopping center proporciona, algo que provém de uma atitude turística: as pessoas vão lá para se divertir e descobrir novidades sem o risco. O lugar é concebido para isso: oferecer um espetáculo, um desfile lúdico, destinado a ocupar o tempo. Há certamente uma dimensão mais chique e distinta na experiência da visita a uma loja de departamentos: a loja de departamentos tem o brilho do teatro, o espetáculo do luxo, a magia de uma festa consumista menos popular. Sua estética é eufórica, proporcionando o maravilhamento, a febre, o estonteamento, todas as sensações descritas com tanta justeza por Zola. A do shopping center é mais fria, anônima, impessoal, oferecendo à guisa de decoração apenas uma forma de simulacro. Esse cenário aberto a todos, socialmente indeterminado, proporciona uma experiência particular do tempo que lhe é própria: um tempo acrônico, sem relógio (em geral, não há relógio nos malls), um tempo suspenso, em que se mata o tempo, como num aeroporto, antes de voltar ao tempo real, a do embarque no avião ou o da saída para a avenida em que se é tragado pela multidão e os barulhos da cidade. O shopping center é como uma bolha, como um hiperespaço que se conjuga com um não tempo, para criar um universo sedoso e flutuante. Algo que, depois da febre da loja de departamentos, poderia representar uma etapa intermediária, como uma ausência de gravidade, em direção ao estágio posterior, aquele que a fase presente e vindoura do capitalismo hipermoderno oferece: o comércio virtual, na web, onde os sites digitais é que são estetizados e onde a perambulação e o namoro das vitrines cedem vez à

“navegação” eletrônica. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 193-194, grifo dos autores).

Resgatemos o oceano: domado parcialmente por Jasão, metrificado pelos europeus, transformado em sistema binário pela telemática. Desvelado em sua intensão e extensão. Materialize uma questão sobre ele. Faça uma busca na internet e a resposta certamente estará lá. Não mais dependente dos humores divinos ou das plantas cartográficas dos mecenas aristocráticos, de grandes segredos régios para construção de impérios ultramarinos, da busca de especiarias e metais preciosos.

A primeira fase da mundialização do capital, decorrente da procura de uma rota marítima para as Índias, assegurou o estabelecimento das primeiras feitorias comerciais européias na Índia, na China e no Japão, e, principalmente, abriu aos conquistadores europeus as terras do Novo Mundo. Na visão eurocêntrica de Adam Smith, esse foi o maior feito da história da humanidade. Enquanto as especiarias eram embarcadas para os portos de Lisboa e de Sevilha, de Roterdã e Londres, milhares de imigrantes ibéricos, ingleses e holandeses, e um número bem inferior de franceses, atravessaram o Atlântico para ocupar a América. Pode-se afirmar que os primeiros passos da economia capitalista mundial foram dados com as atividades de comércio, de banco e de finanças desabrochadas nas repúblicas italianas nos séculos XIII e XIV. [...] Capitais, mercadorias mais abundantes, navios e armas foram os meios utilizados no desenvolvimento do comércio, das descobertas, das conquistas. Contando com o apoio financeiro decisivo da cidade-Estado de Gênova, Portugal e Espanha empreenderam expedições que levaram às grandes descobertas. [...] Na primeira fase do processo de mundialização do capital, estruturou-se um sólido comércio triangular entre a Europa (fornecedora de produtos manufaturados), a África (fornecedora de escravos) e a América (exportadora de produtos coloniais). A imensa expansão do mercado favoreceu os artesãos e os industriais emergentes da Europa, que passaram a contar com consumidores de outras regiões, e a importação de produtos coloniais ampliou as relações intereuropéias. O açúcar, por exemplo, que teve sua produção confiada aos senhores de engenho brasileiros foi transportado pelos portugueses para os portos holandeses, onde era refinado e depois distribuído. [...] Os principais acontecimentos que marcaram a transição da primeira fase da mundialização do capital para a segunda deram-se nos campos da técnica e da política. A partir do século XVIII, a Inglaterra industrializou-se aceleradamente e, depois dela, a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. A máquina a vapor foi introduzida nos transportes terrestres (estradas-de-ferro) e aquáticos (barcos a vapor). Conseqüentemente, essa nova época foi regida pelos interesses da indústria e das finanças, sua associada e, por vezes amplamente dominante, e não mais por motivações dinásticas-mercantis. Foi a grande burguesia industrial e bancária — e não mais os administradores das corporações mercantis e os funcionários reais — que liderou o processo de expansão do capitalismo. O século XVIII foi também o século do fortalecimento do capitalismo inglês; o capitalismo se enfraqueceu na Holanda, vegetou numa França largamente rural, dominada pela corte e pelos salões, mal emergiu nos países em que, como na Prússia, ‘os déspotas esclarecidos’ adotaram as velhas receitas mercantilistas. Ainda amplamente colonial, mercantil e manufatureiro, o capitalismo já era capaz de se adaptar à nova situação decorrente da independência das colônias americanas, e criou, com a nova onda de *enclosures*, a proletarianização das massas rurais, o movimento de acumulação do capital e os progressos técnicos — as condições da grande Revolução

Industrial do século XIX. Nesse período, intensificou-se a pilhagem da América Latina proporcionando a acumulação de riqueza por parte da burguesia européia e aumentando o poder de compra no resto do mundo, especialmente na Ásia. [...] Diferentemente dos países capitalistas desenvolvidos, que acumularam grande volume de capital no período mercantilista, os países periféricos ou semiperiféricos não passaram por esse estágio. Por sua vez, o progresso técnico não avançou nesses países porque enquanto possuíam o status de colônia eram dependentes de tecnologia oriunda da metrópole e, mais tarde, quando se tornaram formalmente independentes, não dispunham de capitais nem reuniam condições estruturais para promover o desenvolvimento científico e tecnológico. No início do século XIX, o desenvolvimento capitalista da indústria, iniciado na Inglaterra, estava longe de ser dominante. No decorrer desse século, principalmente pela instalação de indústria mecanizada, operou-se a expansão do modo de produção capitalista. Multiplicaram-se as fábricas, que nasceram na Inglaterra no fim do século XVIII, assim como na Bélgica, França, Suíça, Alemanha e nos Estados Unidos, cujo desenvolvimento foi marcante, particularmente nos setores motores da época, o têxtil e a metalurgia. Antigos fabricantes ou negociantes, filhos de artesãos e contramestres tornaram-se fabricantes, empregando a mão-de-obra que havia se tornado disponível pela transformação dos campos ou pela imigração, buscando tirar dela o máximo proveito. Essa mão-de-obra foi explorada ao extremo pelos detentores das fábricas nascentes. O uso de novas tecnologias, como a máquina a vapor, no final do século XVII e começo do século XIX, em vez de se transformar em instrumento de elevação do bem-estar social, representou, ao contrário, seu algoz. A exploração do homem pelo homem aumentou ainda mais. Tanto no passado quanto na era contemporânea, a modernização do sistema capitalista vem, de um lado, gerando uma riqueza extremamente polarizada e, de outro, incrementando a exclusão social. O que ocorreu na Inglaterra se reproduziu no Brasil. A literatura da Revolução Industrial britânica e a história econômica do Brasil na segunda metade do século XX estão repletas de exemplos caracterizadores dessa situação. [...] A interpenetração dos bancos com a indústria, com tendência ao monopólio ou ao oligopólio, levou o economista austríaco Hilferding a criar o termo 'capital financeiro', título da sua obra (*Das finanz Kapital — O capital financeiro —*, publicada em 1910), considerando-a um fenômeno novo da economia-política moderna. Lenin definiu-a como a etapa final do capitalismo, a etapa do imperialismo. O capital financeiro luta pela ampliação dos mercados e pela obtenção de novas e diversas fontes de matérias-primas. A doutrina econômica em que se baseia é a do capitalismo *laissez-faire*, um liberalismo radical inspirado nos fisiocratas franceses e apoiado pelos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo, que advogam a superação do mercantilismo com suas políticas arcaicas. Defendem o livre-cambismo nas relações externas, mas em defesa das suas indústrias internas continuam em geral protecionistas, como é o caso da política hamiltoniana nos Estados Unidos, e também da Alemanha Imperial e do Japão. Os países industrializados defendem o livre-cambismo (o preço melhor vence) quando se sentem fortes, como a Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e os Estados Unidos, atualmente. Mas aqueles que precisam criar sua própria indústria ou proteger a que ainda está se afirmando têm de recorrer à política protecionista com suas elevadas barreiras alfandegárias. (ALCOFORADO, 2006, p. 20-26, grifos do autor).

Acrescentemos essas indagações: o seu espírito [do oceano] persiste? A essência desse espírito é metafórica ou concreta? Ele o é todo água, em qualquer ponto. Mas mesmo assim, evoca diferentes metáforas a depender do ponto de sua

costa em que se está. Como poderia isso ser possível, se não pelas impressões impostas pela cultura e economia que se desenvolvem a partir dele?

Adicionemos outro ponto: as discussões até aqui nos permitiram inferir que a formação social do capitalismo mercantil-industrial nos dizia o que era o oceano e a do capitalismo experiencial nos mostra apenas o que ele pode ser. O Oceano como uma permanência, que ao mesmo tempo em que sua impressão é formada pelas relações entre economia e cultura, imprime a identidade até hoje chamada Maceió.

Como negligenciar a presença de um espaço tão marcante e constante ao pensar sobre o que configura Maceió espacialmente? Se diante de todas as descontinuidades do espaço maceioense, ele continua aqui, pintando-lhe seu rosto? Qual o discurso exalado pelo oceano e como interpretá-lo? Nessa perspectiva, como interpretar o processo de formação da relação entre Maceió e o Oceano?

3.1 E-API UMÉ AMANAJÉ⁵⁸

Considere Kafka. O que o transcurso da vida do rato pode nos ensinar? A fatalidade do fim? A diminuição do mundo conforme o conhecemos? O embate entre a busca do conhecimento e a sabedoria? Um pequeno conto de humor negro? Para Wallace (2012a) o humor de Kafka se encontra na sua construção infantil e primordial, na divergência entre seu humor de evocações inconscientes e pesadelecas e o humor irônico tipicamente contemporâneo, composto de intertextualidades e historicidade e de entretenimento e conforto. O humor de Kafka reside que a graça e a verdade estão na jornada e não no final.

Pode pedir para imaginarem que todos os seus contos tratam de uma espécie de porta. Para se visualizarem chegando perto dessa porta e batendo nela com cada vez mais força, batendo e batendo, não apenas querendo entrar, mas precisando disso; não sabemos o que é, mas conseguimos sentir esse desespero total por entrar, batendo, esmurrando e chutando. Que enfim a porta se abre... e ela abre *para fora* – estávamos o tempo todo dentro daquilo que queríamos. Das ist komisch. (WALLACE, 2012a, p. 235, grifo do autor).

Observemos agora o espaço. Um todo e suas partes. Uma outra platitude: o todo é maior que a soma das partes. Mas, e se só houverem as partes? E se as partes não são, na verdade, fragmentos que compõem o todo, mas sim as

⁵⁸ Do tupi-guarani: Não atire no mensageiro da guerra.

descontinuidades⁵⁹ que alteram o todo? E se a materialidade das metáforas for também concreta? O mundo se estreita ou sofre contínuas descontinuações?

Estamos na idade dos objetos parciais, dos tijolos e dos restos. Já não acreditamos nesses falsos fragmentos que, como os pedaços de uma estátua antiga, esperam ser completados e reagrupados para comporem uma unidade que é, também, a unidade de origem. Já não acreditamos numa totalidade original nem sequer numa totalidade de destinação. Já não acreditamos na grisalha de uma insípida dialética evolutiva, que pretende pacificar os pedaços arredondando suas arestas. Só acreditamos em totalidades ao lado. E se encontramos uma totalidade ao lado das partes, ela é um todo dessas partes, mas que não as totaliza, uma unidade de todas essas partes, mas que não as unifica, e que se junta a elas como uma nova parte composta à parte. [...] Até que ponto todas as partes são produzidas como lados dissimétricos, direções quebradas, caixas fechadas, vasos não comunicantes, compartimentações, nas quais até mesmo as contiguidades são distâncias e as distâncias, afirmações, pedaços de quebra-cabeça que não são do mesmo, mas de diferentes quebra-cabeças, violentamente inseridos uns nos outros, sempre locais e nunca específicos, e com suas bordas discordantes, sempre forçadas, profanadas, imbricadas umas nas

⁵⁹ “Pode-se apreender a partir de então as características próprias do sentido histórico como Nietzsche o entende, e que opõe a *‘Wirkliche Historie’* à história tradicional. Aquela inverte a relação habitualmente estabelecida entre a irrupção do acontecimento e a necessidade contínua. Há toda uma tradição da história (teleológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. A história ‘efetiva’ faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se invertem um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. [...] É preciso ainda compreender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior. De modo que o mundo tal qual nós o conhecemos não é essa figura simples onde todos os acontecimentos se apagam para que se mostrem, pouco a pouco, as características essenciais, o sentido final, o valor primeiro e último; é ao contrário uma miríade de acontecimentos entrelaçados; ele nos parece hoje ‘maravilhosamente colorido e confuso, profundo, repleto de sentido’; é que uma ‘multidão de erros e fantasmas’ lhe deu movimentos e ainda o povoa em segredo. Cremos que nosso presente se apóia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido do histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos. [...] A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”. (FOUCAULT, 1979, p. 28-35, grifos do autor). “Genealogia quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores tanto quanto a seu caráter relativo ou utilitário. Genealogia significa o elemento diferencial dos valores do qual decorre o valor destes. Genealogia, quer dizer, portanto, origem ou nascimento, mas também diferença ou distância da origem. Genealogia quer dizer nobreza e baixeza, nobreza e vilania, nobreza e decadência na origem. O nobre e o vil, o alto e o baixo, este é o elemento propriamente genealógico ou crítico. Mas assim compreendida, a crítica é ao mesmo tempo o que há de mais positivo. O elemento diferencial não é a crítica de valor dos valores sem ser também o elemento positivo de uma criação. Por isso a crítica nunca é concebida por Nietzsche como uma *reação*, mas sim com uma *ação*. Nietzsche opõe a atividade de crítica à vingança, ao rancor ou ao ressentimento. [...] A crítica não é uma re-ação do ressentimento, mas a expressão ativa de um modo de existência ativo: o ataque e não a vingança, a agressividade natural de uma maneira de ser, a maldade divina sem a qual não se poderia imaginar a perfeição”. (DELEUZE, 1976, p. 4, grifo do autor).

outras, e sempre com restos. É a obra esquizoide por excelência: dir-se-ia que a culpabilidade, que as confissões de culpabilidade aparecem nela tão somente para fazer rir. [...] Isto porque os rigores da lei só aparentemente exprimem o protesto do Uno, e encontram, ao contrário, seu verdadeiro objeto na absolvição dos universos fragmentados, nos quais a lei nada reúne no Todo, mas, ao contrário, mede e distribui os desvios, as dispersões, as explosões daquilo que extrai da loucura sua inocência”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 62-63).

A resposta para isso, parece se encontrar na definição de estado rizomático⁶⁰ o desenvolvida por Deleuze e Guattari. Por quê? Porque o conceito de rizoma permite interpretar essas novas relações ou descontinuidades do território, aqui no caso, o território maceioense – nas perspectivas terrestre e oceânica.

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa conduzir reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que devém dois, nem mesmo que deviria diretamente de três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (n-1)”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 43, grifo dos autores).

Reflitamos um pouco: qual a relação entre filosofia e o espaço? Mas se considerarmos o espaço como produto da economia e da cultura, portanto, então poderíamos afirmar que ele o é também da ciência e da arte. Reformulemos então a pergunta: qual a relação entre filosofia, ciência e arte? No estado rizomático, os atos de pensar e criar estão imiscuídos entre esses três campos, sem hierarquização e sem síntese: a Filosofia cria conceitos a partir do Plano de Imanência; a Ciência cria funções a partir do Plano de Referência; e a Arte cria perceptos e afectos a partir do Plano de Composição. (MAGNAVITA, 2017).

⁶⁰ “Trabalhar com conceitos que se caracterizam por sua virtualidade (incorporabilidade) é uma opção, uma escolha que nem sempre encontra receptividade em seu entendimento, pois, normalmente, se prefere permanecer no mundo da representação e não se considera a micropolítica da subjetivação do virtual e do atual, lugar específico da criatividade. Essa abordagem está relacionada com uma nova forma de pensar criada no âmbito da ‘revolução cultural’ dos anos 1960 do século XX. Trata-se do pensamento denominado rizomático, o qual constitui um novo Plano de Imanência, novos conceitos e nova lógica (da diferença e da multiplicidade). Trata-se de um acontecimento filosófico, uma criação, um devir-outro da existência, configurando, assim, um novo lugar onde o pensamento se orienta para pensar e tem no conceito de rizoma sua referência maior”. (MAGNAVITA, 2017, p. 208-209, grifo do autor).

Por enquanto, dispomos apenas de uma hipótese muito ampla: das frases ou de um equivalente, a filosofia tira conceitos (que não se confundem com idéias gerais ou abstratas), enquanto que a ciência tira prospectos (proposições que não se confundem com juízos), e a arte tira perceptos e afectos (que também não se confundem com percepções ou sentimentos). Em cada caso, a linguagem é submetida a provas e usos incomparáveis, mas que não definem a diferença entre as disciplinas sem constituir também seus cruzamentos perpétuos. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 36).

Definamos então esses aspectos, antes de adentrarmos no estado rizomático. Primeiro, o que é conceito? “Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem, portanto, uma cifra. É uma multiplicidade⁶¹, embora nem toda multiplicidade seja conceitual.

Elias Canetti distingue dois tipos de multiplicidade que às vezes se opõem e às vezes se penetram: de massa e de matilha. Entre os caracteres de massa, no sentido de Canetti, precisa-se notar a grande quantidade, a divisibilidade e a igualdade dos membros, a concentração, a sociabilidade do conjunto, a unicidade da direção hierárquica, a organização de territorialização, a emissão de signos. Entre os caracteres de matilha, a exiguidade ou a restrição de número, a dispersão, as distâncias variáveis indecomponíveis, as metamorfoses qualitativas, as desigualdades como restos ou ultrapassagens, a impossibilidade de uma totalização ou de uma hierarquização fixas, a variedade browniana das direções, as linhas de desterritorialização, a projeção de partículas. (1966, [S.p.] apud DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 60).

“Não há conceito de um só componente” (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 25): isso significa dizer que todo conceito remete a outros conceitos e que pode gerar outros conceitos, eles não surgem do nada; os conceitos são constituídos de entes inseparáveis, que se confundem em suas fronteiras diáfanas e mutáveis, na qual um novo conceito é compostos de partes de outros conceitos que o criaram; o conceito é o ponto de aglutinação desses outros conceitos, dizendo o acontecimento e não a coisa ou a essência; é um incorporal que se manifesta nos corpos, mas não se confunde com ele; e não é nem discurso, pois não possui sentido⁶², nem proposição, pois não estabelece referências com os estado de indivíduos ou objetos.

⁶¹ “É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. Inexistência de unidade ainda que fosse para abortar no objeto e para ‘voltar’ no sujeito”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 23, grifo dos autores).

⁶² É necessário a compreensão de que o texto, enquanto materialidade da língua, pode falar, dizer e mostrar. Assim, o falar conecta-se a sua própria existência (escrita, oral, iconográfica) enquanto ente autônomo e depende somente da aplicação de regras gramaticais inerentes a cada língua para sua

Dizemos de qualquer conceito que ele sempre tem uma história, embora a história se desdobre em zigzague, embora cruze talvez outros problemas ou outros planos diferentes. Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado. Mas, por outro lado, um conceito possui um devir que concerne, desta vez, a sua relação com conceitos situados no mesmo plano. Aqui, os conceitos se acomodam uns aos outros, superpõem-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, mesmo se têm histórias diferentes. Com efeito, todo conceito, tendo um número finito de componentes, bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participam de uma co-criação. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 29-30).

Segundo, o que é função? A função, ou proposição, é composta por functivos, que permitem estabelecer diversas relações entre os objetos e permitir que a ciência reflita e comunique sobre eles. Isso não significa que ela não pode se utilizar de conceitos – eventualmente os conceitos são necessários para determinadas funções científicas, mas não se traduz como um dado delas. “Um conceito pode tomar por componentes os functivos de toda função possível, sem por isso ter o menor valor científico, mas com a finalidade de marcar as diferenças de natureza entre conceitos e funções”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 153). Além disso, enquanto a filosofia trabalha com o caos, a ciência adota a estática⁶³.

A ciência e a filosofia seguem duas vias opostas, porque os conceitos filosóficos têm por consistência acontecimentos, ao passo que as funções científicas têm por referência estados de coisas ou misturas: a

produção; o dizer estabelece a sua construção semântica, cujos enunciados dependem de contexto para a significação da fala; e o mostrar liga-se ao discurso, no qual sua enunciação depende da investigação dos sentidos para sua interpretação. (KOCH, 2011). “A noção de discurso desloca a reflexão para além da dicotomia língua/fala ou competência/desempenho. A língua não aparece como sistema abstrato (ideologicamente neutro) ou como código (com função puramente informativa). Há também uma recusa da noção de competência, já que esta supõe que os locutores, que em Chomsky são ideais, não têm nem *história* nem *inconsciente*. O discurso não é geral como a língua (ou a competência) nem individual e a-sistemático como a fala (ou *performance*). Ele tem a regularidade de uma *prática*, como as práticas sociais em geral. [...] O discurso é definido não como transmissor de informação, mas como *efeito de sentido* entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social e histórico”. (ORLANDI, 2009, p. 60, grifos da autora).

⁶³ “A ciência tem uma maneira inteiramente diferente de abordar o caos, quase inversa: ela renuncia ao infinito, à velocidade infinita, para ganhar uma referência capaz de atualizar o virtual. Guardando o infinito, a filosofia dá uma consistência ao virtual por conceitos; renunciando ao infinito, a ciência dá ao virtual uma referência que o atualiza, por funções. [...] A ciência não é impregnada por sua própria unidade, mas pelo plano de referência constituído por todos os limites ou bordas sob as quais ela enfrenta o caos. São estas bordas que dão ao plano suas referências; quanto aos sistemas de coordenadas, eles povoam ou mobiliam o próprio plano de referência”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 154-155).

filosofia não pára de extrair, por conceitos, do estado de coisas, um acontecimento consistente, de algum modo um sorriso sem gato, ao passo que a ciência não cessa de atualizar, por funções, o acontecimento num estado de coisas, uma coisa ou um corpo referíveis. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 164).

E por último, o que são perceptos e afectos? Os perceptos e afectos compõem as sensações, são as coisas ou as obras em si, independente do artista, do espectador e do auditor, ela conserva um momento eternizado, cuja duração material vai depender apenas do que a coisa ou a obra foi feita. Ela preserva instantes, imortalizando o plano de composição capturado na sua criação. A sensação de um momento, mas provocando percepções, afeições e sentimentos distintos no decurso do tempo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a).

Os perceptos não mais são percepções, são independentes do estado daqueles que os experimentam; os afectos não são mais sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. As sensações, perceptos e afectos, são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido. Existem na ausência do homem, podemos dizer, porque o homem, tal como ele é fixado na pedra, sobre a tela ou ao longo das palavras, é ele próprio um composto de perceptos e de afectos. A obra de arte é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 213).

Dessa forma, é possível afirmar que o entrelaçamento entre esses atos criacionais – conceito, função, perceptos e afectos - expressam e descrevem o plano de consistência dos corpos, objetos ou coisas, estabelecendo suas possibilidades como o Uno sempre múltiplo de (n-1), suas variáveis e limites e suas percepções e afetos devidos de um acontecimento. (MAGNAVITA, 2017).

A Filosofia dá consistência ao acontecimento (conceito) e tenta salvar o infinito. A Ciência, pelo contrário, renuncia ao infinito. Ela dá-lhe uma referência de modo a transformá-lo numa função, numa coordenada determinável (percepto). A arte cria o finito com o infinito e dá ao acontecimento do possível uma vida, um mundo possível (afecto). Percebemos assim como, em Deleuze, a teoria da modalidade ajuda a pensar a diferença entre as três dimensões do pensamento. Esquemáticamente podemos dizer que o virtual corresponde à Filosofia e ao plano de consistência do conceito, o actual corresponde à Ciência e ao plano de referência da função, e o possível corresponde à Arte e ao plano de composição da sensação. Estes diferentes modos de pensar e de confrontar o caos, não são mais do que a constatação do caos como uma realidade em si. Pensar, é dar consistência ao caos. Não uma relação de exclusão, mas pelo contrário, de inclusão. Pensa-se contra o caos, mas também com o caos. (NABAIS, 2010, p. 325-326).

Nos atos criacionais dessas disciplinas – filosofia, ciência e arte – o caos se conforma como o universo em sua multiplicidade: infinito, molar⁶⁴, molecular⁶⁵ e abstrato⁶⁶, nunca separados, mas entrelaçados em estado rizomático sempre a (n-1), resultando nos estados Possível ou Real, múltiplo em suas possibilidades de existência: Virtual ou Atual.⁶⁷

⁶⁴ “Existe aí, como para cada um de nós, uma linha de segmentaridade dura em que tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro. Nossa vida é feita assim, não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto, os sentimentos como relacionamento entre pessoas são segmentarizados, de um mundo que não é feito para perturbar nem para dispersar, mas ao contrário, para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal. [...] Todo um jogo de territórios bem determinados, planejados. Tem-se um porvir, não um devir. Eis uma primeira linha de vida, *linha de segmentaridade dura ou molar*, de forma alguma é uma linha de morte, já que ocupa e atravessa nossa vida, e finalmente parecerá sempre triunfar”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 73-74, grifo dos autores).

⁶⁵ “Existem aí duas *políticas*: [...] uma macropolítica e uma micropolítica, que não consideram absolutamente da mesma forma as classes, os sexos, as pessoas, os sentimentos. [...] Eis uma linha muito diferente da precedente, uma *linha de segmentarização maleável ou molecular*, onde os segmentos são como *quanta* de desterritorialização. É nessa linha que se define um presente cuja própria forma é a de um algo que aconteceu, já passado, por mais próximo que se esteja dele, já que a matéria inapreensível desse algo está inteiramente molecularizada, em velocidades que ultrapassam os limiares ordinários e percepção. Entretanto, não se dirá que ela seja necessariamente melhor”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 74-75, grifo dos autores).

⁶⁶ “Em sua segmentaridade flexível ou em sua linha de fluxo, chega a uma espécie de *quantum maximum* para além do qual ela não pode mais ir (mesmo se quisesse, não poderia ter ido mais longe). Essas vibrações que nos atravessam, perigo de exacerbá-las para além de nossa resistência. [...] Um linha nova, uma terceira, uma espécie de *linha de fuga*, igualmente real, mesmo que ela se faça no mesmo lugar: uma linha que não mais admite qualquer segmento, e que é, antes, como que uma explosão de duas séries segmentares. Ela atravessou o muro, saiu dos buracos negros. Alcançou uma espécie de desterritorialização absoluta”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 76, grifos dos autores).

⁶⁷ “Em tudo isto, o único perigo é confundir o virtual com o possível. Com efeito, o possível opõe-se ao real; o processo do possível é, pois, uma ‘realização’. O virtual, ao contrário, não se opõe ao real; ele possui uma plena realidade por si mesmo. Seu processo é a atualização. É um erro ver nisso apenas uma disputa de palavras: trata-se da própria existência. [...] Que diferença pode haver entre o existente e o não existente, se o não existente já é possível, recolhido no conceito, tendo todas as características que o conceito lhe confere como possibilidade? A existência é a mesma que o conceito, mas fora do conceito. [...] A diferença só pode ser então o negativo determinado pelo conceito: seja a limitação dos possíveis entre si para se realizarem, seja a oposição entre o possível e a realidade do real. O virtual, ao contrário, é a característica da Idéia; é a partir de sua realidade que a existência é produzida, e produzida em conformidade com um tempo e um espaço imanentes à Idéia. Em segundo lugar, o possível e o virtual se distinguem ainda porque um remete à forma de identidade no conceito, ao passo que o outro designa uma multiplicidade pura na Idéia, que exclui radicalmente o idêntico como condição prévia. Enfim, na medida em que o possível se propõe à ‘realização’, ele próprio é concebido como a imagem do real, à imagem daquilo a que ele se assemelha. A atualização do virtual, ao contrário, sempre se faz por diferença, divergência ou diferenciação. A atualização rompe tanto com a semelhança como processo quanto com a identidade como princípio. Nunca os termos atuais se assemelham à virtualidade que eles atualizam: as qualidades e as espécies não se assemelham às relações diferenciais que elas encarnam; as partes não se assemelham às singularidades que elas encarnam. A atualização, a diferenciação, neste sentido, é sempre uma verdadeira criação. Ela não se faz por limitação de uma possibilidade preexistente”. (DELEUZE, 2000b, p. 199-2000, grifos do autor); “É que o mundo, a linha embrulhada do mundo, é como um virtual que se atualiza nas mônadas: o mundo só tem atualidade nas mônadas, e cada uma delas o expressa do seu próprio ponto de vista, sobre sua própria superfície. Mas o par virtual-atual não esgota o problema, havendo um par muito diferente, o par possível-real. Por exemplo, Deus escolheu um mundo numa infinidade de mundos possíveis: os outros mundos têm igualmente sua atualidade em mônadas que os expressam: Adão não

Assim, o estado Real pode ser conceituado como o espaço dos devires infinitos, o lugar da filosofia e de seus conceitos na infinitude de movimentos do caos, pertencente ao plano de imanência, onde se traça todas as multiplicidades do ser, objeto ou coisa, a sua faceta Virtual. Assim, as virtualidades da realidade permitem que a ciência conforme um estado Atual no plano de referência através seus functivos, estabelecendo funções, relações e proposições entre/para seres, coisas e objetos, dentro de seus processos de produção de conhecimento. A arte também atualiza seus perceptos e afectos, mas também os imortaliza no estado Possível uma realização do ser, objeto ou coisa, em seu plano de composição. Na urdidura desses planos, extraímos o Plano de Consistência.

A relação do atual e do virtual constitui sempre um circuito, mas de duas maneiras: ora o atual remete a virtuais como a outras coisas em vastos circuitos, onde o virtual se atualiza, ora o atual remete ao virtual como a seu próprio virtual, nos menores circuitos onde o virtual cristaliza com o atual. O plano de imanência contém, a um só tempo, a atualização como relação do virtual com outros termos, e mesmo o atual como termo com o qual o virtual se permuta. Em todos os casos, a relação do atual e do virtual não é a que se pode estabelecer entre dois atuais. Os atuais implicam indivíduos já constituídos, e determinações por pontos ordinários, enquanto a relação do atual e do virtual forma uma individuação em ato ou uma singularização por pontos notáveis a serem determinados em cada caso. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 124, grifo dos autores).

É nesse plano de consistência, de espaços extensivos e intensivos (DELANDA, 2005), que impera o que Deleuze e Guatarri chamam de regime rizomático, no qual “qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (2011a, p. 22); “não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza” (2011a, p. 23); “pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (2011a, p. 25); um mapa que “pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social”. (2011a, p. 30).

pecando ou Sexto não violando Lucrecia. Portanto, há um atual que permanece possível e que não é forçosamente real. O atual não constitui o real, devendo ser ele próprio realizado, e o problema da atualização do mundo acrescenta-se ao da sua atualização. Deus é ‘existentificante’, mas o Existificante é, de um lado, Atualizante e é, por outro, Realizante. O mundo é uma virtualidade que se atualizada nas mônadas ou nas almas, mas é também uma possibilidade que deve realizar-se nas matérias ou nos corpos”. (DELEUZE, 2012, p. 179, grifo do autor).

O estado rizomático opera, portanto, processos de agenciamentos, através de vetorizações que resultam na estratificação de segmentos – que podem ser molares, moleculares e abstratos - e cuja introjeção de novas lógicas altera sua natureza, num processo de desterritorialização e reterritorialização. Os estratos possuem dupla articulação: conteúdo e expressão, coexistentes e distintas: enquanto o conteúdo é molecular e provoca modificações no mundo, a expressão é molar e opera através de símbolos linguísticos. Assim, é possível inferir a hipótese de que o segmento é a multiplicidade basal do estrato, codificado através de linhas. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, 2012a).

Há pelo menos três delas [as linhas]: de segmentaridade dura e bem talhada, de segmentação molecular e em seguida a linha abstrata, a linha de fuga, não menos mortal, não menos viva. Na primeira, há muitas falas e conversações, questões ou respostas, intermináveis explicações, esclarecimentos; a segunda é feita de silêncios, de alusões, de subentendidos rápidos, que se oferecem à interpretação. Mas se a terceira fulgura, se a linha de fuga é como um trem em marcha, é porque nela se salta linearmente, pode-se enfim falar aí “literalmente”, de qualquer coisa, talo de erva, catástrofe ou sensação, em uma aceitação tranquila do que acontece em que nada mais pode mais valer outra coisa. Entretanto, as três linhas não param de se misturar. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 77).

A segmentaridade são os processos sofridos pelos seres, coisas ou objetos, sempre em constante reestruturação e simultaneidade. Os segmentos se modificam de acordo com a territorialidade na qual ele faz parte. Assim, Deleuze e Guattari (2012a) afirmam que a segmentaridade pode exprimir uma lógica binária, quando adota uma oposição dual, circular, quando adota uma perspectiva de centralidade, ou linear, quando as territorialidades são alternadas em função das circunstâncias.

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não tem os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós – mas sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de micropceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 99, grifo dos autores).

Esses movimentos dos segmentos se dão através de forças intensivas dentro dos devires da política: na macropolítica, campo da molaridade e segmentaridade dura, há uma linha de corte, que os modificam de maneira significativa; na micropolítica, campo da molecularidade e segmentaridade maleável, uma linha de fenda, cuja alteração provocada é sutil, algo que só se percebe depois de ocorrido; e na abstração, campo do fluxo e segmentaridade flexível, uma linha de ruptura, quando o segmento é abandonado. Assim, enquanto a macropolítica estabelece um território, a micropolítica o desterritorializa e reterritorializa, tendo na linha de ruptura a potência máxima de desterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

O território é primeiramente a distância crítica entre dois seres de mesma espécie: marcar suas distâncias. O que é meu é primeiramente minha distância, não possuo senão distâncias. Não quero que me toquem, vou grunhir se entrarem em meu território, coloco placas. A distância crítica é uma relação que decorre das matérias de expressão. Trata-se de manter à distância as forças do caos que batem à porta. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 134).

Portanto, no processo de conformação de um agenciamento, com suas desterritorializações e reterritorializações, pressupõe-se um primeiro território que já o é também o primeiro agenciamento de um estrato. O agenciamento provoca “*uma reorganização das funções, um reagrupamento das forças*”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 136). Todo agenciamento é duplo: ele é um agenciamento coletivo de enunciação, lugar das palavras de ordem ou discurso indireto e dos aparelhos de Estado, e também um agenciamento maquínico de desejo, lugar das relações econômico-culturais das formações sociais⁶⁸.

Pode-se tirar daí conclusões gerais acerca da natureza dos Agenciamentos. Segundo um primeiro eixo, horizontal um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, outro de expressão. Por um lado, ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo*

⁶⁸ Segundo Althusser, o Estado é definido como um instrumento usado pelas classes dominantes para perpetuar seu poder sobre as classes operárias para reprodução do capital. Ele possui duas funções: a repressão e a ideologia, que se materializa nos Aparelhos de Estado. Na primeira, são os Aparelhos Repressores de Estado (ARE), representados por “não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância [...] quando a polícia e seus órgãos auxiliares são ‘ultrapassados pelos acontecimentos’; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração” (1985, p. 64-65, grifo do autor). A segunda, são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), representação das lutas de classes e os embates ideológicos existentes numa sociedade, materializado nas mais diferentes instituições, como as igrejas, a família, as escolas, os sistemas jurídico e político, o sindicato, a mídia, a cultura.

de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam, e de outro, *picos de desterritorialização* que o arrebatam. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 31, grifo dos autores).

3.2 GATO DE SCHRÖDINGER⁶⁹

Voltemos ao espaço. Como esses conceitos virtuais são nele atualizados? Podemos sintetizar o espaço como um território, passível de desterritorializações e reterritorializações a partir do processo de consolidação, ou vetorização, de um agenciamento em determinado estrato. Assim, vendo correspondência com os conceitos de Deleuze e Guattari, esse espaço pode ser diferenciado em dois tipos, quando (re-)estabelecidas suas funções, perceptos e afectos: liso, quando intensivo ou direcional, e estriado, quando extensivo ou dimensional.

O espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário, - o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado, - não são da mesma natureza. Por vezes podemos marcar uma oposição simples entres os dois tipos de espaço. Outras vezes devemos indicar uma diferença muito mais complexa, que faz com que os termos sucessivos das oposições consideradas não coincidam inteiramente. Outras vezes ainda devemos lembrar que os dois espaços só

⁶⁹ “– Tenho certeza, Richard, que você é familiarizado com o conceito do Gato de Schrödinger – começou ele, enfiando a maior parte da fatia na boca. [...] – É uma ilustração do princípio de que, em um nível quântico, todos os acontecimentos são regidos por probabilidades... – Em um nível quântico e, por conseguinte, em todos os níveis – interrompeu Dirk. – Embora, em qualquer nível acima do subatômico, o efeito cumulativo dessas probabilidades seja, no desenrolar normal dos acontecimentos, indistinguível do efeito das leis físicas rígidas. Prossiga. [...] – Não só os acontecimentos no nível quântico são regidos por probabilidades, como elas não se concretizam como acontecimentos reais até serem observadas. Ou, parafraseando a maneira como você acabou de colocar a questão em um contexto bastante bizarro, o ato da observação faz a onda de probabilidade entrar em colapso. Até este momento, todas as possibilidades em aberto para um elétron coexistem como ondas de probabilidade. Até ser observado, nada está decidido. [...] – Mas e quanto ao gato? [...] – Então – falou Richard –, a ideia por trás do Gato de Schrödinger era tentar imaginar uma maneira em que os efeitos do comportamento das probabilidades no nível quântico pudessem ser avaliados em um nível macroscópico. No cotidiano, por assim dizer. [...] – Imagine que você pegue um gato e o coloque em uma caixa que possa lacrar completamente. Você também coloca na caixa uma pequena quantidade de material radioativo e um frasco de gás venenoso. Dispõe os elementos de modo que, passado um determinado tempo, há 50 por cento de probabilidade de que o átomo no material radioativo se decomponha e emita um elétron e 50 por cento de probabilidade de que isso não ocorra. Se ele se decompor, isso acionará a emissão do gás e o gato morrerá. Se não, o gato vive. Tudo depende da probabilidade de que um simples átomo se decomponha ou não. [...] – Considero que o sentido seja este: uma vez que a decomposição de um só átomo é um acontecimento de nível quântico que não será resolvido de nenhuma das duas maneiras até ser observado, e como você só pode fazer a observação se abrir a caixa para ver se o gato está vivo ou morto, a consequência disso é bastante extraordinária. Até você abrir a caixa, o gato propriamente dito existe em um estado indeterminado. As possibilidades de ele estar vivo ou morto são duas formas de onda diferentes sobrepostas no interior da caixa. Schrödinger apresentou essa ideia para ilustrar o que ele considerava o lado absurdo da teoria quântica”. (ADAMS, 2015, p. 2030-2059).

existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 192).

O liso é o espaço do devir, de expansões e refrações infinitas distribuídas em um emaranhado de superfícies amorfas e heterogêneas. É um espaço háptico⁷⁰, cuja apreensão se dá através da justaposição de direções ou vetores, composto de trajetos que se cruzam em pontos variáveis. Guia-se nele através de um percurso definido por frequência e experimentação. É um espaço de ação livre, cuja alteração modifica sua natureza, exigindo uma reavaliação dos afectos outrora estabelecido: é nele que a desterritorialização pode alcançar sua linha de ruptura, atingindo assim seu ápice. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c).

É aqui que se colocaria o problema muito espacial do mar, pois este é o espaço liso por excelência e, contudo, é o que mais cedo se viu confrontado às exigências de uma estriagem cada vez mais estrita. O problema não se coloca nas proximidades da terra. Ao contrário, a estriagem dos mares se produziu na navegação de longo curso. [...] É como se o mar tivesse sido não apenas o arquétipo de todos os espaço lisos, mas o primeiro desses espaços a sofrer uma estriagem que o tomava progressivamente, e o esquadrinha aqui ou ali, de um lado, depois o outro. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 198-199).

O estriado, em contrapartida, é o espaço do porvir, de expansões e refrações controladas – há um fixo que permite sua variação, dentro de definições dimensionais ou numéricas. É modulado por medidas e propriedades em superfícies delimitadas e homogêneas. É um espaço óptico, cuja apreensão se dá por relações entre pontos de referência. Sua apropriação decorre de trajetos pré-estabelecidos. É um espaço do trabalho, divisível, composto de functivos e perceptos: é o espaço do território, estabelecendo suas linhas de corte e de fenda. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c).

Bem mais: não seria preciso dizer o mesmo da cidade? Ao contrário do mar, ela é o espaço estriado por excelência; porém, assim como o mar é liso que se deixa fundamentalmente estriar, a cidade seria a força de estriagem que restituiria, que novamente praticaria espaço liso por toda a parte, na terra e em outros elementos – fora da própria cidade, mas também nela mesma. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 201).

⁷⁰ “Háptico é um termo melhor que tátil, pois não opõe dois órgãos dos sentidos, porém deixa supor que o próprio olho pode ter essa função que não é óptica”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 217).

Ambos têm pontos, linhas, superfícies e volumes, o que muda é suas naturezas: enquanto liso, ele é intuitivo; enquanto estriado, mensurável. Suas fronteiras não são imutáveis, pelo contrário. O espaço liso pode sofrer estriamentos, através da determinação de uma organização, de sua territorialização, da macropolítica do aparelho de Estado, um agenciamento coletivo de enunciação. O espaço estriado pode ser alisado, através das relações dos indivíduos entre si e com o espaço, da micropolítica da subjetivação, um agenciamento maquínico de desejo. A alternância entre esses estados é chamada de processo de tradução. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c).

Traduzir não é um ato simples; não basta substituir o movimento pelo espaço percorrido, é preciso uma série de operações ricas e complexas. [...] Tampouco é um ato secundário. Traduzir é uma operação que, sem dúvida, consiste em domar, sobrecodificar, *metrificar* o espaço liso, neutralizá-lo, mas consiste, igualmente, em proporcionar-lhe um meio de propagação, de extensão, de refração, de renovação, de impulso, sem o qual ele talvez morresse por si só: como uma máscara, sem a qual não poderia haver respiração nem forma geral de expressão. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 208).

Tais operações de estriamento e alisamento produzem materialidades que se especializam num território como conteúdo e expressão, seus agenciamentos coletivo de enunciação e maquínico de desejo, respectivamente, conformando também um plano de composição e esboçando, dessa maneira, um Rosto.

É o rosto que dá a substância do significante, é ele que faz interpretar, e que muda, que muda traços, quando a interpretação fornece novamente significante à sua substância. Veja, ele mudou de rosto. O significante é sempre rostificado. A rostidade reina materialmente sobre todo esse conjunto de significâncias e interpretações. [...] Inversamente, quando o rosto desaparece, quando os traços da rostidade somem, podemos ter certeza de que entramos em um outro regime, em outras zonas infinitamente mais mudas e imperceptíveis onde se operam os devires-animais, devires-moleculares subterrâneos, desterritorializações noturnas que transpõem o limites do sistema significante. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 68-69).

O rosto é produzido, portanto, das desterritorializações e reterritorializações do território: ele devém da significância e da subjetividade, mas também é um porvir, pois suas expressões são transitórias, dependem do conteúdo dos agenciamentos que o originaram. Ele opera num sistema muro branco-buraco negro, no qual os signos são esboçados no muro branco e a consciência aparece no buraco negro. É

um sistema superfície-buracos que não deve ser confundida com o volume-cavidade e implica em um mapa e não em decalque⁷¹. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Ora, o rosto possui um correlato de uma grande importância, a paisagem, que não é somente um meio mas um mundo desterritorializado. [...] A arquitetura situa seus conjuntos, casas, vilarejos ou cidades, monumentos ou fábricas, que funcionam como rostos, em uma paisagem que ela transforma. A pintura retoma o mesmo movimento, mas o inverte também, colocando uma paisagem em função do rosto, tratando de um como do outro: “tratado do rosto e da paisagem”. O close de cinema trata, antes de tudo, o rosto como uma paisagem, ele se define assim: buraco negro e muro branco, tela e câmera. Mas já as outras artes, a arquitetura, a pintura, até o romance: close que os anima inventando todas as correlações. [...] Não há rosto que não envolva uma paisagem desconhecida, inexplorada, não há paisagem que não se povoe de um rosto amado ou sonhado, que não desenvolva um rosto por vir ou já passado. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 42-43, grifo dos autores).

O sistema muro branco-buraco negro compõe a máquina abstrata da rostidade, na qual o buraco negro estabelece pontos de referências na superfície do muro branco, traçando as ordenações decorrentes de escolhas e detectando ressonâncias e os desvios. Isso ocorrer de duas formas: ora o buraco negro se prolifera e cria novos contornos no muro branco, ora o muro branco se afila em torno de um buraco negro. De qualquer maneira, um não existe sem o outro. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

Os corpos serão disciplinados, a corporeidade será desfeita, promover-se-á a caça aos devires-animais, levar-se-á a desterritorialização a um novo limiar, já que se saltará dos estratos orgânicos aos estratos de significância e subjetivação. Produzir-se-á uma única substância de expressão. Construir-se-á o sistema muro branco-buraco negro, ou antes deslanchar-se-á essa máquina abstrata que deve justamente permitir e garantir a onipotência do significante, bem como a autonomia do sujeito. Vocês serão alfinetados no muro branco, cravados no buraco negro. Essa máquina é denominada máquina de rostidade porque é produção social de rosto, porque opera uma rostificação de todo o corpo, de suas imediações e de seus objetos, uma paisagificação de todos os mundos e meios. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 54).

⁷¹ “Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ao ‘mesmo’. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida ‘competência’ ”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 30, grifos dos autores).

3.3 A FÉERICA MACEIÓ

Considere agora o espaço urbano. É possível determinar seus agenciamentos, delimitar seus estratos, inferir seus vetores e traçar seu rosto? Partindo do pressuposto de uma resposta positiva, parece ser possível interpretar um espaço urbano dentro do estado rizomático. De um lado, a partir das discussões do primeiro capítulo, podemos estabelecer os functivos “economia” como o agenciamento coletivo de enunciação e “cultura” como o agenciamento maquínico. Do outro, o segundo capítulo permite inferir o percepto “Maceió” como o muro branco e o afecto “Oceano” como seu buraco negro.

Na lógica adotada no percurso traçado nesta dissertação sobre a atualização da virtualidade Maceió, podemos extrair três rostos, tomando como base os processos de alteração das centralidades que foram sendo instituídas neste território. Algumas perguntas surgem ao conjecturar a possibilidade Maceió antes de sua realização: havia um agenciamento primeiro? E depois da realização, quais processos de atualização as virtualidades de seus functivos economia e cultura sofreram? Quais linhas de segmentaridade se consolidam nesse espaço? Quais subjetivações ocorreram em seus perceptos e afectos? Qual o seu rosto foi pintado no muro branco Maceió? Como o buraco negro Oceano absorveu essas reterritorializações?

Ato I – Hipocondria

Do corpo hipocondríaco, cujos órgãos são destruídos, a destruição já está concluída, nada mais acontece, “A Senhorita X afirma que não tem mais cérebro nem nervos nem peito nem estômago nem tripas, somente lhe restam a pele e os ossos do corpo desorganizado, são essas suas próprias expressões”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12, grifos dos autores).

Antes da realização da ideia “Maceió”, o território hoje por ela ocupado era habitado pelas diversas populações indígenas que viviam de atividades que não demandavam uma metrificação de seu sistema: a caça, a pesca, a coleta de alimentos. Era uma sociedade dita primitiva, que se deslocava pelo espaço a partir de suas intuições e dependente de humores divinos. Em que pese a existência de uma estrutura de poder e social hierarquizada, não é possível falar na existência de um aparelho de Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2012c). Nesse caso, não há a produção de um rosto, o espaço do território ainda era estritamente liso.

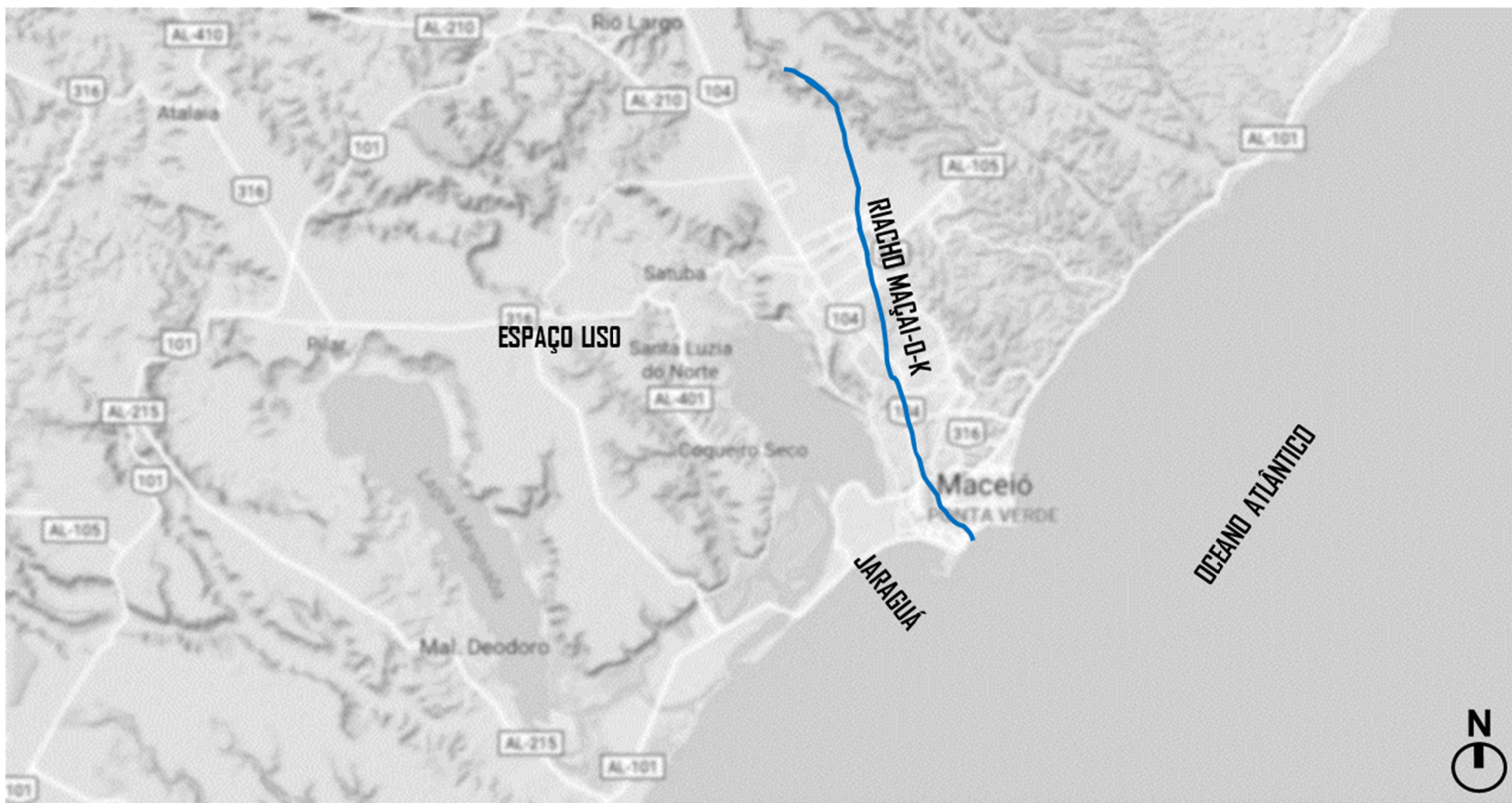


Ilustração 3.1: Vetores, Maceió antes da ideia Maceio.

Fonte: Elaborado pelo autor sobre base cartográfica do Google Maps (2017).

Ilustração 3.2: Ato I – Não há um Rosto Hipocondríaco.

Ato II - Paranoia

Do corpo paranoico, cujos órgãos não cessam de ser atacados por influências, mas também restaurados por energias exteriores (“ele viveu muito tempo sem estômago, sem intestinos, quase sem pulmões, o esôfago as vezes dilacerado, sem bexiga, as costelas quebradas, ele havia às vezes comido parcialmente sua própria laringe, e assim por diante, mas os milagres divinos haviam sempre regenerado novamente aquilo que havia sido destruído...”). (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12, grifos dos autores).

Enquanto o acontecimento capitalismo se consolidava na Europa, conjuntamente com os Estados-Nação, o território alagoano, sob domínio da Capitania de Pernambuco, sofre um processo de desterritorialização: os colonizadores europeus ativam uma linha de ruptura e iniciam o processo de agenciamento da terra brasílica. Com a imposição do aparelho de Estado monárquico, o império lusitano introduz um agenciamento coletivo de enunciação baseado na servidão à coroa, outorgando o ao donatário o poder de organizar o território.

É introduzida uma economia agrária, baseada no mercantilismo, e o agenciamento maquínico da cultura oligárquica. Enquanto isso, a macropolítica lusitana, em conjunto com a micropolítica pernambucana, estratifica seus agenciamentos em outras localidades – Alagoa do Norte, Alagoa do Sul, Penedo e Porto Calvo, mas também há linhas de ruptura nos focos de resistência quilombola. Nesse contexto, o futuro espaço que seria Maceió, sofre uma subjetivação através da atualização de seu potencial portuário no processo de estriamento da costa e introduz uma vetorização nas localidades conhecidas como Jaraguá e Pajuçara. Assim, no muro branco Maceió, o Oceano insere um buraco negro neste vetor: a realização da possibilidade de local para escoamento da produção agrícola neste ponto do litoral.

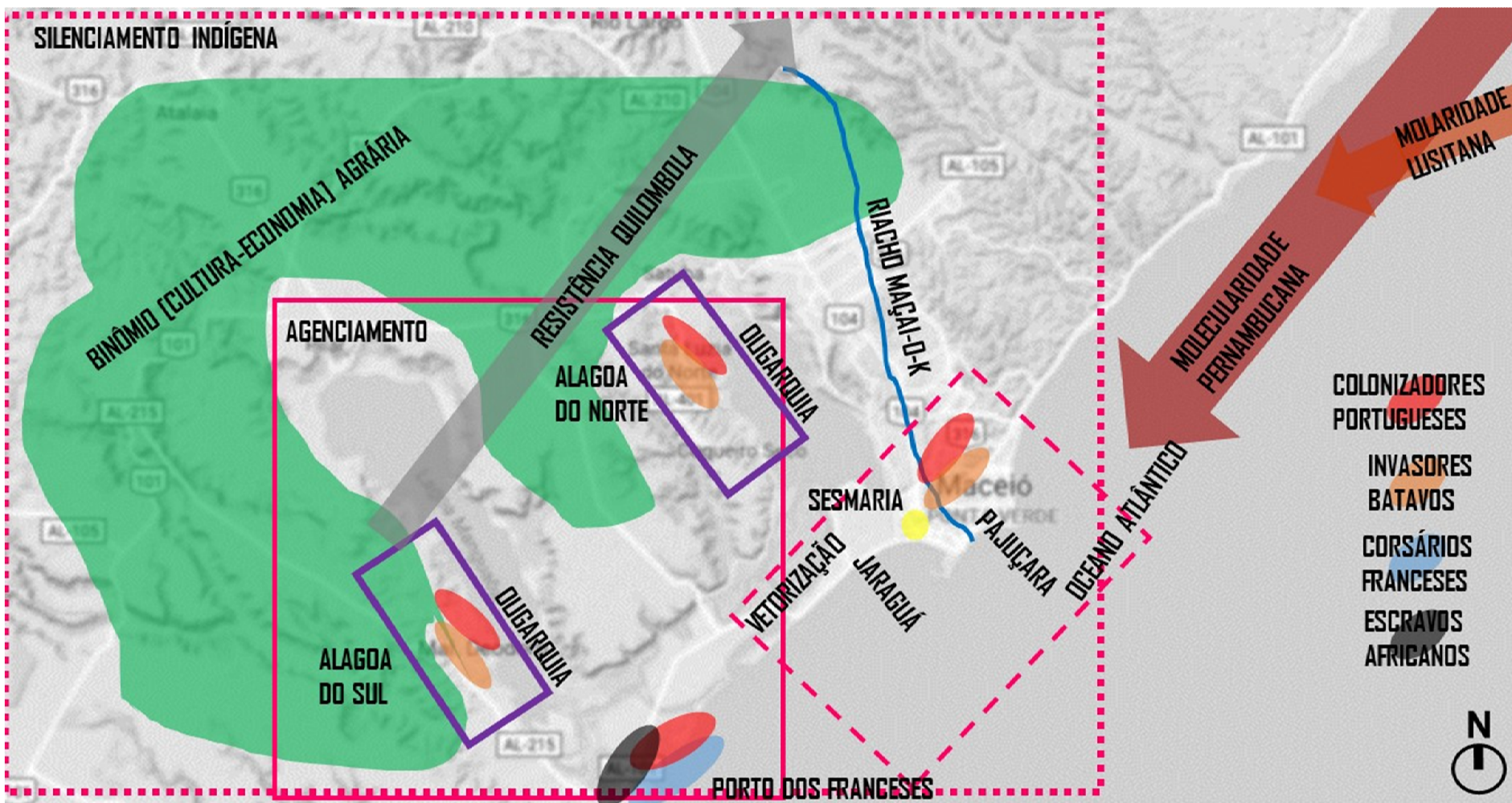


Ilustração 3.3: Vetores, Estratos, Agenciamentos Seiscentistas – Maceió vislumbra como uma possibilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de análise e conjecturas de relatos de Gaspar Barléus (1647), Craveiro Costa (1939), Isabel Loureiro de Albuquerque (1965) e Cícero Péricles de Carvalho (2015), sobre base cartográfica do Google Maps (2017).

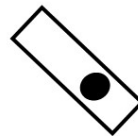


Ilustração 3.4: Ato II – Rosto Paranoico.

Ato III – Esquizofrenia

Do corpo esquizo, acedendo a uma luta interior ativa que ele mesmo desenvolve contra os órgãos, chegando a catatonia. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12, grifo dos autores).

Com a emancipação e criação da Capitania de Alagoas e a transferência das sedes política e econômica para Maceió, um outro agenciamento coletivo de enunciação se estratifica no território, introduzindo uma cultura urbana, voltada para as trocas mercantis e o comércio. Assim, conjuntamente também é inserido um agenciamento maquínico burguês, introduzindo outros significantes.

Dessa forma, embora ainda dependente da economia canavieira, esse novo estrato estabelece uma linha de fuga, reterritorializando assim seus functivos, perceptos e afectos. Se no rosto paranoico a terra era o meio para reprodução do capital da elite oligárquica, agora o oceano se configurava como tal para a elite burguesa que aí se formava. Antes submetido a uma cultura rural, o outro agenciamento dos aparelhos de Estado agora introduz uma cultura urbana, voltada para a modernização.

O afecto Oceano é atualizado como a paisagem a ser admirada ao longe. A territorialização do litoral permanece restrita ainda à região portuária, com a orla lagunar e os tabuleiros sendo reterritorializados para essa nova estrutura de poder.

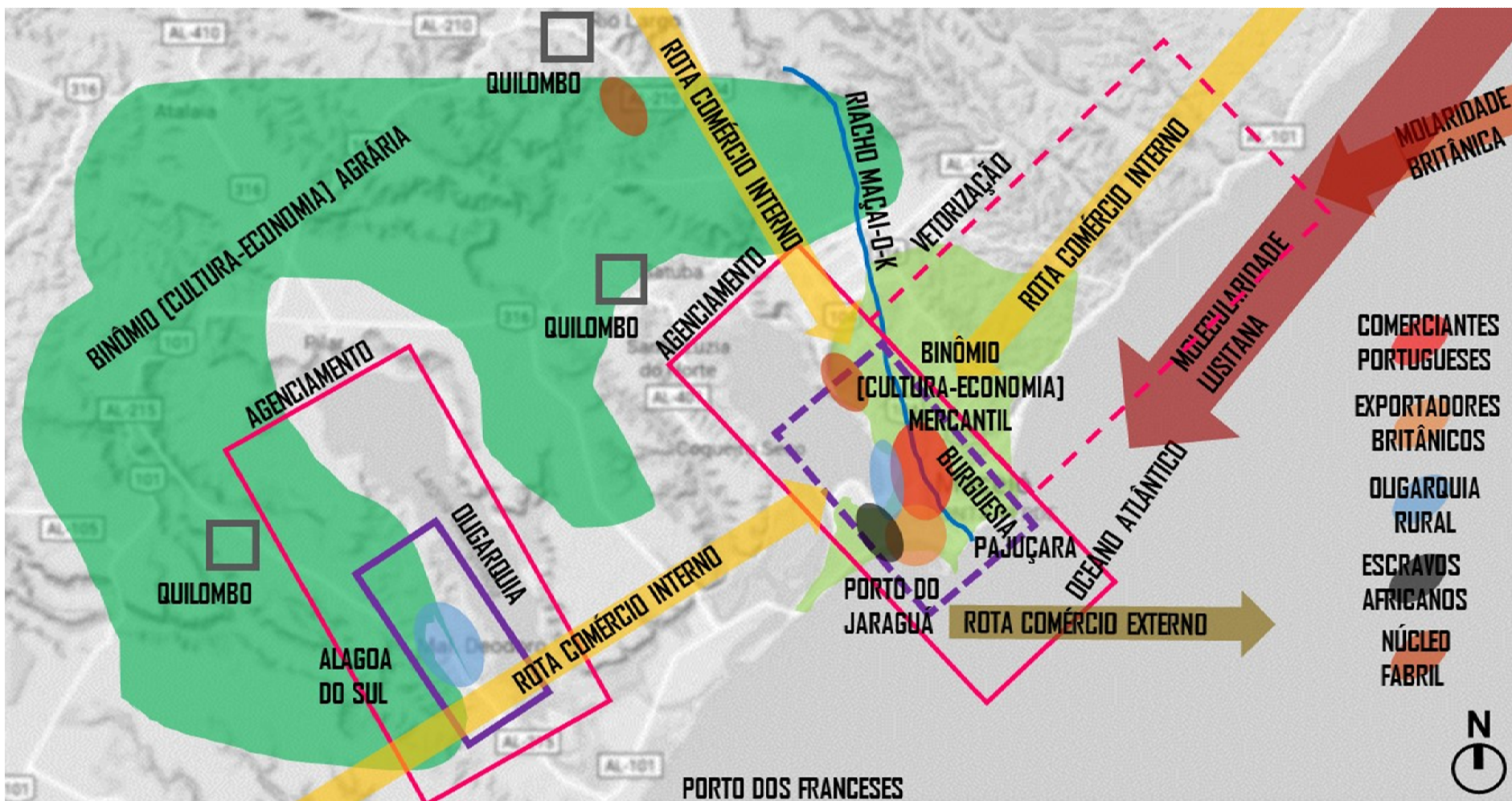


Ilustração 3.5: Vetores, Estratos, Agenciamentos Oitocentistas – O Oceano como meio de reprodução de capital materializa Maceió.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de análise e conjecturas de relatos de Craveiro Costa (1939), Theodyr Augusto de Barros (1991) e Cícero Pérciles de Carvalho (2015), sobre base cartográfica do Google Maps (2017).

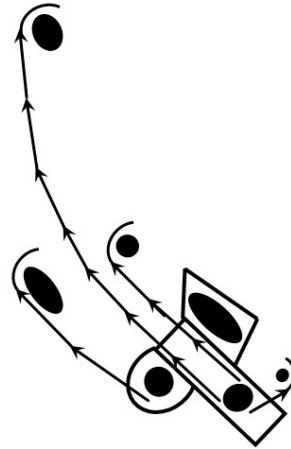


Ilustração 3.6: Ato III - Rosto Esquizofrênico.

Ato IV – Toxicomania

Do corpo drogado, esquizo experimental: “o organismo humano é de uma ineficácia gritante; em vez de uma boca e de um ânus que correm o risco de se arruinar, por que não possuir um único orifício polivalente para a alimentação e a defecação? Poder-se-ia obstruir a boca e o nariz, entulhar o estômago e fazer um buraco de aeração diretamente nos pulmões, que deveria ter sido feito desde a origem”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12-13, grifos dos autores).

Neste momento, o percepto Oceano se atualiza como o próprio meio para a reprodução do capital. O agenciamento coletivo de enunciação segmenta uma linha de corte que reterritorializa os estratos em função das diferentes formas de reprodução do capital e o agenciamento maquínico segmenta uma linha de fenda na qual o processo de reificação dos desejos individuais operam em função da mais-valia. É a partir deles que a dinâmica urbana vai sendo reterritorializada nessa atualidade, cultura e economia como um único ente.

O afecto Oceano, portanto, segmenta uma linha de ruptura, na qual a primazia agora é sua capacidade de produzir experiências estéticas. A orla marítima agora, a partir da Ponta Verde em direção ao litoral norte da cidade, assume o papel de centralidade nessa nova atualização.

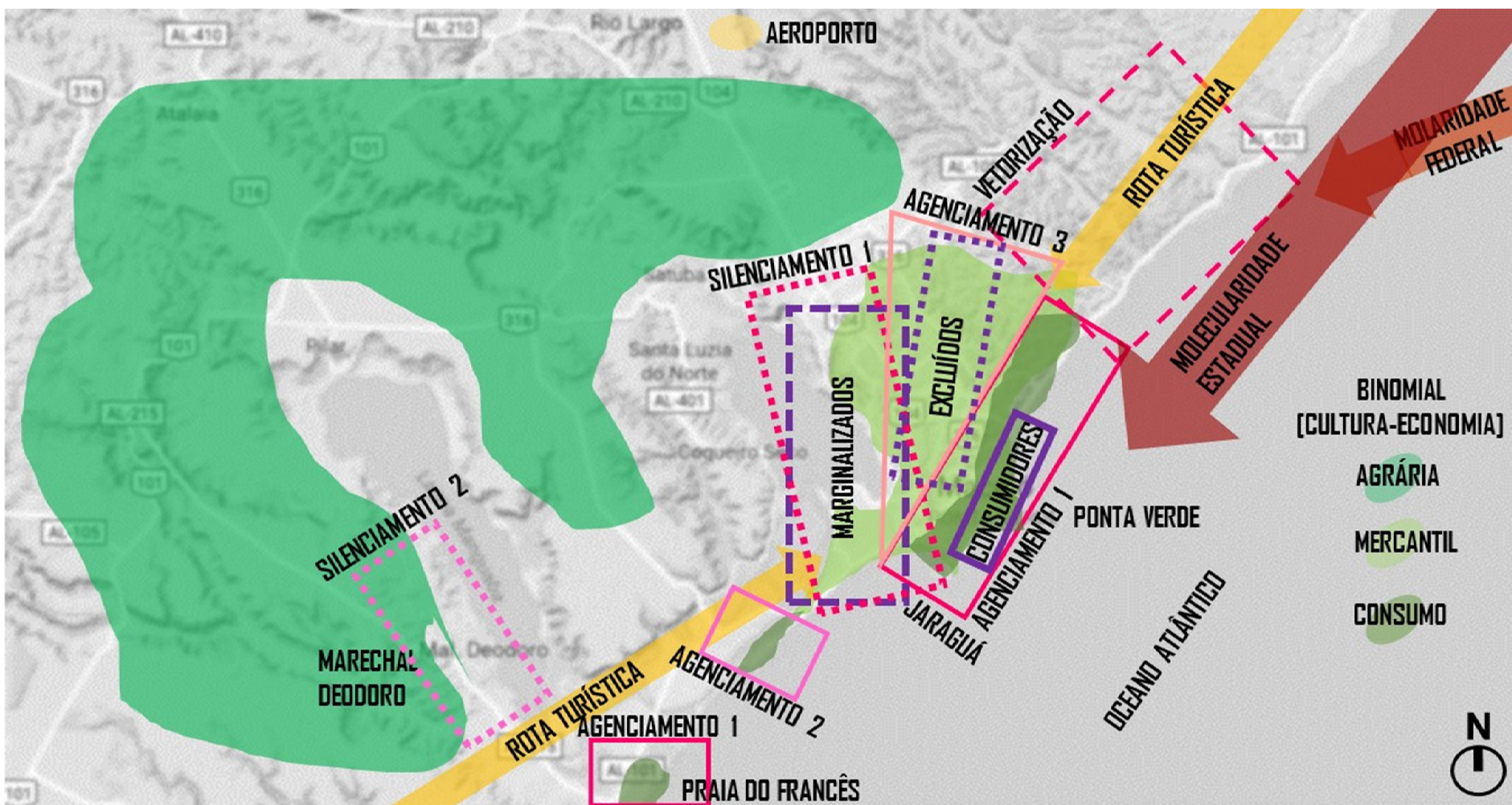


Ilustração 3.7: Vetores, Estratos, Agenciamentos em inícios do Século XXI – O Oceano como a própria mercadoria para reprodução do capital reterritorializa Maceió.

Fonte: Elaborado pelo autor, sobre base cartográfica do Google Maps (2017).

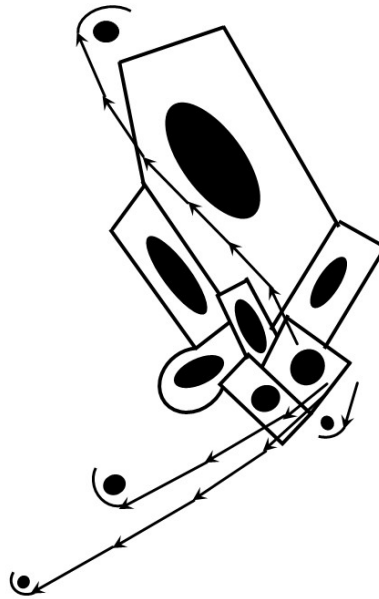


Ilustração 3.8: Ato IV - Rosto Toxicomaniaco.

3.4 SUPERCALIFRAGILISTICEXPIALIDOCIOUS⁷²

As discussões desenvolvidas até agora estão longe da margem de completude. o aprofundamento sobre as macrotemáticas da economia, da cultura e da estética, isoladamente, abririam outros campos de investigação para o incremento da própria discussão construída nessa dissertação. Além disso, a investigação se limitou as relações desenvolvidas entre a cultura e a economia no espaço maceioense, sem entrelaçá-la a sua ocupação espacial e desenho urbano.

Da mesma maneira, pode-se encarar a construção da abordagem de Maceió e de seu oceano como parte do estado rizomático, mas não como um rizoma em si. Intenta-se, portanto, interpretar essas discussões como um processo em construção, pois na lógica do estado rizomático não é cabível presumir um porvir, mas sim um devir. Aqui está a realização de um possível: a tentativa de se apropriar de outros discursos fora do campo arquitetural para compreender as dinâmicas do espaço habitado. Como unidade linguística, o texto desta dissertação é um plano de consistência devindo um plano de composição.

Mas não é univocidade e sim multiplicidade: devém plano de referência, ao abordar as questões sobre a economia e cultura; um outro plano de composição, ao atualizar as virtualidades da história de Maceió; e plano de imanência, quando são

⁷² Palavra criada no filme “Mary Poppins” (1964), significa “Expiatório para educabilidade através da delicada beleza”, ou, uma maneira educada de responder algo que não se sabe a resposta.

expostos os conceitos de Deleuze e Guattari. É nesse sentido que se afirma seu caráter como um processo em construção e não um produto finalizado: na tentativa de ele estar também dentro do estado rizomático.

Tupi or to beyond. Um calembur: tupi-*to be*. Se a língua inglesa permite interpretar o jogo de palavras entre o verbo *to be* e a locução adverbial *to beyond* como um devir-resposta entre permanecer no *status quo* ou desviar das determinações dos aparelhos de Estado, qual sentido ele adquiriria ao se reterritorializar *to be* em tupi?

SER TRANS

Só havia um ardil, e este era o Ardil-22, que dizia que a preocupação com a própria segurança, em face de perigos reais e imediatos, era o processo de uma mente racional. Orr estava doido e podia ter baixa. Tudo que ele tinha que fazer era pedir. Mas, assim que pedisse, não mais estaria doido e teria que voar em novas missões. Orr seria doido se voasse em novas missões e não se não o fizesse. Mas se estivesse são, teria que voar novamente em missões de combate. Se voasse, então estaria doido e não teria que fazê-lo. Mas se ele não quisesse fazê-lo, então estaria são e teria que fazê-lo.
(Joseph Heller, Ardil-22, 1961).

Esta dissertação, desde o seu início, trouxe um problema que permeou todo o processo para a apreensão do conhecimento das questões nela discutidas: atentar para o risco de não distorcer o objeto empírico em função do teórico.

As discussões teóricas exploradas pelos diversos autores em contextos globais e a aparente distância do contexto maceioense, se tornaram o grande desafio ao tentar equacionar a provável antinomia entre eles. Não obstante, as próprias discussões teóricas já traziam algumas problemáticas entre si.

Vejamos, por exemplo, o ensaio *Junkspace*, de Rem Koolhaas. A densidade de seus enunciados torna quase impossível entendê-lo isoladamente. Se as primeiras reflexões e pesquisas desenvolvidas anteriormente sobre a obra de Koolhaas, na quais ela era o objeto teórico e empírico simultaneamente, levaram o estudo a abarcar toda a sua produção teórica anterior (*Delirious New York, S, M, L, XL, Project on the City 1: Great Leap Foward e Project on the City 2: the Havard School Guide to Shopping*), também impuseram observá-la dentro do contexto em que se desenvolvia a crítica Pós-Moderna. Mas não apenas isso, levaram também buscar na sociologia explicações que explicassem e evidenciassem as enunciações contidas nela, ainda que sempre restritas ao campo arquitetural. (AGOSTINHO, 2011).

Agora, no momento em que se avalia o resultado deste trabalho, ao envolver um objeto empírico que seja outro que não o teórico, a estratégia para compreensão e correlações entre teoria e um espaço urbano específico demandou uma separação entre seus processos de produção: foi preciso compreender a teoria de um lado, Maceió do outro e determinar uma terceira referência para refletir e interpretar as discussões levantadas.

Dentro desta escolha metodológica, o campo da arquitetura e urbanismo não pareceu o suficiente para operacionalizar essas discussões. As reflexões desenvolvidas no campo da abstração, na qual abordaram a dinâmica urbana e suas relações como algo também material necessitaram usar, além da sociologia, discussões do campo da história, da economia, da filosofia e da linguagem não como um suporte apenas, mas como parte integrante de todo o processo.

Os indivíduos se deslocam, real ou virtualmente, em universos sociais distintos articulados em configurações diferenciadas para cada um deles. Formam um hipertexto, como as palavras que se conectam em um conjunto de textos informatizados. O hipertexto é o procedimento que permite “cliquear” sobre uma palavra de um texto e acessar essa mesma palavra em

uma série de outros textos. Em um hipertexto, cada palavra pertence simultaneamente a vários textos; em cada um deles participa na produção de sentidos diferenciados interagindo com outras palavras do texto, porém segundo sintaxes que variam eventualmente de um texto para outro. (ASCHER, 2001, p. 46, grifo do autor).

Talvez tal fato seja decorrente da ubiquidade trazida pela contemporaneidade, da necessidade de se estar em todos os lugares ao mesmo tempo, das individualizações dos sujeitos que não mais se contentam com o discurso oficial e procuram encontrar suas respostas através de caminhos desviantes.

Não faz mais sentido manter a escola nos moldes do século XIX, voltada para uma ultrapassada lógica industrial em quem cada pessoa deve se qualificar para uma função específica e um mercado previsível. A sala de aula tradicional se presta até hoje ao acúmulo de conteúdo e à repetição, quando o que verdadeiramente importa é, em meio a tanta informação disponível, ensinar a separar o supérfluo e o não confiável do que tem valor e desenvolver a capacidade de refletir e inovar a partir dali. O modelo convencional, com disciplinas estanques espremidas em uma grade rígida, não combina mais com um mundo tão multidisciplinar, em que os desafios técnicos e intelectuais ganham complexidade e mudam a cada dia. [...] Em escolas finlandesas, o ensino já não é mais organizado por disciplinas que não conversam entre si, mas sim pela análise de fenômenos que demandam as várias áreas de conhecimento para ser compreendidos. Os conteúdos continuam lá, como reza o currículo, só que são transmitidos à medida que se tornam necessários para decifrar os problemas. Essa é uma forma de trazer os conceitos para o mundo em que o aluno vive – e mais: assim ele entende as relações entre as diversas ciências. (KYLÖNNEN, 2017, p. 90-91).

Se hoje o acesso à conteúdos está disponibilizado imediatamente de forma digital na palma da mão, parece que se demanda uma outra maneira de produzir conhecimento. Destarte, na lógica aqui empregada, assumindo o desafio de acompanhar as discussões contemporâneas, esta dissertação agrega em sua discussão no do campo arquitetura e do urbanismo uma exploração mais universal das dinâmicas do espaço habitado, embora haja a percepção da necessidade de aprofundamentos mais consistes em aspectos relacionados à economia política e relações de poder e nos estudos dos campos da filosofia e da linguagem, remetendo especificamente ao estado rizomático. É uma tentativa de adotar um caráter transdisciplinar, que

significa transgredir a lógica da não-contradição, articulando os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade [Nicolescu, 1999]. Ao

articular esses pares binários, por meio da lógica do *terceiro termo incluído*⁷³, a compreensão da realidade ascende a outro nível, tomando um significado mais abrangente e sempre em aberto para novos processos. [...] O conhecimento transdisciplinar associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apóia-se no próprio conhecimento disciplinar. Isso quer dizer que a pesquisa transdisciplinar pressupõe a pesquisa disciplinar, no entanto, deve ser enfocada a partir da articulação de referências diversas. Desse modo, os conhecimentos disciplinares e transdisciplinares não se antagonizam, mas se complementam. (SANTOS, 2008, 75).

Nesse sentido, a diluição entre essas fronteiras não se deu somente entre os diversos campos disciplinares abordados, numa tentativa de explicar as dinâmicas urbanas através de teorias atualizadas, mas também na própria relação do sujeito com os objetos de estudo, olhar em volta do espaço em que está inserido.

Essa empreitada deparou-se com duas dificuldades principais, intrinsecamente relacionadas: acessar e se familiarizar com discussões de outros campos disciplinares e estabelecer relações com o campo da arquitetura e urbano. Assim, a desvantagem mais evidente é a ampliação exponencial que o tamanho da investigação adquire, embora esse esforço permita uma visualização mais abrangente da problemática a ser estudada.

Além disso, o recorte metodológico adotado nesta pesquisa, as investigações desta dissertação restringiram a observação das dinâmicas do espaço habitado do objeto empírico, ou seja, Maceió, à sua relação com o espaço marítimo. Mas o território maceioense também desenvolveu relações com seus espaços lagunar e fluvial, cujo resultado aqui apresentado possui grande potencial de aprofundamento na hipótese de se agregar essas outras variáveis ao estudo.

Assim, neste momento em que se pausa este processo, se vislumbra também a realização de um possível: a esquizoanálise como método de análise urbana. Qual a viabilidade de transpor os conceitos do campo filosófico para o espaço urbano? Quais paralelos podem ser traçados? Como transformar esse discurso do campo da abstração em instrumentos de representação para a arquitetura? Quanto esforço demandaria tal empreitada: atualizar essas virtualidades e estabelecendo suas funções e perceptos?.

⁷³ “A lógica do *terceiro termo incluído* sempre pressupõe o aparecimento de outros elementos contrapondo-se em qualquer nível de realidade. Trata-se de um processo sem fim. Nesse sentido, não se tem uma Verdade última e absoluta, mas verdades sempre relativas e passíveis de mudanças no decorrer do tempo”. (SANTOS, 2008, p. 75).

REFERÊNCIAS

As portas são inumeráveis, a saída é uma só, mas as possibilidades de saída são tão numerosas quanto as portas.
(Franz Kafka, Da justiça, etc..., 1961).

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADAMS, Douglas. **Agência de investigações holísticas Dirk Gently**. (Formato Kindle). São Paulo: Arqueiro, 2015.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGOSTINHO, Carlos Jacinto. **Mais é mais: Rem Koolhaas, junkspace e hipermodernidade**. 2011. 81 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011).

ALBERNAZ, João Teixeira. **Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente o Brasil**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo: ANA – Aeroportos de Portugal, 2000.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre os holandeses no Brasil**. Maceió: Departamento Estadual de Cultural, 1965.

ALCOFORADO, Fernando. Introdução. In: _____. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: Studio Nobel, 2006.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estados: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRADE, Lourdes Magalhães Corrêa de Oliveira. **Jogos de poder na revitalização dos centros históricos: o caso do bairro de Jaraguá em Maceió**. 241 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. A civilização açucareira. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: SEBRAE: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

ASCHER, François. **Cés événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs: essai sur la société contemporaine**. La Tour d'Aigues (França): Éditions de l'Aube, 2000.

_____. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARROS, Theodyr Augusto de. **O processo de mudança da capital (Alagoas – Maceió): uma abordagem histórica 1819 – 1859**. Maceió: Depto. de História/CHLA/UFAL/Imprensa Universitária, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERKOVITS, Nathan. Supercordas: O sonho da unificação das quatro forças da natureza. In: ANJOS, João Carlos Costa dos; VIEIRA, Cássio Leite (ed.). **Um olhar para o futuro**: desafios da física para o século 21. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: FAPERJ, 2008.

BEZERRA, Edson. Manifesto sururu. **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Maceió, [S.v.], n. 2, p. 119-125, dez. 2012.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 6. ed. Maceió: Edufal, 2014.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CASTIÑEIRAS, Jorge; CRISPINO, Luís C. B.; MATSAS, George E. A.. Horizonte de eventos: buracos negros ainda desafiam a relatividade. **Scientific American Brasil**, São Paulo, v. 3, n. 29, p. 50-56, out. 2004.

CAVALCANTE, Morgana Maria Pitta Duarte. **O projeto: diálogos da forma na orla de Maceió**: edifícios verticais 1980-2014. 392 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

CONSOLINI, Barbara. Impressões alagoanas, expressões holandesas: o Rio São Francisco e as Alagoas através dos documentos da WIC (1630-1647). In: SILVA, Maria Angélica da (Org.). **O olhar holandês e o novo mundo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DELANDA, Manuel. Space: Extensive and Intensive, Actual and Virtual. In: BUCHANAN, Ian; LAMBERT, Gregg (ed.). **Deleuze and space**. Edimburgo: Edinburg University Press, 2005.

DELEUZE, Gilles. Segunda Série de Paradoxos: dos efeitos de superfície. In: _____. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

_____. O trágico. In: _____. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. Repetição e diferença. In: _____. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000a.

_____. Síntese ideal da diferença. In: _____. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000b.

_____. Síntese assimétrica do sensível. In: _____. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000c.

_____. Os dois andares. In: _____. **A dobra**: Leibniz e o barroco. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.

_____. As máquinas desejanter. In: _____. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Ed. 34, 2010b.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011b.

: _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

_____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012c.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. O atual e o virtual. In: _____. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DESJEUX, Dominique. Da Segunda Guerra Mundial até hoje – os novos questionamentos do consumo. In: _____. **O consumo**: abordagens em ciências sociais. Maceió: EDUFAL, 2011.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HEISENBERG, Werner. Lições de política e história (1922-1924). In: _____. **A parte e o todo**: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

_____. Explorando o novo campo (1926-1927). In: _____. **A parte e o todo**: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

INSTITUTO THÉO BRANDÃO. **Maceió**: 180 anos de história. Maceió: ITB, 1995.

JENCKS, Charles. **The language of post-modern architecture**. 4. ed. Nova Iorque: Rizzoli International, 1984.

JUVIN, Hervé; LIPOVETSKY, Gilles. **L'Occident mondialisé**: controverses sur la culture planétaire. Paris: Éditions Grasset, 2010.

KLINGMANN, Anna. **Brandscapes**: architecture in the experience economy. Cambridge, Estados Unidos: The MIT Press, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

_____. **Nova York delirante**: um manifesto retroativo para Manhattan. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

_____. **Project on the city 1**: Great Leap Forward. Köln: Taschen, 2001.

_____. **Project on the city 2**: the Harvard Design School Guide to Shopping. Köln: Taschen, 2002.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. **S, M, L, XL**. New York: The Monacelli Press, 1995.

KYLLÖNNEN, Marjo. A escola do futuro já existe. **Veja**, São Paulo, a. 50, e. 2533, n. 23, p. 90-91, 07 jun. 2017.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **L'ère du vide**: essais sur l'individualisme contemporaine. Paris: Gallimard, 1993.

_____. **Le bonheur paradoxal**: essai sur la société d'hyperconsommation. Paris: Gallimard, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastián. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Bacarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MACEIÓ. Secretaria de Promoção do Turismo. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/turismo/cultura/>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Gestologia: breve ensaio sobre uma diferente teoria do gesto. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Corpocidade: gestos urbanos**. Salvador: Edufba, 2017.

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de (org.). **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. 2. ed. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana, 1997.

MONEO, Rafael. Rem Koolhaas. In: _____. **Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NABAIS, Catarina Pombo. Filosofia, Arte e Ciência: modos de pensar o acontecimento e o virtual segundo Gilles Deleuze. In: DUQUE, David Fernández; PAREJO, Emílio F. Gómez-Camín; ANTÓN, Ignacio Hernández (ed.). **Estudios de Lógica, Lenguaje y Epistemología - IV Jornadas Ibéricas**. Sevilha: Fénix Editora, 2010. Disponível em: <<http://cfc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/catarinanabais/filosofiaarteciencia.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NESBITT, Kate. Rem Koolhaas. Pós-escrito: introdução à nova pesquisa sobre a “cidade contemporânea”. In: _____. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NORMANDE, Taís Bentes. **História de uma permanência: a Jatiúca Velha: pobres e ricos na orla marítima de Maceió**. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000.

NUÑEZ, AMANDA. Los pliegues del tempo: Kronos, Aión y Kairós. **Paperback**, Madri, [S.v.], n. 04, p. 1-6, abr. 2007. Disponível em: <<http://artediez.es/paperback/wp-content/uploads/sites/13/2007/10/tiempo.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística?**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H.. **The experience economy**: updated edition. Boston (Massachusetts): Harvard Business Review Press, 2011.

PORTOGUESI, Paolo. **Postmodern: the architecture of the postindustrial society**. Nova Iorque: Rizzoli Internacional, 1983.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. A ideologia genérica ou a crítica da crítica de Rem Koolhaas. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 121.03, [S.p.], jun. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.121/3444>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

ROCHA, Maria Cecília Lessa da. **Assalto ao céu: operaísmo e gênese do conceito de trabalho imaterial**. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) –

Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 71-83, jan.- abr. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios. In: _____. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Etera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura. **Estação Literária**, Londrina, v. 4, p. 15-26, nov. 2009. Disponível em: < <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL4Art2.pdf> >. Acesso em: 15 set. 2017.

SOUSA, Elisabete Marques de. Richard Wagner: leitmotiv e música dramática. **Philosophica**, Lisboa, n. 36, p. 25-44, nov. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/24220>>. Acesso em: 01 out. 2017.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Tupi-Português**: com esboço de gramática de Tupi Antigo. São Paulo: Traço Editora, 1984.

VENTURI, Robert. **Complejidad y contradicción en la arquitectura**. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Economia e hedonismo. **Revista Eletrônica Informe Econômico**. Teresina (PI), a. 1, n. 1, p. 127-131, ago. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1287/1011>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

WALLACE, David Foster. Uma história radicalmente condensada da vida pós-industrial. In: _____. **Breves histórias com homens hediondos: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

_____. O diabo é um homem ocupado. In: _____. **Breves histórias com homens hediondos: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

_____. Alguns comentários sobre a graça de Kafka dos quais provavelmente não se omitiu o bastante. In: _____. **Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

_____. Isto é água. In: _____. **Ficando longe do fato de já estar meio que longe de tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará Editora, 2004.